

SINPRO-DF Uma história de sonhos, lutas e conquistas



SINPRO-DF

Uma história de sonhos, lutas e conquistas



1ª edição

APRESENTAÇÃO

A aventura que no final dos anos 1950 resultou no erguimento de uma cidade futurista em pleno Planalto Central do Brasil, para além dos desafios logísticos e da complexa engenharia, trouxe algumas questões cruciais. Como cuidar da educação das crianças, filhos e filhas dos trabalhadores de todos os níveis engajados na construção da nova capital do país? Como criar programas de alfabetização de adultos? E como prover uma educação de qualidade aos seus futuros moradores?

Para responder a essas perguntas, ao gênio criativo de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa juntou-se a clarividência de Anísio Teixeira, o grande mentor da educação pública brasileira, que encontrou na nascente Brasília um campo fértil para plantar e fazer germinar suas ideias. Para tanto, contou com o talento e a disposição de docentes comprometidos com o projeto de uma educação pública universal, laica e de qualidade.

Esses professores e professoras participaram ativamente dos primeiros movimentos sociais da nova capital e constituíram, em março de 1979, o Sindicato dos Professores no Distrito Federal (SINPRO-DF), cuja história de lutas é aqui contada por meio dos depoimentos de alguns de seus protagonistas.

A narrativa apresentada nas páginas seguintes foi construída com base na Tecnologia Social da Memória, metodologia desenvolvida pelo Museu da Pessoa e que dá suporte à sua missão de “tornar a história de vida de cada pessoa patrimônio da humanidade”.

O que se lerá a seguir é um recorte de 25 histórias de vida registradas pelo Museu da Pessoa entre março e junho de 2021, acrescidas de três entrevistas gravadas em 2019 pela equipe de comunicação do SINPRO. São testemunhos reveladores da alma de um sindicato combativo, respeitoso com a categoria que representa e profundamente identificado com a comunidade em que atua. São relatos que têm o condão de iluminar o passado, contribuir para compreender o presente e ajudar a projetar o futuro. Em comum, o fato de todos eles convergirem para uma mesma constatação: a educação é libertadora.

Museu da Pessoa

Reviver a história do Sindicato dos Professores no DF é permear experiências de luta, desafios, resistência, coragem. Nessas mais de quatro décadas, a grandeza do SINPRO-DF é o reflexo do que ousou fazer. Mulheres grávidas, perseguidos políticos, jovens ávidos por dias melhores e tanta gente que dedicou a própria vida para construir o que antes a ditadura militar tentou e hoje o bizarro fascismo neoliberalista tenta sufocar: o poder da classe trabalhadora organizada.

Foi com o desafio de recontar a grandeza desses mais de quarenta anos que se idealizou o projeto “SINPRO-DF: Uma história de sonhos, lutas e conquistas”. Entretanto, no decorrer dessa aventura, o Brasil foi assolado pela pandemia da Covid-19. Agravada pela total ausência de políticas públicas de saúde e pelo negacionismo crescente, a pior crise sanitária do século impôs uma anormalidade ameaçadora, e fez com que muitos planos fossem, no mínimo, adiados.

Em defesa da vida, o SINPRO-DF seguiu prontamente os protocolos de segurança sanitária orientados pela Organização Mundial de Saúde. Afinal, muito mais que projetos, o país perdia – e segue perdendo – a vida de milhares de brasileiros e a alegria de outros milhões. Por isso, a proposta de execução deste trabalho precisou ser alterada, o que acabou prejudicando sobremaneira o processo de produção do material.

Temos certeza de que, aqui, muitas histórias ainda poderiam e deveriam ser contadas. Haverá mais espaço para elas nas próximas edições deste livro. Esta é apenas uma parte da nossa bonita e desafiadora trajetória em defesa da educação que liberta. Enquanto quem quer que seja for privado do direito à educação; enquanto trabalhadores e trabalhadoras forem ameaçados com mordidas ideológicas, políticas ou econômicas; enquanto o ensinar e o aprender não forem tomados como um mesmo processo; enquanto a arma valer mais do que o livro, nós nos faremos presentes.

Nosso muito obrigado a todos, todas e todes que, juntos, construíram – e seguem construindo – um SINPRO-DF que teima em não ser apenas um sindicato, mas um instrumento de esperança.

Diretoria do SINPRO-DF (triênio 2019-2022)



SUMÁRIO

1

A construção da utopia

P.6

2

Despertar de vocações

P.34

3

Pluralidade, diversidade e luta

P.84

4

Olhar para a frente

P.110

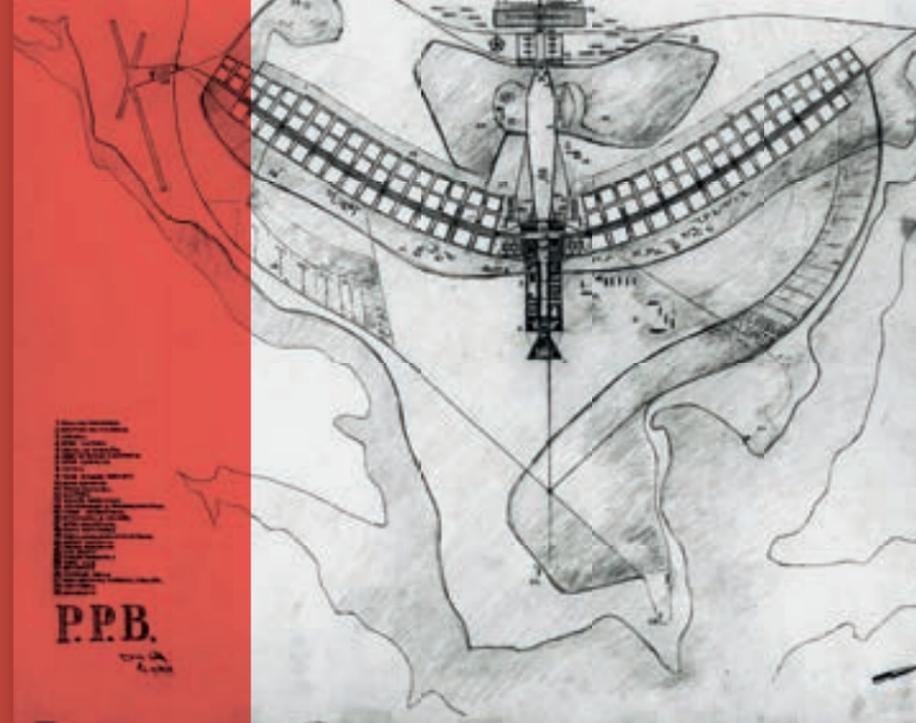


1

A CONSTRUÇÃO DA UTOPIA



Anísio Teixeira (4º da esq. para a dir.) visita instalações de ensino por ocasião do 12º Congresso de Educação da Associação Brasileira de Educação (Salvador, 1956); abaixo, trabalhadores em fila para cadastramento a um emprego na construção de Brasília; na página ao lado, projeto do Plano Piloto de Brasília (1957)



A história do ensino público no Distrito Federal começa em 12 de julho de 1900, em Caetité, no sudoeste da Bahia, onde nasceu Anísio Spínola Teixeira. Nem em seus mais profundos devaneios os pais daquele menino poderiam prever o que o futuro reservava para o filho. Tudo apontava para a trajetória típica de um rebento da elite local: as primeiras letras na cidade natal, no Colégio São Luís Gonzaga, de padres jesuítas; estudos complementares no Colégio Antônio Vieira, da mesma ordem, em Salvador; e curso superior no Rio de Janeiro, então capital da República.

O destino de Anísio Teixeira, porém, guardara-lhe algo muito mais meritório e relevante do que a mera reprodução de uma carreira formal, tão ao gosto das classes abastadas de seu tempo. Graduado, em 1922, em ciências jurídicas e sociais na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro (hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro), dois anos depois assumiu o cargo de inspetor geral do Ensino da Bahia, o equivalente ao atual posto de secretário estadual de Educação.

Iniciava-se ali a profícua experiência de um talentoso pedagogo e refinado formulador de políticas públicas na área da educação, que anos mais tarde formaria com Paulo Freire (1921-1997) e Darcy Ribeiro (1922-1997) a tríade dos mais importantes educadores brasileiros.

Anísio Teixeira aprimorou seu cabedal teórico e prático depois de conhecer as experiências europeias e americanas mais avançadas no campo da educação, e consolidou suas bases intelectuais a partir da aproximação com as ideias do educador americano John Dewey (1859-1952), de quem foi aluno na pós-graduação na Universidade Columbia.

De volta ao Brasil, em 1931 Anísio Teixeira foi trabalhar no recém-criado Ministério da Educação e Saúde, onde foi responsável pela reorganização do ensino secundário no país. E em 1932 foi um dos 26 signatários do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, documento fundamental da educação brasileira, onde estão lançadas as bases de um plano nacional de educação sob a premissa de uma escola pública de qualidade, igualitária, gratuita, obrigatória e laica.

Quadrilátero Cruls

Remonta aos debates do processo constituinte de 1891, dois anos após a proclamação da República, a ideia de fazer constar da Constituição brasileira um dispositivo que previsse a transferência da capital do país para o Planalto Central. De fato, a primeira Constituição da era republicana consignava:

“Artigo 3º – Fica pertencendo à União, no planalto central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura Capital federal.”

O topônimo Brasília, aliás, havia sido mencionado pela primeira vez em 1823, quando o então deputado José Bonifácio de Andrada e Silva encaminhou à Assembleia Constituinte do Império do Brasil o documento “Memória sobre a necessidade de edificar no Brasil uma nova capital”. Mas o processo só foi retomar andamento em 1892, já na República, quando o presidente Floriano Peixoto encarregou o cientista belga Luiz Ferdinando Cruls, diretor do Observatório Nacional, de chefiar a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, com a missão de demarcar a área da futura capital. Assim foi feito: a porção de terra devidamente balizada passou a ser conhecida, em razão de sua forma, como Quadrilátero Cruls.

Em 7 de setembro de 1922, ano do centenário da Independência, o presidente Epitácio Pessoa ordenou que fosse lançada em Planaltina (GO) a pedra fundamental da futura capital. E, finalmente, em 1953, o governo de Getúlio Vargas determinou a revisão do antigo Quadrilátero Cruls para que uma nova demarcação abrangesse uma área de 5.850 quilômetros quadrados, formada por nacos de território dos municípios goianos de Formosa, Luziânia e Planaltina.



O ministro da Educação e Cultura Antônio Ferreira de Oliveira Brito discursa na inauguração da Universidade de Brasília (abril, 1962)



Sala de aula da Escola Parque 307/308 Sul

Até então, a futura capital não era nada mais do que um sonho distante. Foi preciso que um candidato presidencial visionário desse tintas de realidade àquela utopia. Na campanha eleitoral de 1955, o então candidato Juscelino Kubitschek de Oliveira incorporou ao seu Plano de Metas a construção da nova capital. Empossado o presidente eleito, em 31 de janeiro de 1956, passaram-se dezenove meses até que fosse sancionada a Lei nº 3.273, que em seu Artigo 1º estabelecia:

“[...] será transferida, no dia 21 de abril de 1960, a Capital da União para o novo Distrito Federal, já delimitado no Planalto Central do País.”

O desenho da nova cidade, pleno de sonhos e utopias, brotou das mentes inspiradas de Lúcio Costa, Oscar Niemeyer e suas equipes. Eles e seus auxiliares diretos conceberam a sede administrativa de uma nação, mas também um lugar para viver, e conviver, e estudar.

Ao passo que a capital ia sendo edificada, seus mentores não perdiam de vista as ideias do educador Anísio Teixeira e sua sagrada obsessão em favor de uma escola pública universal, gratuita e de qualidade. Faz parte de seu legado, ademais, a defesa de um fundo para o financiamento da educação pública livre da influência dos humores políticos circunstanciais e a compreensão da docência como profissão. Na definição do sociólogo Florestan Fernandes (1920-1995), Teixeira foi “o campeão na luta contra a educação como privilégio”.

Tão vinculado estava o educador baiano ao sonho da nova capital que foi ele um dos idealizadores da Universidade de Brasília, da qual foi o primeiro reitor.

A nascente metrópole merecia o melhor, o que incluía boas escolas.

Escolas pioneiras

O início da construção de Brasília mobilizou empresas e trabalhadores numa dimensão até então nunca vista naqueles ermos do Cerrado. Tudo era novidade, tudo era difícil, tudo era fascinante.

O marido da professora Wanda Clementino Dias Corso, por exemplo, era mestre de obras na Construtora Rabello, uma das tantas empreiteiras engajadas na construção da nova capital. Ele viera conhecer o terreno do canteiro de obras ainda em 1956; Wanda e os três filhos do casal chegariam no ano seguinte, deixando o conforto de Belo Horizonte para embrenharem-se na aventura da construção de Brasília.



PRIMEIRA PROFESSORA

As famílias que vieram disseram que só viriam se tivesse escola para os filhos. Então a [construtora] Rabello construiu uma escola, e eu fui a professora dessa escola [Escola Classe da Rabello]. Eu lecionava para primeiro, segundo, terceiro e quarto anos, numa sala só. O material para as crianças vinha de Goiânia [às expensas da Rabello]. Eram umas 25 crianças [na escola do acampamento]. A dificuldade era grande. Eu separava as crianças por série. Dava um exercício para as da primeira série e, enquanto eles estavam ali ou desenhando ou pintando, eu ia para a segunda. Dava o material para a segunda e passava para a terceira, e depois ia para a quarta. Todos tinham os seus trabalhos, ninguém ficava parado. E eu ia fiscalizando os trabalhos deles. Mais tarde, fiz concurso, passei e fui nomeada para trabalhar na Escola Classe da Vila Planalto, em 1960. Abracei a causa dos professores. Fui dar aulas no acampamento e no Colégio Dom Bosco, onde fiquei de 1960 a 1966. Aposentei em 1970. Aposentei, mas não parei: abracei a profissão com muito carinho. Eu criei amor. E é onde estou até hoje.

Wanda Clementina Dias Corso



Alunos em atividade escolar: aplicação das ideias inovadoras de Anísio Teixeira



Grupo de professoras na Escola Júlia Kubitschek

As dificuldades enfrentadas pelos pioneiros não foram poucas. Tudo estava por fazer. Nos meses de calor, a poeira entrava por todos os poros, cobria as roupas e grudava nos cabelos. No tempo das chuvas, que por vezes caía ininterruptamente por semanas, era o barro, um barro vermelho, pegajoso: não havia sapato que resistisse.

A primeira escola pública de Brasília foi o Grupo Escolar 1, na Cidade Livre, inaugurado em outubro de 1957 – com cinco professores e 150 alunos, filhos de funcionários da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap). Depois denominou-se Escola Júlia Kubitschek, com educação em tempo integral.

Durante os primeiros meses de funcionamento, a escola não teve uma direção designada. Por decisão do grupo de docentes, a gestão da escola era exercida pelas professoras em sistema de rodízio, renovado a cada vinte dias. As tarefas administrativas e pedagógicas eram definidas coletivamente. Após essa experiência de gestão, o grupo docente elegeu, por voto direto, a professora Santa Soyer como primeira diretora da instituição.

Nesse meio-tempo, vinte professoras atuantes no Distrito Federal foram enviadas à Bahia para conhecer o modelo de educação concebido por Anísio Teixeira. Oito delas foram se especializar nas técnicas aplicáveis na Escola Parque e as outras doze, em Escolas Classe. O grupo foi conferir, na prática, como funcionava o sistema educacional previsto para a nova capital.

Foi sob inspiração das ideias de Anísio Teixeira que se concebeu a estrutura educacional das escolas públicas do Distrito Federal, replicando os conceitos de Escola Classe e Escola Parque. Na primeira, os alunos teriam as aulas teóricas e as disciplinas comuns do currículo oficial; na segunda, eram oferecidas aulas de educação física e artes, esporte e lazer, inclusive artes cênicas.

Projetada para servir de símbolo da transformação do país, Brasília era um gigantesco ímã, atraindo cada vez mais gente. No segundo semestre de 1959, entre escolas de acampamento de empreiteiras e escolas públicas funcionando no Distrito Federal, era de 4.682 o número de crianças atendidas.

A primeira escola pública a oferecer ensino médio foi instituída no âmbito da Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília (CASEB), aberta em maio de 1960, um mês depois da inauguração de Brasília. Em paralelo, o governo federal promoveu o Primeiro Concurso Nacional para Professores de Brasília, atraindo candidatos com chamarizes como moradia gratuita, ótimo salário e a possibilidade de trabalhar em um sistema de ensino inovador, que pretendia ser modelo para todo o país, baseado nas concepções de Anísio Teixeira.

O concurso transcorreu a contento, mas as promessas feitas aos professores aprovados não foram integralmente cumpridas. Para organizar suas reivindicações, os professores e as professoras criaram, em 15 de outubro de 1960, a Associação dos Professores do Ensino Médio de Brasília (APEMB), primeiro núcleo organizativo dos docentes do DF, formado, majoritariamente, por professores do CASEB, do Centro de Ensino Médio Elefante Branco e também professores do ensino primário. Passaram a exigir o cumprimento das promessas feitas quando do concurso, especialmente as que diziam respeito à moradia.

Em 11 de dezembro de 1961, a organização dos docentes ganhou reforço com a criação da Associação Profissional dos Professores Secundários e Primários de Brasília (APPSPB). O passo seguinte seria a institucionalização de um sindicato.



Anísio Teixeira

ACIDENTE OU ASSASSINATO?

Anísio Teixeira tinha um almoço marcado com o lexicógrafo Aurélio Buarque de Holanda, em 11 de março de 1971, no Rio de Janeiro. Não compareceu ao compromisso nem enviou justificativa. Desapareceu. Como Anísio era tido como inimigo pelo regime militar, os amigos trataram de buscá-lo por todos os cantos. Seu corpo foi encontrado três dias depois, no fosso do elevador do prédio de Aurélio, sem hematomas que comprovassem a queda. Ainda assim, a versão oficial que prevaleceu foi a de morte por acidente.

Professores trocam
experiências em
intervalo de aulas



JOVEM PROFESSORA

Eu cheguei aqui muito menina, eu era uma das mais novas. Eu vim através de um concurso de nível nacional que Juscelino [Kubitschek] abriu, logo após a inauguração de Brasília. No Brasil todo, passaram 104 professores. O concurso foi elaborado pelo MEC, através de uma instituição chamada CASEB. Juscelino era vaidosíssimo com Brasília e não sabia como inaugurar uma cidade em que o ensino ainda não tivesse aflorado. Eu nasci e morava no interior de Pernambuco, em São Bento do Una. Meu pai viu no jornal [o anúncio da] inscrição para esse concurso. Eu já estava sonhando muito em vir para Brasília. [Fui para Recife fazer as provas] e achei que me saí razoavelmente bem. Em Pernambuco, só passaram cinco professores. Até hoje me lembro dos termos da carta [que recebi]: “Senhorita Maria Marta Cintra. Apraz-me comunicar-lhe que fostes aprovada e escolhida como professora a lecionar proximoamente...” etc. etc. Eu havia sido aprovada, e que dentro de dez dias eu comparecesse novamente à capital pernambucana para fazer uma entrevista. Eu nunca tinha feito uma entrevista em minha vida. Meu pai estava na fazenda, ia demorar a chegar, mas no cami-

nho ele já soube que eu tinha recebido a carta do MEC dizendo que eu havia sido aprovada. Quando meu pai chegou da fazenda, já todo mundo sabia. Foi o assunto da cidade. Isso, para uma menina, foi um sonho realizado. [Depois] chegou um telegrama dizendo para comparecer ao Banco do Brasil para receber uma ajuda de custo – e eu nem sabia o que era ajuda de custo. Foram 25 contos de réis [25 mil cruzeiros], que foi o que eu comecei a ganhar quando cheguei aqui. Um professor primário em Pernambuco ganhava três contos de réis mensais. Mandaram dizer também que cada professora receberia seu apartamento, conforme o número de pessoas que fosse acompanhá-la. Eu era solteira, então iria para um apartamentinho ali na 412. Fiquei felicíssima. Uma menina vir para a capital do país para abrir as primeiras escolas de Brasília. Era um deslumbramento como era a Brasília de 1960. O encanto, a esperança que esta cidade trouxe. Uma professora jovem trabalhar nisso foi uma coisa fantástica. Até hoje de vez em quando eu vou dormir, fecho os olhos e fico pensando na felicidade que tive em ser escolhida.

Maria Marta Cintra

NASCE O SINDICATO



Turma de alunos faz pose para a posteridade; ao lado, aula prática ministrada na imensidão do Cerrado



O problema da moradia para os professores concursados arrastou-se por meses, sem uma solução à vista. Enquanto isso, o sistema educacional da nova capital seguia estruturando-se passo a passo. Em 15 de janeiro de 1962, o Diário Oficial da União publicou decreto que instituiu a Fundação Universidade de Brasília; em 21 de abril do mesmo ano, foi inaugurado o campus da UnB.

A organização dos professores do Distrito Federal, a despeito de todas as dificuldades, já apresentava alguma musculatura e capacidade de mobilização. Em maio de 1962, os professores realizam a primeira greve da categoria, que durou sete dias, exigindo, além da moradia prometida para os professores pioneiros, um tratamento institucional adequado. Ocorre que, na época, os docentes eram tratados ou como celetistas ou como servidores estatais, a depender das circunstâncias e conveniências patronais, mas sempre com a intenção subjacente da negação de direitos.

Finalmente, em maio de 1963, como resultado de uma nova greve, de dezessete dias, professores e professoras do Distrito Federal conseguiram a primeira grande conquista da categoria: o reconhecimento da condição de docentes públicos.

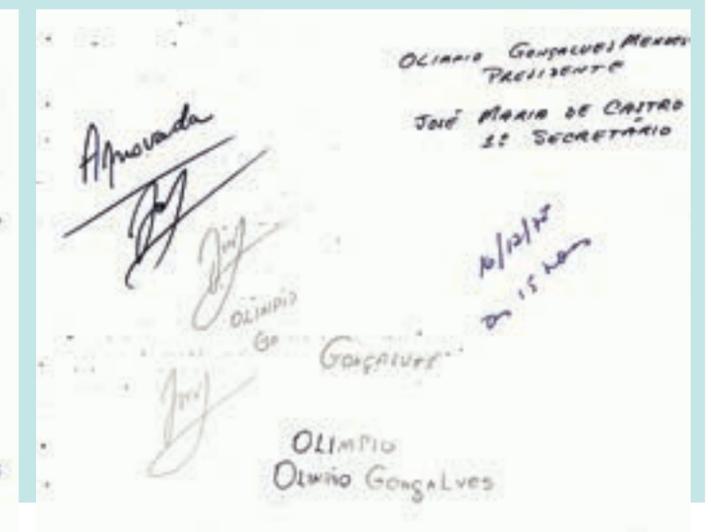
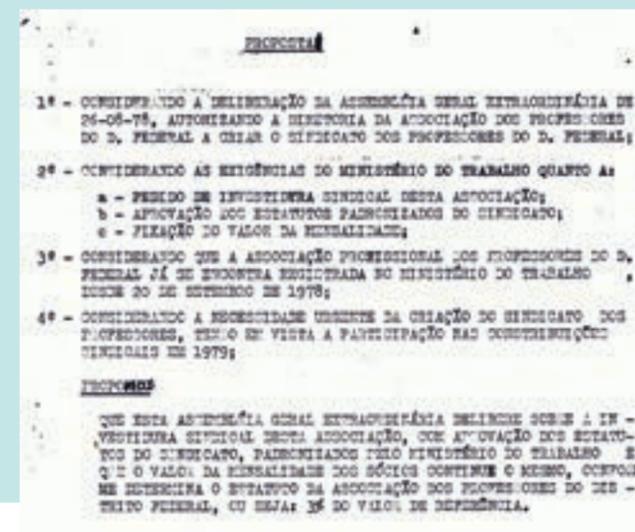
O movimento dos professores, então em escala ascendente, sofreu um refluxo violento com o golpe cívico-militar de abril de 1964, com a deposição do presidente constitucional João Goulart. Consumado o golpe, a sede da APEMB foi invadida e todo o seu acervo, destruído. O então presidente da Associação, Fábio Vieira Bruno, caiu na clandestinidade. Vários sindicalistas foram presos e detidos no Batalhão de Guarda de Brasília. Sob coerção, os militares exigiam dos militantes informações sobre a organização e o paradeiro de líderes que ainda não tinham sido encontrados. Os professores que participavam mais ativamente da APEMB passaram a ser perseguidos; alguns foram demitidos e presos.

O então estudante do ensino médio e presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas Olímpio Gonçalves Mendes conseguiu asilo político na embaixada do México antes de ser localizado pelas forças de segurança.

Olímpio Gonçalves Mendes iniciou sua militância política no movimento dos estudantes secundaristas, no começo dos anos 1960. Foi presidente da Frente Legalista dos Estudantes Goianos, seção de Formosa, em seguida secretário-geral da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e, depois, seu presidente. Foi nessa condição que participou do histórico comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964, no Rio de Janeiro, quando o então presidente da República João Goulart anunciou a promulgação dos decretos que previam as reformas de base, contemplando a preservação das riquezas nacionais e a defesa dos direitos dos trabalhadores da cidade e do campo.

Com o golpe militar, Olímpio obteve asilo político no México. Viveu no exílio até 1968, quando conseguiu retornar ao Brasil. Já aluno da UnB, engajou-se na militância estudantil e nunca mais deixou de lutar. Em 1973, foi aprovado em concurso como professor da então Fundação Educacional do Distrito Federal e iniciou sua trajetória no magistério.

O regime militar, em plena consolidação, sufocou toda forma de organização dos trabalhadores e fez dos sindicatos que ainda funcionavam meros arremedos de agências assistencialistas estatais. Assim, os quadros mais conscientes da militância sindical tiveram que optar ou pela informalidade, ou pela clandestinidade. As brechas que o regime deixava no arcabouço repressivo, no entanto, eram sempre ocupadas com criatividade e disposição para a luta. A correlação de forças era amplamente desfavorável para os trabalhadores, mas isso não foi o bastante para inibir o ânimo das categorias mais combativas. Como a dos professores do Distrito Federal.



Declarada ilegal pelo governo em 1964, a antiga Associação dos Professores do Ensino Médio de Brasília (APEMB) deu lugar, onze anos depois, à Associação de Professores do Distrito Federal (APDF), que retomou algo da capacidade organizativa da categoria. A nova entidade, formalizada em novembro de 1975, resultou de uma articulação promovida por Olímpio Mendes e um grupo de professores e professoras de Taguatinga e Ceilândia, que acabou atraindo docentes de todas as regiões do Distrito Federal. Foi uma primeira demonstração de força da categoria naqueles tempos bicudos.

No início concentrada em um núcleo de 38 professoras e professores, o movimento dos docentes, num crescendo, foi se espalhando por outras cidades do Distrito Federal. Em 20 de setembro de 1978, a ADPF obtém o registro junto ao Ministério do Trabalho e passa a denominar-se Associação Profissional dos Professores do Distrito Federal (APPDF). Era o último estágio a ser cumprido antes da formação do sindicato, o objetivo principal dos professores. Finalmente, em 14 de março de 1979, a APPDF recebe autorização do Ministério do Trabalho para converter-se em Sindicato dos Professores no Distrito Federal.



ENERGIA DE SOBRA

A primeira entidade na verdade foi [criada] em 1960, foi no início de Brasília. E em 1964 a ditadura desfez, destruiu, prendeu. E nós recuperamos essa história da associação em 1976. Eu já estava aqui havia cinco anos e eu, minha irmã, meu cunhado, o irmão, a gente se juntou em 38 professores e reorganizamos a Associação dos Professores [do Distrito Federal]. O sindicato se formou em 1979, então foram quatro anos de Associação. Eu sempre me coloquei como uma ativista, para ajudar fundar entidades. Às vezes paro e penso: eu não sei como a gente teve tanta energia para tanta coisa. Eu não me preocupava muito com a questão de segurança. Após cada assembleia de que participávamos, patrulhinhas [carros-patrolha] passavam em frente da sua casa, paravam e ficavam. Uma vez fomos pedir autorização – já havia essa história de que para se reunir tinha que pedir autorização – para uma assembleia. “Dá um susto neles!”. [Alguém] travou o elevador e ficamos quase quatro horas presos dentro do elevador da Secretaria de Segurança. Teve muita pressão psicológica, mas eu nunca fui presa. Eu tive filhos nesse período, filhos a cada cinco anos, desde os meus dezenove – eu tenho quatro filhos. Eu viajava, eu fazia todas as atividades que eu acreditava, que era principalmente semear ou impulsionar as pessoas a fazerem as coisas.

Lúcia Carvalho



PARTICIPAÇÃO DISCRETA

Em dezembro de 1972, por eu pertencer ao Partido Comunista Brasileiro, e na época estudante da UnB, fui preso e demitido da Fundação Educacional. E tive que fazer bicos para poder sobreviver, até à anistia, quando voltei. Essa militância começou com a Juventude Comunista, em Goiânia, em 1967, e lá eu dei os meus primeiros passos. Na época da [formação da] Associação eu não podia participar, porque eu era queimado, corria-se o risco de usar isso para intervir na Associação. Eu ficava por fora, a gente conversava,

mas sem eu ter uma participação efetiva, apenas como observador. Eu nem dava aula nessa época, porque eu estava impedido de dar aula em qualquer lugar. Eu ia às reuniões do pessoal, mas ficava caladinho, sentado, só observando, para [depois] fazer relatos para o Partidão. Eu participava meio de surdina. E o Olímpio, que também foi preso político, um dos fundadores da Associação, ele batia muito papo comigo. A gente trocava algumas ideias, e ele sabia da minha situação.

Aurélio Anchises Ribeiro de Souza



Ao lado, participantes do V Congresso Nacional da CUT (São Paulo, 1995); abaixo, policiais vigiam ônibus onde estão detidos estudantes da UnB (abril, 1964)



As principais lutas que mobilizavam os docentes eram, então, pelo Plano de Carreira, pelo Estatuto do Magistério, o contrato de 40 horas e o contrato de 20 horas. Diante da intransigência do governo no reconhecimento da pertinência de suas pautas, os professores do Distrito Federal apelaram para a legítima arma da greve. O sindicato convocou a paralisação e, mesmo sob o regime militar, os professores interromperam suas atividades por 23 dias naquele que se transformou no segundo grande movimento paredista de 1979 no país, na esteira das greves metalúrgicas do ABC paulista, lideradas pelo sindicalista Luiz Inácio da Silva, o “Lula”.



A PRIMEIRA GREVE

Formamos a Associação Profissional dos Professores do Distrito Federal – “profissional” porque era exigência que uma associação, para se transformar em sindicato, teria que passar por essa associação profissional dos professores, com transição de seis meses, se não me engano. Então veio o Sindicato dos Professores no Distrito Federal, em [14 de março de] 1979, e eu era o primeiro presidente. Mas houve a greve de 1979, em abril, e eles fizeram intervenção no Sindicato dos Professores, me tiraram do sindicato, não respeitaram o direito que eu teria de mais um ano de presidente, que era por lei, e também me demitiram da Fundação Educacional na mesma época, como professor. Fiquei desempregado durante cinco ou seis anos. Só consegui voltar porque eu entrei com um processo em 1980, na Justiça em Brasília. A greve iniciou com bastante força e continuou com muita força. Houve a participação da categoria como um todo, da área urbana e rural. Havia assembleias e as reivindicações não eram atendidas pelo governo. Na época, o Wladimir Murinho saiu como secretário [da Educação] e entrou Euides Brito, e ela era difícil para negociação porque era muito fechada, era representante do sistema militar e apadrinhada do [coronel] Jarbas Passarinho, que era ministro do Trabalho. Ela não estava ali por brincadeira, ela estava representando o sistema militar. Não havia resposta nenhuma, não havia decisão nenhuma [quanto] às reivindicações. E nós continuamos com a greve. Logo depois da greve, no início de maio, houve a intervenção no sindicato e a demissão de 39 professores. Ficamos três sem anistia, sem perdão nenhum, sem volta: foram Marcio Baiocchi, a esposa dele, Everli Fracari, e eu, como presidente do sindicato. [Sobre] os outros professores, houve uma negociação na Fundação Educacional e eles voltaram a trabalhar.

Olimpio Gonçalves Mendes

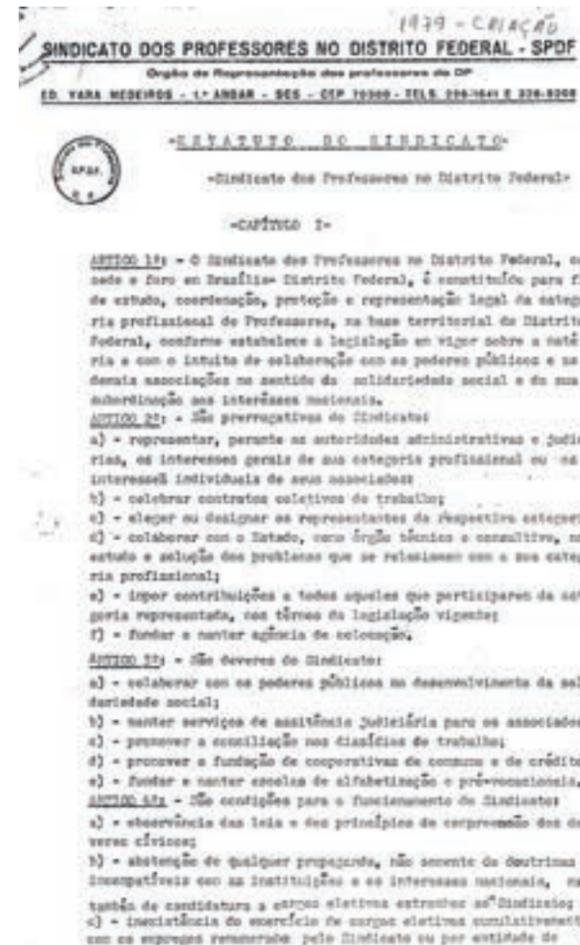
COMUNICAÇÃO PLURAL

O jornal *Quadro Negro* surgiu tão logo foi fundada a Associação dos Professores do Distrito Federal. No começo era um jornalzinho precário, impresso em preto e branco, com tiragem em torno de dez mil exemplares, circulação mensal e distribuição em todas as escolas. Curiosamente, o primeiro número trazia em branco o espaço destinado ao nome do jornal. No segundo número, o cabeçalho trazia a referência “Órgão de Imprensa do Sindicato dos Professores”, e o jornal anunciava um concurso para a escolha do nome do veículo. A edição seguinte já estampava o título escolhido: *Quadro Negro*. A pauta tratava das reivindicações dos professores, trazia artigos sobre a realidade política nacional e matérias de cultura.

O *Quadro Negro* foi o principal veículo de informação do SINPRO até a adoção, pelo sindicato, das plataformas digitais de comunicação. O jornal, porém, não perdeu a importância: o *Quadro Negro* agora é parte do mix de comunicação manejado pelo sindicato.



Policiais interpellam metalúrgicos em greve, em São Bernardo do Campo (maio, 1980)



SEMPRE MILITANTE

Quando eu fui contratada para a Fundação [Educativa], uns seis meses [depois] houve a maior greve do Distrito Federal, que ainda hoje é lembrada: é a greve de 1979. Eu já participei dessa greve. Fui processada, fui demitida, fui presa. Eu participei desde a Associação dos Professores, que depois foi transformada em sindicato. Foi o Olímpio [Mendes] que fez esse trabalho, e depois o [José] Libério. Sempre fui militante, sempre fiz discurso lá na rampa, sempre fiz caminhada, sempre invadi o Congresso com os outros, passava dia, passava noite. E era ditadura.

Maria Holanda Lopes Carvalho



MAPA DO CAMINHO

Fiz vestibular para Química e entrei em 1975 [na UnB]. Eu era muito jovem ainda na universidade. Dois anos depois que eu entrei, em 1977, veio a primeira grande greve, depois a ocupação da UnB, em 1978, então foi barra muito pesada. Nessa época eu já participei do movimento de greve e me filiei ao Partido Comunista Brasileiro, que já tinha uma boa militância nos estudantes – o PT nem existia nessa época. Depois é que eu entrei na Secretaria de Educação, em 1978: fiz concurso, passei superbem colocada e entrei. Em 1979 teve a primeira greve dos professores. Eu muito menina, grávida do primeiro filho, estava esperando gêmeos, e uma greve complicada, muito complicada. Eu entrei e não saí mais da militância política. Logo depois da greve eu fui convidada para participar da direção do SINPRO, como suplente. Não tinha muita experiência, não sabia direito o que era, mas tinha um pique bom de saber que o caminho era por aí. Foi [quando] começou a minha militância no movimento da educação. Eu participei de todos os movimentos que houve na educação desde que entrei: fui dirigente do SINPRO por cinco mandatos depois, eu nem conto esse primeiro porque estava na suplência, mas fui dirigente do sindicato durante um bom período. Tive uma vivência muito forte da luta dos trabalhadores da educação e da construção desse sindicato, que é uma experiência fantástica: é uma entidade de vanguarda.

Rejane Pitanga

Manifestação de trabalhadores reivindicando melhores condições de vida e de trabalho (s.d.)



SOB INTERVENÇÃO

Em 1979, acompanhei muito de perto a greve dos professores. Só que logo após a formação do sindicato houve uma intervenção. Foi uma greve muito boa, parou tudo, eram quase 100% da categoria na greve. Mas foi uma greve com muito autoritarismo. Eu lembro que houve demissões e intervenção no sindicato. Essa intervenção durou uns nove meses ou mais. Quando foi em 1980, aí teve eleição e foi eleita a diretoria do SINPRO. Eu sempre tive admiração pela categoria e pela entidade, porque [baseada em] muita luta. O pessoal tinha muita resistência.

Auriene Vieira



O então líder estudantil José Dirceu insuflando a massa nas ruas de São Paulo (1968)

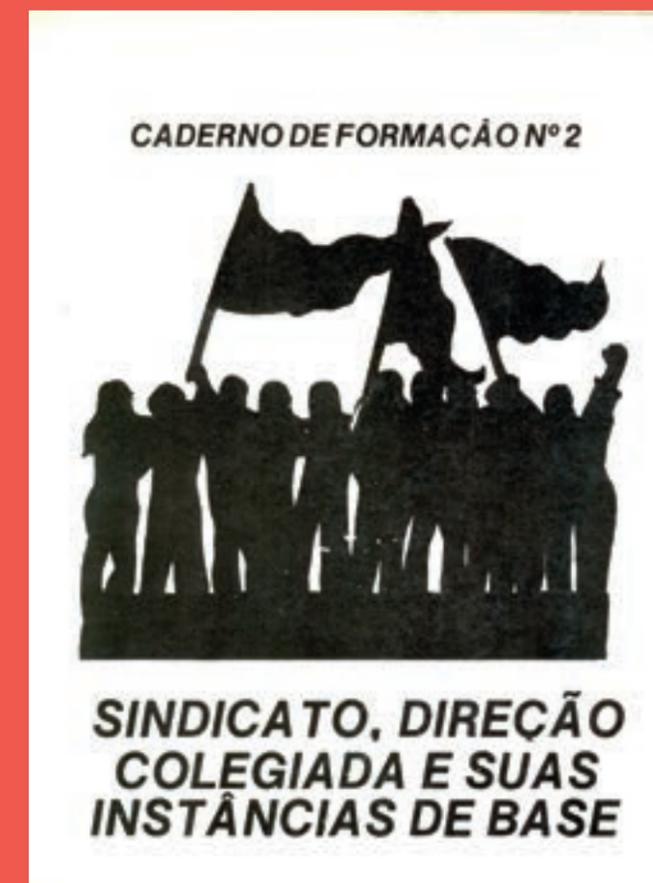
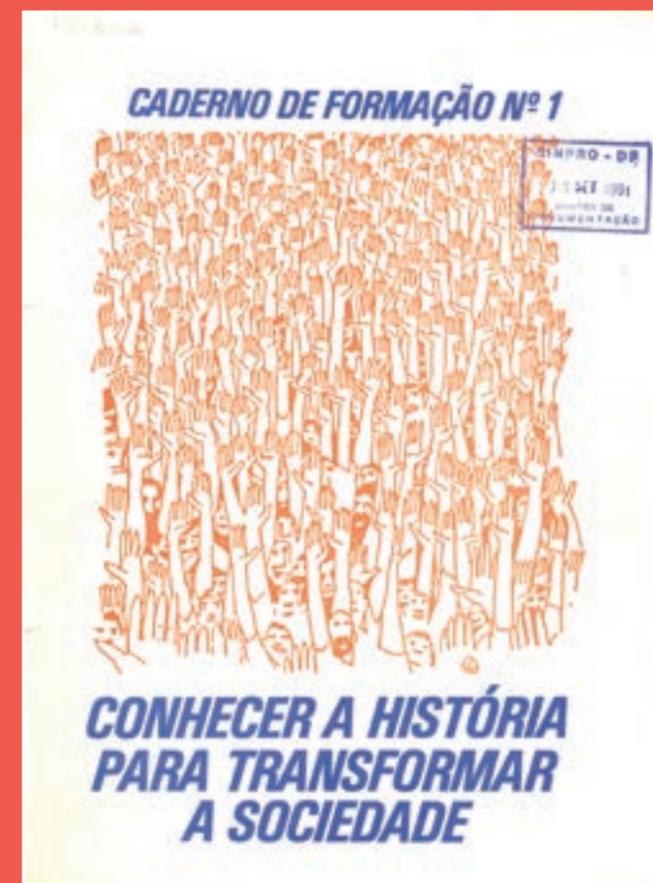


SINDICATO ABRANGENTE

Comecei a trabalhar [como professor] no final dos anos 1970, início dos 80. A partir de 1982, eu já dava aula em escolas regulares, em pré-vestibular etc. A integração maior ao sindicato se dá num momento posterior. Eu também precisava me engajar do ponto de vista profissional, não podia ficar só por conta de sindicato. Era um momento da minha vida em que eu ainda estava na universidade, ainda ligado ao movimento estudantil e trabalhava dando aula. Nesse período a minha participação sindical não era ainda efetiva. Ela vai ser efetiva mais para os meados dos anos 1980; na verdade, a partir da primeira greve de escolas particulares que houve no Distrito Federal, em 1985. Nessa greve eu já trabalhava em mais de uma escola, já era um profissional que tinha carteira assinada. A partir desse momento a participação sindical realmente se efetiva. O SINPRO, desde que foi criado, representava as escolas públicas e particulares. Brasília era um lugar peculiar em relação aos outros estados. Os profissionais da educação eram ligados à Fundação Educacional do Distrito Federal – e eram celetistas, assim como os profissionais da educação

da área privada, também celetistas. Quando o sindicato foi criado, como Sindicato dos Professores “no” Distrito Federal, ele abarcou todos os profissionais da educação. Inclusive o Sindicato dos Professores representou também os professores da Universidade de Brasília. Quando entramos no sindicato, em 1986, por exemplo, em nossa diretoria havia uma professora da UnB. Até então, a organização dos profissionais da educação da universidade não tinha uma entidade que os representasse, inclusive legalmente. O sindicato acabou por representar esses professores até a criação da ADUnB [Associação dos Docentes da UnB] e a [posterior] criação da ANDES, o Sindicato Nacional [dos Docentes das Instituições de Ensino Superior]. Eu estava na chapa de 1986 a partir da minha militância na greve de 1985. Formamos uma diretoria com pessoas que trabalhavam na escola pública e pessoas que trabalhavam na escola particular. Isso sem contar que uma boa parte trabalhava tanto na escola pública quanto na particular. Eu fui um profissional que nunca trabalhou na escola pública, só trabalhei em escola particular.

Ari Nogueira



Capas dos Cadernos do Formação produzidos pelo SINPRO-DF no final da década de 1980: política feita pela base

RETRATO DE UM LÍDER

É unânime entre os que conviveram com Olímpio Gonçalves Mendes a percepção de sua capacidade de articulação e liderança. Pouco afeito a grandes arroubos retóricos ou comportamentais, ele encarnava o típico goiano tranquilo, cordato, mas firme em seus princípios e convicções. Foi assim que levou adiante a construção da Associação dos Professores do Distrito Federal e, a partir desta, o metódico trabalho de formalização do SINPRO-DF, finalmente constituído em março de 1979.

A atuação de Olímpio se deu em meio a dificuldades tremendas, tanto políticas quanto pessoais. Os obstáculos, porém, não o impediram de continuar a luta. Assim o fez e deixou sua marca na história do SINPRO.

Olímpio faleceu em 7 de setembro de 2020, aos 80 anos de idade.



DRAMA PESSOAL

Olímpio foi uma pessoa excepcional. Ele trabalhou na Fundação e fundou a Associação [dos Professores do Distrito Federal]; depois de fundada a Associação, ele transformou a Associação em sindicato. Ele foi preso e durante a prisão a esposa dele morreu. Era muita pressão. Passou muita necessidade porque ele não tinha mais salário e ficou com os filhos para criar. Era uma pessoa muito importante e participava de todos os movimentos, em todas as cidades-satélites. E eu ia junto. A gente fazia [o circuito das] regionais para preparar para as assembleias, e conseguimos lotar as assembleias.

Maria Holanda Lopes Carvalho



ALEGRE E TRANQUILO

Olímpio Gonçalves Mendes, casado com Maria Aparecida de Carvalho, minha querida irmã. Ele era uma pessoa de esquerda, foi exilado em 1964, fugiu pelo Chile e depois foi para o exílio no México. E ele voltou quatro anos depois. Em 1968 ele já estava aqui e conheceu minha irmã. Fez concurso na Fundação Educacional e reingressou na vida. Olímpio morreu recentemente, de infarto. Estava com 80 anos e já tinha uma certa debilidade na saúde. Mas era uma pessoa alegre, um goiano tranquilo, me deu três sobrinhos maravilhosos. E quando nós fundamos o sindicato, em 1979, fizemos uma greve já sob a égide do sindicato. E o Ministério do Trabalho usou de uma lei existente na época e fez uma intervenção, demitiu a diretoria toda do sindicato. Ele ficou por alguns anos sem trabalhar, tendo que ir para a rede particular, até que nós conseguimos reabilitá-lo. E temos tentado recuperar a memória das pessoas que lutaram, como Olímpio, que foi uma pessoa que não desistiu. Ele era bem devagar, era um goiano típico, mas ele não deixava de lutar.

Lúcia Carvalho



O regime de força patrocinado pelos militares não conseguiu inibir as massivas mobilizações lideradas pelo SINPRO-DF (acima e abaixo)



PAPEL DECISIVO

Ele era uma pessoa muito atuante, foi presidente da Associação dos Professores, teve um papel importante na organização do movimento dos professores; depois a associação virou sindicato. Era muito sério e tinha um envolvimento muito grande com o movimento. Como eu entrei na época da greve [de 1979], no momento da transição da Associação para o sindicato, então não tive uma convivência muito próxima [com ele], como tive com outros companheiros e companheiras dirigentes do SINPRO. Mas era uma pessoa extremamente calorosa, que tem um papel importantíssimo na nossa organização num momento de ausência de liberdade e ausência de democracia.

Rejane Pitanga





BOM COMPANHEIRO

O Olímpio é muito fácil de caracterizar. Goiano de Formosa, um professor muito tolerante, muito bom no seu convívio, uma pessoa de muita garra. Quando eu entrei na Fundação Educacional, o Olímpio já vinha há algum tempo militando em prol dos professores. Depois que saiu do sindicato ele foi ser vereador em Formosa. Uma pessoa muito paciente, muito amiga.

José Libério Pimentel



Grupo de professoras pioneiras da então Fundação Educacional do Distrito Federal; na página ao lado, alunos e alunas de uma rede pública que primava pela qualidade



INTELIGÊNCIA E CORAGEM

Ele não saía lá de casa. O professor Olímpio foi fundador do Sindicato dos Professores, era um profundo conhecedor das necessidades da categoria. Sofreu na própria pele quando foi demitido da Fundação Educacional na primeira greve da categoria, em 1979 – ele, o professor Márcio Baiocchi e a professora Lúcia Iwanow. Aí ele foi trabalhar na rede particular, portanto ele conhecia a realidade dos dois lados. E lutava pela sua melhoria. Em 1985 ele foi reconduzido ao cargo, através de um acordo coletivo de trabalho firmado entre o SINPRO e o [então] governador do DF, José Aparecido [de Oliveira]. Ele era uma pessoa de personalidade extremamente equilibrada, muito inteligente, muito observador, corajoso, muito bonito por fora e por dentro. Ele tinha um faro para dialogar e negociar como ninguém. Lembrando que o sindicato foi fundado na ditadura militar, num regime opressor e autoritário, ele sabia

conduzir a categoria com muito cuidado, ciente dos riscos e perigos que podiam ocorrer, num regime onde tudo era proibido e nada era permitido. [Acreditava] que só através da luta dos professores as melhorias nas condições de trabalho poderiam ser alcançadas. O ambiente no sindicato costuma ser uma panela de pressão, onde as discussões por vezes ficam acaloradas. Ele chegava com aquele sorriso apaziguador, com aquela serenidade e discernimento, e assim ele desarmava todo aquele estresse dos diretores e apontava soluções eficientes com o intuito de diluir o conflito. Conviver com a pessoa assim ensina que precisamos ter tolerância, persistência, coragem, sabedoria e inteligência. O que mais me chamava a atenção nele era seu equilíbrio, sua coragem, humildade, sabedoria e resiliência.

Arnalda Gomes da Silva



LAÇOS FORTES

O Olímpio era uma boa pessoa, eu não nego que era um lutador, e além de lutador era destemido. Eu via nele essa vontade de criar o sindicato, de fazer um combate ao autoritarismo da ditadura. Mas ele era filiado ao MDB, ele e a maioria das pessoas que constituíram a primeira direção do Sindicato, e como nós já éramos militantes petistas, aí começou uma disputa entre o grupo do MDB e o nosso grupo petista. Havia aquele desgaste com o pessoal que compunha a direção porque eles já estavam na segunda gestão, e acompanhavam as ideologias do MDB. Defendiam a nossa categoria, sim, não resta dúvida; tiveram a capacidade e a clareza de criar o sindicato, de comprar uma sede no Setor Comercial Sul, uma sede histórica, que ficou lá até poucos anos atrás. Mas faltava, durante os seis anos de gestão deles, um pouco mais de garra, aquela garra [nossa, de] estudantes saídos da universidade com fogo nas veias, o sangue vibrando pelas lutas estudantis. E formamos uma chapa defendendo o trabalho de base. As pessoas que compõem a direção sindical não podem ser pessoas burocráticas que ficam nas suas salas com o telefone na orelha o tempo todo. A obrigação era ir para as bases onde os trabalhadores estavam, que eram as escolas. Com esse discurso, com esse tipo de desenvolvimento de trabalho de relação com a categoria, nós ganhamos – e muito bem – a eleição em 1986. Até hoje é uma direção onde a maioria é petista. Dessa primeira gestão petista eu participei, [com] pessoas como a Lúcia Iwanow, Walter [Ney Valente] “Peninha” e Márcio Baiocchi: tenho respeito e carinho por eles, continuamos amigos até hoje.

Maria Augusta Ribeiro



RUMO À CAPITAL

Brasília exercia um poderoso fascínio sobre quem se dispusesse a embarcar na aventura da construção da nova capital. Foi assim com os trabalhadores da construção civil e provedores de serviços, durante o período das obras, foi assim também depois da inauguração da cidade, quando ainda tudo estava por fazer e as oportunidades eram muitas para quem estivesse propenso a aproveitá-las. Enquanto isso, toda uma estrutura estatal ia aos poucos tomando forma. E entre os pilares sustentadores desse conjunto a educação pública desempenhava papel preponderante.

A qualidade das escolas e do ensino ali praticado encantava as famílias que chegavam de todos os cantos do país, sobretudo do Nordeste. A luta por uma vida melhor, alicerçada no acesso à educação de qualidade, era motivo mais que suficiente para justificar uma viagem sujeita a percalços de toda ordem e as dificuldades inerentes a uma vida nova em lugar novo.



NOÇÕES DE TRÂNSITO

Minha mãe sempre falava assim: “Tem que estudar. Tem que viver no meio de pessoas de respeito para ser respeitado e ter respeito”. A minha irmã veio para Brasília, passou muita necessidade aqui, mas ela não saiu. Ela começou a trabalhar, ia para a feira do Guará, ajudava nas bancas de feira, até conseguir comprar uma banca. Isso era na ditadura; eu cheguei no pós-ditadura. Eu vim porque [no Nordeste] a gente não tinha como sobreviver, e ela nos chamou para vir para cá. Em nossa família é assim: se um tiver, tem que dividir com todos os outros; se um perder, todos os outros perdem. É uma coisa muito bonita, pode ser até ruim, mas é bonita. A minha irmã estava aqui, já tinha comprado a banca, e nós viemos. Eu tinha muito medo de acidente de carro. Eu tinha muito medo de ser atropelada, não tinha noção dos sinais de trânsito. Cheguei e fui trabalhar numa creche, daí fui trabalhar em Ceilândia até passar



O então presidente Juscelino Kubitschek acena para a multidão na inauguração de Brasília (abril, 1960)

no concurso da Fundação [Educativa do Distrito Federal]. Quando eu trabalhava numa escola, eu sempre carregava a bagagem do Nordeste – modéstia à parte, sou muito criativa, sempre fazia as coisas, criava e fazia pastoril, fazia dança com os alunos, fazia brincadeira de roda –, e eu terminei sendo professora de Artes sem ser formada. Depois eu pude estudar e fiz justamente o curso de Artes Cênicas.

Maria Holanda Lopes Carvalho



A viagem até Brasília era difícil, acidentada, cheia de imprevistos, mas valia a pena



SAÚDE E EDUCAÇÃO

Estudar. Estudar e melhorar as condições de vida, tentar ajudar a família para ajudar mais as pessoas a estudarem também. Foi isso que me motivou: fazer concurso fora e trabalhar para estudar. O sonho da minha vida era fazer um curso superior. Eu saí de São Raimundo Nonato [PI] no dia 2 de janeiro de 1976 e cheguei a Brasília no dia 6 de janeiro, foram quatro dias de viagem. Eu vim com a coragem e a cara viajando no “pau de arara”. O dono do caminhão era um grande amigo da família, mas eu estava sozinha. Tinha uma parente da minha mãe que conseguiu articular um quartinho para eu ficar [em Brasília], nos fundos de uma casa de família. Quando foi no mês de fevereiro abriu o concurso – naquela época tinha muito concurso – na Fundação Hospitalar e na Fundação Educacional. Eu passei superbem nos dois concursos e rapidinho já estava trabalhando concursada. Primeiro eu trabalhei nas duas, mas chegou um momento em que eu pedi demissão da educação e fiquei só na hospitalar. Depois fiz outro concurso, sai da hospitalar e fiquei só na área de educação. Trabalhei um período como professora de 1ª a 4ª série, depois fiz outro concurso e fui dar aula no segundo grau.

Auriene Vieira

RIXA BENDITA

Pastoril é um folguedo popular muito apreciado no Nordeste. O Partido Encarnado e o Partido Azul disputam a preferência do público, no que pode ser apenas um jogo lúdico ou uma contenda para ver quem é capaz de angariar, por exemplo, mais doativos para as obras assistenciais da paróquia.



MOTIVOS PARA MIGRAR

O motivo foi o de sempre: a migração das famílias sertanejas para as grandes cidades, que nós temos até hoje. O meu bisavô paterno, lá pelo século XIX, era considerado um homem muito rico, e naquele tempo a riqueza no semiárido nordestino era medida pela quantidade de terra que as pessoas tinham. E eu contava isso para os meus alunos, quando ia falar da estrutura agrária brasileira. Contava uma história, e ela é verdadeira: meu bisavô tinha muita terra, mas ele teve 32 filhos com duas mulheres, e na verdade não foi uma e depois outra: ele tinha uma mulher, a esposa dele, mais uma amante; de cada uma teve dezesseis filhos. A minha avó paterna era filha da amante do meu bisavô, e acabou recebendo uma parte da herança em terras. Ele tinha muita terra, mas acabou dividindo toda a extensão de terras que tinha. Dividiu por 32. Então a minha avó recebeu um trinta e dois avos das terras do meu bisavô. Só que a minha avó, mãe do meu pai, teve nove filhos, e ela teve que dividir um trinta e dois avos que ela havia recebido, por nove. Então, meu pai recebeu um nono do um trinta e dois avos da minha avó. E teve mais oito filhos... Não tinha jeito, ou seja, não tinha como sobreviver. A saída foi vir para Brasília, porque a divisão das terras foi exatamente essa. Fomos o que se chamava naquela época de retirantes. Havia também uma preocupação com a educação. Minha mãe e meu pai eram autodidatas, e, além das questões relativas à estrutura fundiária em que nós nos metemos, havia uma preocupação com a educação. Foi por isso que nós viemos para Brasília.

Antonio Lisboa

As oportunidades criadas pela construção da nova capital atraíram trabalhadores de todos os cantos do país (acima e página ao lado)

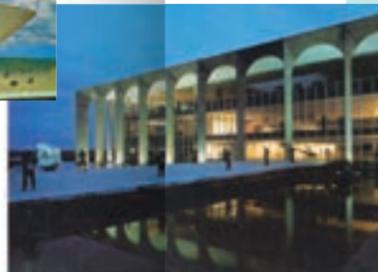


ATRÁS DE OPORTUNIDADES

Eu queria sair de uma cidade do interior para uma cidade maior por uma questão de oportunidades. E vim para Brasília, que tinha uma universidade pública de qualidade. Quando cheguei, no final dos anos 1970, era uma cidade muito tranquila, pacata. E nós vivíamos em função da realidade acadêmica, em função da universidade. A universidade virava para nós um pedaço da cidade, e era onde passávamos a maior parte do tempo.

Ari Nogueira

No sentido horário, os prédios do Congresso Nacional, do Palácio do Itamaraty e da Catedral de Brasília



VIAGEM ACIDENTADA

Eu saí na segunda-feira do Carnaval de 1974, de Parnaíba para Teresina, para pegar o ônibus de Teresina para Brasília. Quando chegou no meio do Maranhão, lá em Presidente Dutra, que era um entroncamento, esse ônibus já estava viajando sem freio de mão, sem freio de pé e sem embreagem. Olha o absurdo que é isso. O [motorista] queria sair de Presidente Dutra para chegar em Araguaína, em Goiás, uns quinhentos quilômetros depois, para trocar de ônibus. Quando foi 10 horas da noite de terça-feira de Carnaval, em uma dessas subidas, o ônibus chegou lá em cima e não conseguiu passar para o outro lado: aí começou a voltar na subida. O motorista tentou levar o ônibus até lá embaixo, mas caiu na ribanceira e capotou quatro vezes. Pensa na confusão que foi isso. Felizmente não morreu ninguém. Ficamos lá de terça a quarta-feira, só foi passar o primeiro carro próximo da gente na quarta-feira à tarde: foi um caminhão dos Correios, que levou a notícia até Araguaína. Na quinta-feira, um ônibus veio resgatar a gente. Aí foi a primeira assembleia de que eu participei. Eles iam mandar um ônibus usado, aí a assembleia que a gente reuniu falou: “Nós só vamos sair daqui em ônibus novo, não vamos sair daqui em ônibus usado”. Quando eu cheguei a Brasília era sábado: às 7 horas da manhã estávamos desembarcando. Lembro da primeira imagem que vi quando desembarquei na rodoviária: eu olhava aquela Esplanada dos Ministérios, aquela coisa infinita com o Congresso Nacional ao fundo, e pensei: “Meu Deus do céu! É igualzinho aos postais que a gente recebe de Brasília”.

Nelson Moreira Sobrinho



ESCOLA PARA OS FILHOS

Nós éramos sete filhos, [e minha mãe] disse: “Não tem mais condições de mandar um filho para cada lugar para estudar”. E como ela sempre deu muito valor para a educação, ela fez todo um movimento para que a gente pudesse estar num lugar onde ela pudesse [ficar] com seus filhos, e que eles pudessem estudar. À época havia um primo dela que tinha vindo para Brasília ainda na construção da capital. Minha mãe inicialmente pensou em se mudar para Formosa, ou para Anápolis, ou Goiânia, que eram referências importantes para o pessoal que morava no interior de Goiás. E esse primo dela orientou que não, que ela deveria vir para Brasília, que aqui teria mais possibilidade de os filhos estudarem do que ir para um outro local.

Olgamir Amancia Ferreira



ESCALA MÁGICA

Chegamos à antiga rodoviária em 21 de dezembro de 1984. Lembro como fosse hoje: chovia, fazia frio. Foi o primeiro contato com a escada rolante, com esse mundo que a gente não conhecia nada – semáforos, essas coisas minimamente urbanas.

Tadeu Freire Pontes



PEDRAS DO CAMINHO

No início não é muito fácil. É um impacto muito grande. Você está numa cidade do interior, onde conhece tudo, onde conhece praticamente todas as pessoas, tem o direito de ir para lá e ir para cá. Quando cheguei aqui eu me deparei com essa dificuldade, inclusive para poder me locomover. Fui morar na Ceilândia e não tenho vergonha de dizer que não foi nada fácil. Mas fomos aprendendo, devagarinho. A gente não pode ter medo do novo: tem que encarar a realidade e ir tirando as pedras do meio do caminho.

Silvia Canabrava



Acima, da esq. para dir., a mãe Maria Vitória Silva de França, a avó paterna Emília Alves de França e Eliceuda França; abaixo, imagem da família reunida



MÃE CORAGEM

Meu pai era um homem muito forte, muito corajoso, mas minha mãe era mais forte ainda, mais corajosa ainda. Nós tínhamos dinheiro, a condição estava boa para nós, aí meu pai se envolveu com jogo de sinuca, bebida, com isso ele foi perdendo muito dinheiro e as coisas ficaram mais difíceis. Aí minha mãe optou por vir para Brasília. Foi uma decisão corajosa que ela tomou. E de uma maneira muito forte, decidida, ela cruzou esse Nordeste todo com sete crianças, quatro dias dentro de um ônibus, do Piauí para cá. Chegamos em Brasília na madrugada de 20 de janeiro de 1978, dia de São Sebastião. Minha mãe sempre foi uma religiosa muito fervorosa. Eu lembro que olhei para o Congresso e falei: “Brasília. Chegamos em Brasília”. Só que não sabíamos que passaríamos ainda mais horas rodando, procurando um transporte que nos trouxesse para Ceilândia.

Eliceuda Silva de França



Meg Guimarães (centro) e seus pais, Ozires e Ermosina, na formatura do Curso de Pedagogia-Orientação Educacional na Universidade Católica de Brasília (1989); ao lado, a casa onde Meg nasceu



SOLIDÃO PASSAGEIRA

A vinda para Brasília foi solitária, foi sem os meus pais e meus irmãos. No primeiro momento eu vim morar com tios. Eu precisei fazer isso porque na minha cidade, Redenção do Gurgueia [PI], não existia ensino médio em 1982-83. A maioria dos jovens da minha cidade ou vinha para Brasília, quando tinha parente ou algum conhecido, ou ia para Teresina, que é a capital. Meu pai e minha mãe resolveram me mandar para Brasília para continuar meus estudos, e aqui eu iniciei o ensino médio em março de 1983

numa escola pública, no CEI 3 do Gama. Foi muito, muito difícil essa experiência. Imagina você romper com a sua família, com o seu pai, com a sua mãe, as pessoas que você mais ama, seus irmãos que ainda precisavam de você, com quem você tinha uma relação próxima, de carinho, de afeto; seus amigos, suas amigas, seu primeiro amor, eu tive que deixar para trás meu primeiro amor. Eu sofri muito para poder continuar meus estudos em Brasília.

Meg Guimarães



TOP DE LINHA

O concurso para professor de Brasília, naquela época, nos anos 1970 e 80, era o melhor concurso no Brasil. Vinha gente do Brasil inteiro. E eu vim nessa leva.

José Antônio Gomes Coelho



DE MALA E CUIA

Saímos do Nordeste para ver se a gente arrumava alguma coisa na vida. Subir na vida. Comer melhor, dar educação melhor para os filhos, que lá não é essas coisas, tudo é mais fraco. Cheguei aqui há 36 anos, morei cinco anos em uma outra chácara e 31 aqui [na Chácara do Professor].

José Firmino da Silva





2

DESPERTAR DE VOCAÇÕES

DESPERTAR DE VOCAÇÕES

Ser professor, ser professora. Este era o objetivo de muitos dos que chegavam ao Distrito Federal, seja por aptidão ou gosto natural, seja por força das circunstâncias. O fato é que eram muitos os atrativos oferecidos por uma carreira no magistério. À antiga Fundação Educacional do Distrito Federal, mais tarde transformada em Secretaria de Educação, cabia gerir uma rede pública de ensino em franca expansão. Crescia a demanda por escolas, aumentava a necessidade de contratação de docentes. A via de acesso então utilizada era a dos concursos públicos.



Mesa diretora dos trabalhos do II Congresso dos Trabalhadores em Educação do DF (1988)



Rosilene Corrêa e seus alunos: as lições inesquecíveis de Dorcas de Castro



SÁBIA CONDUÇÃO

Fiz concurso, passei com uma boa classificação, então fui logo chamada. Em 1993, tomei posse aqui e trouxe onze anos de trabalho [na Secretaria de Educação de Goiás]. Eu cheguei com o SINPRO já essa fortaleza toda que ele é. Minha primeira escola foi a Escola Classe 111, de Samambaia, e o Centro de Ensino Fundamental 312. À época eu tive que ficar em duas escolas porque não tinha a carência para carga completa na mesma escola. Mas logo em seguida eu deixei a 111 e fiquei definitivamente na 312. Era uma escola recém-inaugurada, bem grande, tinha mais de 150 servidores. Por que tão grande? Porque Samambaia era uma cidade jovem, de muita gente. Na época do governador [Joaquim] Roriz foi aquela coisa de lotear sem nenhum planejamento, sem nenhuma estrutura, e a escola tinha que ter vários turnos para poder acomodar as crianças. Essa escola trabalhava com cinco turnos, é o que se chamava de “turno da fome”: tinha um turno que era no horário do almoço. Desde os pequenos até o noturno, com os adultos – então era uma

escola bem agitada. Dessa escola eu fui para a Regional de Ensino, em 1995. Foi da primeira vez que o Partido dos Trabalhadores governou Brasília. Era o professor Cristovam Buarque, o governador. Fiquei na Regional de Ensino e lá conheci uma das pessoas mais fantásticas que eu tive oportunidade, a Dorcas [de Castro], uma orientadora educacional que era nossa coordenadora da Regional. Lá eu tive oportunidade de conviver, trabalhar e aprender com um grupo muito especial de professores, professoras e auxiliares de ensino que compunham aquela equipe. Samambaia era uma cidade ainda nova e havia uma resistência muito grande a tudo que era novo, por causa da questão partidária. A população olhava para nós de uma forma meio dura, porque eles idolatravam o Roriz. E aí vem o governo do PT, e nós éramos o governo. Mas a Dorcas soube conduzir esse [processo] e a Regional de Samambaia fez um trabalho brilhante, deixou sua marca, que é lembrada até hoje.

Rosilene Corrêa

“

ALUNOS TRABALHADORES

Eu assumi a primeira turma em 1978. A essa altura eu já tinha me apaixonado realmente por ser professora, já gostava muito. A primeira experiência como professora do ensino fundamental, da primeira série, é uma experiência ao mesmo tempo muito bonita, no sentido de que eu tinha ali a oportunidade de colocar em prática o que havia aprendido na Escola Normal, mas era uma tensão muito grande, porque eu era muito jovem. A gente não entendia muito o que eram as pessoas, o que era o ser humano, os níveis, os ritmos de aprendizagem – isso não estava claro para mim, naquela fase inicial. Ao mesmo tempo, eu dava aulas à noite, para alunos adultos, e isso era algo muito importante para mim,



porque os alunos com quem eu [lidava] eram trabalhadores que não tinham estudado no tempo correto, e eu era a mais jovem da turma. Eu dava aula de Matemática e Ciências, e tinha muito prazer em trabalhar com eles.

Olgamir Amancia Ferreira



No alto, Olgamir Ferreira, em ocasião festiva; acima, Tadeu Pontes, na greve de 2012

“

CONVERGÊNCIA DE PROPÓSITOS

No segundo semestre de 1991, eu entrei como contrato temporário. Eu estava no terceiro semestre da universidade, estava me preparando para terminar a licenciatura curta, já tinha um pré-estágio, e fui para uma escola pública. Eu já tinha uma vivência de formação de identidade com a juventude, participei das Comunidades Eclesiais de Base, já militava politicamente desde o interior do Ceará, com

os trabalhadores rurais. Quando cheguei a Brasília tudo isso convergiu, e aí entrou o sindicato também na minha militância educacional e política. Brasília consolidou a minha formação política a partir dessa efervescência de educação e igreja. Eu sempre fui para a igreja progressista, nunca gostei dessa igreja que só canta e só reza. Nunca separei a fé da vida.

Tadeu Freire Pontes

“

QUEM ERA QUEM

Eu fiz licenciatura em Biologia, o que me levou a ser professor. Fiz concurso – naquela época era Fundação Educacional do Distrito Federal, hoje é Secretaria de Educação – em 1984, fui chamado e tomei posse no dia 27 de maio de 1985. Quem era o presidente da República, José Sarney; quem era o governador, José Aparecido de Oliveira; quem era o secretário de Educação, Pompeu de Souza; quem era o diretor executivo [da Fundação Educacional], Fábio Vieira Bruno. Eu acabei de tomar posse e fui me sindicalizar no Sindicato dos Professores no Distrito Federal.

João Bosco Monteiro Lobato



João Bosco: sindicalização imediatamente após a posse como professor

“

PORTA DE ENTRADA

Do curso de Geografia eu parti logo para a licenciatura. E em seguida começaram a aparecer algumas oportunidades para professor de Educação de Jovens e Adultos, naquela época chamado de Ensino Supletivo, e eu peguei as minhas primeiras turmas em Taguatinga Norte, no noturno. Eu trabalhava durante o dia numa loja de ferramentas e, à noite, dava aula duas vezes por semana para supletivo do primeiro grau. Eram pessoas pré-alfabetizadas, ou semialfabetizadas, que precisavam completar o primeiro grau para procurar emprego. Ganhávamos muito mal, mas foi uma porta de entrada. A partir disso fui para uma escola maior trabalhar com o ensino médio, como professor de cursinho preparatório para vestibular. Só em 1986 eu entro na Secretaria de Educação.

Jacy Braga



OPÇÃO DE VIDA

Eu queria fazer Geologia, mas não tinha como. Pensei: “O que eu vou fazer?”. Sempre gostei dessa história de minérios, da natureza, espaços. “Vou fazer Geografia e depois eu viro professor.” Fiz vestibular para Geografia e foi a partir daí que me tornei professor. Logo depois que me formei fiz concurso, deixei os empregos que eu tinha e optei por ser professor.

Antonio Lisboa

Antonio Lisboa em assembleia de professores convocada pelo SINPRO-DF (outubro, 1989); abaixo, Aurélio Anchises (centro) com os netos (2016)



COMEÇO DE CARREIRA

Eu tinha uns empreguinhos, bicos, ganhava mixaria. “Vou para Brasília.” Para ter como me manter, fiz um concurso, passei e fui trabalhar na Fundação Educacional, com um salário bem melhor. Fiz [vestibular] para a UnB, passei também. Para me manter na universidade, eu acabei sendo professor. No dia 23 de março de 1968, fui dar aula nos maiores colégios de Brasília, que eram o CEMAB [Centro de Ensino Médio Ave Branca] de Taguatinga, onde eu moro hoje, e o CEMEB [Centro de Ensino Médio Elefante Branco]. Eram os dois grandes colégios de segundo grau de Brasília na época.

Aurélio Anchises Ribeiro de Souza



Maria Augusta: a primeira escola assumida aos 19 anos



SEMPRE EM TAGUATINGA

A primeira escola [que assumi] eu tinha 19 aninhos. Foi uma escola rural perto de Planaltina, não lembro o nome, acho que nem tinha nome. Fiquei pouco tempo: a Fundação Educacional me transferiu para Taguatinga, cidade onde eu morava e moro, e trabalhei como alfabetizadora na Escola Classe 10 de Taguatinga Sul alguns bons anos. Quando me formei em Letras e tive a minha especialização em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, eu entrei para o Centro de Ensino 9, já nas 6ª e 7ª séries, dando aula de Língua Portuguesa e Literatura. Depois fui para a Escola Normal de Taguatinga, no curso de preparação de professoras e professores para educação primária, e depois vim para as escolas de ensino médio [também] em Taguatinga: eu dava aula num turno no CEMAB [Centro de Ensino Médio Ave Branca] e no outro na EIT [Escola Industrial de Taguatinga]. Duas grandes escolas, na faixa de três mil alunos cada uma delas. Trabalhei nessas duas até me aposentar.

Maria Augusta Ribeiro



DECISÃO ACERTADA

Foi [uma vocação] construída na prática. Eu gostava muito de ler e escrever; eu queria ser jornalista, não queria ser professora. Quando fui para o Curso Normal eu me identifiquei muito: “Eu gosto disso”. E fui gostando mesmo. Fui fazer estágio, muito nova, e já gostava muito de lidar com as crianças, de ensinar, e aprendia muito com a meninada. Eu gostava muito disso e foi uma decisão bem acertada. Depois fiz Jornalismo no CEUB e Pedagogia na UnB. No final, acabei ficando na escola, com a Pedagogia.

Berenice Darc Jacinto



Berenice Jacinto: vocação construída na prática



José Antônio Gomes: sindicalizado no primeiro dia de trabalho



FILIAÇÃO IMEDIATA

[Minha primeira escola] foi o CEF 4, do Gama, na época era Centro de Ensino 4. Assumi lá e vinte dias depois assumi no noturno no Centro Educacional 4. No primeiro dia que eu entrei na Secretaria eu me filiei ao SINPRO e à CABE – antes era a CABE, Caixa Beneficente da Educação, e depois virou ASEF, Associação dos Servidores da Educação.

José Antônio Gomes Coelho



ESCOLA E COMUNIDADE

Passei no concurso, fui nomeado em 1998 e fui para Escola Classe 21, na QNH 21 de Taguatinga, onde trabalhei o primeiro ano em uma turma de ensino especial. Foi uma experiência marcante, porque, além de ser o primeiro ano, era uma escola que estava no auge da gestão democrática do governo Cristovam [Buarque], tinha uma experiência de gestão maravilhosa. Eu era o único professor, todas as outras eram professoras, e nós formamos uma equipe em que fazíamos de tudo para agradar os nossos alunos – que eram todos especiais – e a comunidade também. Aquela experiência despertou em mim essa coisa do ser professor, do papel do professor e da importância que é o professor na vida de uma comunidade carente e que precisa de apoio. Ali nós fizemos um trabalho, em 1998-99, muito além do que é atividade de um professor normal em sala de aula. Era um trabalho com a comunidade.

Washington Dourado



Washington Dourado: experiência marcante

Roberto Lião (centro): as boas-vindas do movimento sindical



CAMPO DE LUTAS

Era época do processo de redemocratização, anos 1980: luta pelas diretas, em 1984, a criação dos partidos políticos, a criação do Partido dos Trabalhadores no início dos anos 1980, a criação da Central Única dos Trabalhadores a partir da CONCLAT [Congresso das Classes Trabalhadoras], em agosto de 1983, enfim, todas essas lutas, com a ditadura cívico-militar dando sinais de esgotamento, criaram as condições objetivas para que os trabalhadores se apresentassem novamente. E nós tínhamos um sindicato que, se formalmente havia sido fundado em 1979, tinha em sua direção companheiros que fizeram parte de agrupamentos que fizeram a

resistência [à ditadura]. Ingressei na Secretaria de Educação em maio de 1989, durante uma greve: toma posse, se apresenta na Regional de Brazlândia e imediatamente vai para o [estádio] Mané Garrincha para participar das assembleias. Este é o nosso cartão de visita: é o acolhimento, as boas-vindas que o movimento sindical deu a um conjunto de trabalhadores que tomavam posse e, se não no mesmo dia, na mesma semana já estavam no quadrilátero do antigo Mané Garrincha, que [tem] uma história de lutas e é um lugar de definições dos nossos movimentos desde muito cedo.

Roberto Lião

A FORÇA DA MILITÂNCIA

O SINPRO-DF nasceu num momento ainda difícil da ditadura cívico-militar que sufocou o Brasil por 21 anos. No entanto, e apesar dos pesares, naquele ano de 1979 a sociedade civil já dava mostras cada vez mais evidentes de sua capacidade de rearticulação, como se renascesse das cinzas. Algum tempo antes, em 31 de outubro de 1975, o culto ecumênico realizado na catedral da Sé, em São Paulo, em memória do jornalista Vladimir Herzog, assassinado nos porões do DOI-Codi, havia sido um sinal eloquente de que algo estava mudando. Oito mil pessoas compareceram ao ato, numa clara confrontação ao governo militar: a sociedade demonstrava sua indignação e passava o recado de que estava perdendo o medo. O jogo, agora, era outro.

Em março de 1979 tomou posse o último general presidente da ditadura, João Figueiredo. Com o regime expondo claros sinais de esgotamento, Figueiredo assumiu prometendo uma “abertura democrática” como continuidade à política de “distensão lenta, gradual e segura” patrocinada por seu antecessor, general Ernesto Geisel.

O SINPRO-DF, que obtivera o *status* de sindicato em 14 de março, logo partiu para a luta na defesa dos interesses de sua base de docentes. Sem acordo com o governo do DF, comandado por Aimé Lamaison, convocou uma greve que teve ampla adesão de professores e professoras. A resposta do governo federal foi a truculência: o Ministério do Trabalho interveio no SINPRO, sua diretoria legítima foi destituída, professores foram demitidos e uma junta governativa encampou a gestão do sindicato.

O regime ainda podia muito, mas não podia tudo. Em 26 de junho de 1980 foram realizadas eleições para a direção do SINPRO na qual concorreram a chapa 1, Ação Sindical, encabeçada por Libério Pimentel, e a chapa 2, Reunificação, liderada por um dos membros da junta interventora, Felizardo Cardoso. A chapa 1 saiu vitoriosa do pleito, com 2.187 votos contra 1.241, com 114 votos brancos e nulos. À época o SINPRO tinha 5.675 associados, dos quais 4.159 participaram das eleições.

O sindicato voltava para as mãos dos seus legítimos representantes.



ESQUECIMENTO MERECIDO

João Baptista de Oliveira Figueiredo foi o último general presidente do ciclo militar iniciado com o golpe de Estado de 1964. Egresso da arma de Cavalaria, quando ainda candidato ao Colégio Eleitoral que escolheria de forma indireta o novo presidente da República notabilizou-se por afirmar preferir “o cheiro de cavalo ao cheiro de povo”. Essa foi apenas uma entre as tantas barbaridades que proferiu durante sua trajetória. Às vésperas de deixar a presidência, numa entrevista à extinta TV Manchete, já consumada a escolha indireta de Tancredo Neves (que morreu antes de tomar posse) para a sua sucessão, Figueiredo afirmou: “O povão que poderá me escutar será talvez os 70% de brasileiros que estão apoiando o Tancredo. Então desejo que eles tenham razão, que o doutor Tancredo consiga fazer um bom governo para eles. E que me esqueçam”.

Na página ao lado, nos dois primeiros quadros, polícia prende o dirigente Walter Ney Valente, o “Peninha”; no terceiro quadro, policial interpela Marcos Pato (centro) e Jorge Ferreira (dezembro, 1989). Acima, culto ecumênico em homenagem ao jornalista Vladimir Herzog, em São Paulo (outubro, 1975); abaixo, o general João Figueiredo, último presidente da ditadura



PEDAÇO DE PARAÍSO

Em dezembro de 1983 o SINPRO-DF assinou a escritura definitiva de compra de uma chácara de 65,3 hectares, no Núcleo Rural Alexandre Gusmão, em Brazlândia. O imóvel foi denominado Chácara do Professor e logo se constituiu numa opção de lazer – e também de trabalho – para a categoria.

De lá para cá houve melhorias substantivas no lugar, todas elas realizadas sob o olhar atento de José Firmino da Silva, o caseiro e factótum da chácara. Ele e a família moram na propriedade e dois de seus filhos também trabalham na manutenção do espaço. Além dos serviços gerais de limpeza e manutenção, cuidam da preservação de uma área de 14 hectares de mata fechada, uma joia de biodiversidade encravada na chácara.



FIEL GUARDIÃO

Eu cheguei aqui no dia 7 de outubro de 1990. A gente não tinha nada. Isso para mim não é vergonha, para mim isso é dignidade: quando chegaram minhas roupas, as coisas das crianças, chegaram num saco desses de aniagem. Estava com a família, tinha trazido três filhos. A única coisa que a gente tinha era uma cama sem colchão. E hoje graças a Deus, eu peço felicidade primeiramente a Deus, segundo ao SINPRO, que tudo que eu tenho eu arrumei aqui. Primeira providência: comecei a fazer limpeza, capinar, juntar mato. Fazia os montinhos e queimava. Em mais ou menos uns seis meses eu já tinha feito 60% da limpeza da chácara. E comecei a abrir a chácara, um pouquinho ali, um pouquinho aqui, uma benfeitoria acolá. Eu descobri uma mina, fiz uma bica com cano, forrei com madeira e aí começou: o pessoal vinha, acampava, ficava dois, três dias. Eles gostam demais disso daqui. No dia 5 de julho de 1995 começaram as obras: foram feitos churrasqueira, banheiro bom, porque não tinha, e piscina. Temos aqui dez churrasqueiras cobertas, com pia, ponto de energia, bancada e mesa. Onde o pessoal circula é tudo calçado com pedra Pirenópolis, tudo arrumadinho, muito bom. Depois dessas churrasqueiras, aí fez um salão de festas, que hoje chama [Centro de Convivência] Caliandra. [E também] o Centro de Formação Chico Mendes, que é onde recebemos alunos da rede pública e professores, onde a direção e os aposentados fazem reunião. Quando está funcionando, sempre tem professor aqui. É uma obra muito bonita: o salão é para 400 pessoas sentadas. Agora não, porque está fechado por causa dessa pandemia, mas todo dia tinha professor aqui, tinha aluno sempre, todo dia. Eu saí do Nordeste e fazer parte do SINPRO para mim é o maior orgulho do mundo.

José Firmino da Silva



Integrantes da Chapa 1 que concorreu às eleições de 1995 para a direção do SINPRO-DF



SEM PARTIDOS

O sindicato entrou em intervenção em [maio de] 1979, e [treze] meses depois foram abertas as eleições. Tinha lá uma junta governativa de professores e eu me candidatei a presidente. Formamos nossa chapa, no meio do ano de 1980 houve a eleição e ganhamos muito bem. Por que isso? Porque durante a greve de 1979 eu me destaquei muito, fui uma das 39 lideranças demitidas da Fundação Educacional devido à sua atuação na greve. A secretária de Educação era uma pessoa tipo coronel de saias, muitíssimo autoritária, então ela [nos readmitiu] e deixou três pessoas de fora. Passei três anos como presidente do sindicato. Em 1983 veio a [nova] eleição e o pessoal da oposição formou uma chapa e veio concorrer comigo. Nossa chapa ganhou de 83% a 17%. Fiquei até 1986, não quis mais concorrer, e foi quando a oposição ganhou as eleições. Não concorri mais, sabe por quê? Eu tenho duas coisas que defendo para o sindicalismo: a não partidização das atividades sindicais e o não continuísmo, porque as pessoas falam em não continuísmo, mas estão aí há vinte anos. Em 1985 fizemos outra greve e obtivemos 100% das reivindicações: nós tivemos 47,47% de avanço salarial. De lá para cá nós perde-

mos demais. Chegamos a ter aqui a admissão para a Fundação Educacional com salário de professor de dezoito salários mínimos. Nós fizemos muita coisa: participamos do movimento nacional de professores e conquistamos a aposentadoria especial para o professor. Participamos de tudo que foi movimento político e reivindicatório que Brasília teve e que o Brasil teve. Compramos uma sede própria. Nosso sindicato, como tinha uma sede muito boa, nós recebíamos e convivíamos com diversos outros pequenos sindicatos lá. Nós arrumávamos sala, por exemplo, para o sindicato dos escritores e outros sindicatos pequenos. Tínhamos uma visão ampla de como deveria se dar a questão da luta sindical, não era só salário. Porque se você trabalha só com o salário você se isola da comunidade, e o professor tem que ter apoio da comunidade para todo movimento que ele faça. Hoje a atual diretoria vendeu aquela sede e comprou outra, em outro local. Mas a sede própria se deu na nossa gestão, como também a compra de um grande terreno para a Chácara do Professor. Eu assinei a escritura dessas duas coisas.

José Libério Pimentel



PESO DA DECEPÇÃO

Entra uma diretoria que era mais confiável para o Ministério do Trabalho, é quase como um acordo. Foi uma diretoria que assumiu em 1980, e era basicamente o pessoal do Partido, que estava numa posição de alinhamento com o MDB. Eles achavam o PT uma heresia, um absurdo. Eles conduziram o sindicato por uns [seis] anos. E nós fomos para o enfrentamento. Ganhamos e começamos a primeira greve, de 47 dias, que deu a nós o primeiro plano de carreira completo na categoria. Foi uma greve em 1987, vibrante, maravilhosa, com a nova diretoria e que deu o rumo para a luta, para todas as conquistas. Até 1994 a gente fica nessa postura de confronto: os movimentos populares, o PT, os sindicatos, a CUT. E culmina com a eleição do Cristovam [Buarque], e eu já eleita deputada distrital. Sou [eleita] presidente da Câmara Legislativa do DF, começamos a nos decepcionar muito com Cristovam, e perdemos o governo para o Joaquim Roriz, que já tinha sido governador numa linha populista, e que acaba voltando.

Lúcia Carvalho



Acima, Lúcia Carvalho fala em assembleia da greve que conquistou o primeiro plano de carreira do magistério no DF (1986-1987); no alto, detalhe do Encontro Nacional do PT (1993); na página ao lado, docentes do DF mobilizados por melhores condições de trabalho

O rescaldo da greve de 1979 ainda pesava sobre a categoria. A demissão de grevistas, em parte revertida, e o desconto dos dias parados pairavam como ameaças potenciais para inibir novas mobilizações. Mas, em definitivo, o jogo estava mudando. As massivas manifestações em torno das Diretas Já, em favor de eleições diretas para a presidência da República, embora tivessem seu objeto brecado pelas forças conservadoras no Congresso Nacional, com a rejeição da Emenda Dante de Oliveira, em 25 de abril de 1984, inaugurou uma tendência irreversível. A conjuntura agora era outra. A ditadura militar agonizava. Em março de 1985, calçado na acumulação de forças que vinha experimentando no decorrer das lutas pela redemocratização do país, o SINPRO chama uma nova greve. Depois de cinco dias de paralisação, a vitória: a categoria conquistou a eleição direta para diretores de escola; o reconhecimento de um delegado sindical para cada dez escolas; estabilidade no emprego a partir de um ano; ganho real de 46% pago em três parcelas; trinta dias de licença amamentação; e, sobretudo, a readmissão dos punidos em 1979.



TENSÃO, AMEAÇAS

Foi a primeira greve realizada pelo sindicato na esteira da redemocratização. Com a greve de 1979, como muitos professores foram inclusive demitidos, houve um arrefecimento grande no movimento sindical. Quando eu entrei, em 1982, as pessoas tinham muita resistência e muito medo, porque estávamos ali caminhando ainda para sair de uma ditadura militar e as pessoas se sentiam muito desestimuladas. Em 1984 e 1985 retoma-se um debate mais efervescente sobre a democratização das escolas, porque havia um debate no Brasil por democratizar a sociedade, [o que] passa pela democratização da educação. Nós fizemos uma greve e nos reuníamos na escola onde eu fiz a Escola Normal, que é o Centro Educacional 1 de Planaltina, era o local que tinha o maior auditório à época. Aí tem duas coisas que marcam muito a minha trajetória nesse momento. Uma foi que na primeira assembleia que reunimos ali, nós não tínhamos muita noção, e de repente, por conta e risco, aqueles mais ousados já tomaram conta do espaço para dirigir [os trabalhos]. Eu me lembro que o meu professor de Contabilidade, que era diretor da escola à época, já como meu colega, ele falou: “Olgamir, presta atenção, vocês têm que pedir autorização para a assembleia. A assembleia tem que

eleger quem vai dirigir esse negócio aqui”. Nós estávamos fazendo o movimento inverso. Esse é um dado importante: foi um aprendizado, na prática, dos processos democráticos. No afã de fazer democracia, estávamos errando radicalmente. E uma segunda questão é que nós nos reuníamos nesse auditório da escola pública, todas as assembleias e atividades eram lá. E de repente chegou uma ordem do governo de que não poderíamos mais utilizar [aquele espaço] e tivemos que passar a nos reunir no subsolo da igreja matriz [de Planaltina]. Nós não podíamos nos reunir dentro dos espaços da Secretaria de Educação, isso é algo que marca. E a tensão que foi aquele momento, porque, como era uma primeira greve depois daquela de 1979, o medo era gigante. As pessoas não tinham WhatsApp, não era como hoje. Quando as informações chegavam, as ameaças, as pessoas diziam: “Pelo amor de Deus, sai dessa frente de batalha, você vai ser demitida”. A tensão era muito grande. Todos tínhamos muito medo do que poderia acontecer, mas resistimos bravamente. Conseguimos fazer uma greve em 1985, depois em 1986, e aí foram várias greves até que conseguimos conquistar questões importantes para nossa categoria.

Olgamir Amancia Ferreira



Da esq. para dir., os presidentes da Constituinte, Ulysses Guimarães, da República, José Sarney e do Supremo Tribunal Federal, Rafael Mayer, na solenidade de promulgação da Constituição de 1988



A militância sindical ia sendo aprimorada na prática e no cotidiano de lutas. Enquanto o regime militar caía de podre, os sindicatos e demais organizações da sociedade civil se articulavam com vistas à possibilidade concreta de um governo civil e ao estabelecimento do processo legislativo que redundaria na aprovação de uma nova Constituição – finalmente promulgada em outubro de 1988.

As conquistas que advieram dos novos ares democráticos, porém, não surgiram por geração espontânea. Foram todas resultado de muito aprendizado e de muita luta. Fundada em 28 de agosto de 1983, com três anos de vida ativa a Central Única dos Trabalhadores (CUT) já se constituía como ator importante no grande esforço pela redemocratização do país.

O SINPRO-DF é filiado à CUT desde 1987. E aplica em sua prática sindical o respeito redobrado às decisões das instâncias de base. Estar perto dos docentes e interagir diuturnamente com o “chão da escola” é um atributo sempre presente na ação do SINPRO.

GRITO DE ALERTA

Nós tivemos o “Badernaço”, que tremeu as bases [do governo de José] Sarney. Foi um arrebentar de revolta, queimaram-se carros, destruíram-se vitrines, tombaram viaturas de polícia, muito militante machucado. Foi uma luta marcante em que o Sindicato dos Professores teve uma presença fundamental. Nós delegamos da nossa diretoria o Walter Ney Valente, o “Peninha”, para que ele participasse, e acolhemos a reunião de vários partidos e sindicatos lá dentro do SINPRO. Esse movimento, que foi criado praticamente dentro do Sindicato dos Professores, foi muito importante durante o período que eu participei da direção do sindicato. A pauta era salários, estabilidade e eleição democrática. Nós não tínhamos ainda escrito a Constituição, era 1986. Foi, então, uma espécie de grito para dizer: “Olha o que a gente quer para a nova Constituição”.

Lúcia Carvalho



TURMA DE PESO

Naquela época havia um órgão público chamado DASP [Departamento Administrativo do Serviço Público], que fazia concurso para todos os ministérios e órgãos públicos. Fiz um concurso de administradora (eu havia me formado em Administração, em 1982), tinha passado, mas não assumi, e também não assumi nenhum cargo na Secretaria de Saúde, porque a Secretaria de Saúde, naquela época – era ditadura ainda –, era dominada por uma turma da direita: nem eles me queriam e eu muito menos queria estar próxima deles. Então fiz a opção de fazer concurso de novo para a Secretaria de Educação. Fiz, passei, aí eu já estava superenvolvida no SINPRO. Quando foi na eleição de 1986, eu não pude entrar na chapa, porque tinha que ter um ano de sindicalizada, e eu havia entrado em 28 de agosto de 1985 e a eleição foi em maio [de 1986]. Eu não podia participar, porque não tinha o tempo de sindicalizada. Mas trabalhei na eleição, muito, muito mesmo, e nós ganhamos com Lúcia Carvalho como presidente e Lúcia Iwanow, como secretária-geral. Era um povo muito bom: Walter Ney Valente (o “Peninha”) e o Márcio Baiocchi eram pessoas de referência na luta da construção da CUT, eram referência na luta por Anistia, Diretas Já, em todas as lutas. Eu coleí nessa turma, que era ligada ao PT e à CUT. Eu já era do PT e também conhecida pela CUT, já tinha ajudado em outras eleições de sindicatos em Brasília. Aí coleí no SINPRO totalmente.

Auriene Vieira

Auriene Vieira: colada ao SINPRO-DF



ELEIÇÕES DE 1986

Havia três chapas: tinha a da situação, que era reformista, vamos chamar assim; uma segunda que era bem radical, de militantes bem mais à esquerda; e outra ampla, de oposição, com os companheiros que se identificavam mais com o PT. Esta foi a vencedora com 80% dos votos, e até hoje comanda o sindicato. A chapa a que eu pertencia foi vitoriosa. Até hoje o sindicato é dirigido pela mesma linha política, com nuances, formas de trabalhar diferentes, mas a consolidação no sindicato é assim: ninguém vota na direita, a direita não tem espaço: já triscou, mas não conseguiu. Em Brasília existe uma tradição: os sindicatos hoje estão tendo que se reinventar, mas nunca a direita os tomou, nem tem muito interesse em tomar os sindicatos. [Isso] se atribui à nossa forma de trabalhar. Nós íamos em todas as escolas fazer reunião. Por exemplo: nós éramos em 15 diretores, tínhamos 600 escolas, então cada um tinha que visitar X escolas, em X regionais, parar na hora do intervalo, de manhã, à tarde e à noite, se possível, e fazer reuniões, informar como estava [o andamento das pautas]. O trabalho de criar Delegacias Sindicais e Delegados Regionais, tudo isso estrutura o combate, a luta, o chamar rápido para as mobilizações, fazer pressão e ser um sindicato respeitado: é o contato com a base.

Lúcia Carvalho



Posse da diretoria do SINPRO-DF (1986)



Antonio Lisboa (esq.) com os então diretores do SINPRO-DF Anete e Clerton (1995); na página ao lado, docentes mobilizados em apoio a professores em greve de fome na Catedral de Brasília (2002)



ABDUZIDO PELO MOVIMENTO

Eu entrei na rede pública em 1986 e assumi com exclusividade o magistério em 1987. Tinha havido a greve de 1986, mas não tive atuação militante porque eu trabalhava, tinha outro emprego. Em 1987, eu entro no processo. Tivemos naquele ano uma greve muito forte, e aí eu já estava exclusivo na rede. Entrei nos movimentos, fazia os piquetes, participava das assembleias, entrei no comando de greve da Ceilândia. Quando terminou a greve, em maio de 1987, eu era uma pessoa relativamente conhecida no movimento, especialmente na cidade de Ceilândia, que é até hoje a maior cidade do Distrito Federal, que tinha o maior número de escolas. Foi a greve de 1987 que me iniciou efetivamente na direção do movimento. Quando foi em 1988, eu fui eleito na assembleia para membro da comissão de negociação, que é uma tradição do nosso sindicato. Então já falava nas assembleias, já fazia parte da comissão que negociava com o governo. E em 1989 houve a eleição do sindicato: naquela época foram três chapas, e eu entrei na que venceu as eleições.

Antonio Lisboa



BATALHA CAMPAL

Nessa primeira direção cutista que teve o SINPRO, que foi a partir de 1986, nós fizemos uma mudança estatutária que criou uma instância na entidade. Naquela época havia os complexos escolares, e cada complexo escolar tinha três pessoas que constituíam um conselho político. Eu fui do primeiro conselho político da região em que eu trabalhava, que era no Complexo “A” de Ceilândia. Assim, a gente tinha participação e decisão direta nas lutas. A primeira luta importante do sindicato foi no lançamento do Plano Cruzado [II]. Foram os nossos companheiros do SINPRO, que eram da direção da CUT, que apresentaram a proposta de fazer um grande ato, em Brasília, contra o plano. Esse ato foi no final de novembro, foi um ato maravilhoso, de que participaram todos os trabalhadores de Brasília. A inflação estava [em] disparada, aí participaram donas de casa, o movimento estudantil. Eu sei que a gente parou Brasília. Foi um ato que recebeu o nome de “Badernaço”, porque foi porrada demais, porrada na Esplanada. Os caras agiram como na época da ditadura, com aqueles canhões, [com blindados] Urutu. Depois, na Rodoviária do Plano Piloto, houve um conflito grande, muita queima de carros, de ônibus. Foi o primeiro movimento em que eu atuei na organização de frente. Em 1992, nós fizemos uma greve de quase cem dias, no primeiro semestre nós fizemos de sessenta e tantos dias, e no segundo semestre, para cumprir o que tinha sido negociado na greve do primeiro semestre, nós fizemos outra, porque o governo não estava cumprindo. Era o governador [Joaquim] Roriz na época.

Auriene Vieira



AULA PRÁTICA

Assim que eu assumi como efetivo na Secretaria de Educação, já me sindicalizei. Eu tinha três dias de secretaria e já fiz a minha primeira greve. Lembro de vários companheiros que passaram pela direção,



LINGUAGEM TORTA

Quero lembrar uma greve que muito me marcou, foi exatamente 1986, e em Brasília teve um movimento, que marcou o Brasil inteiro, nós nos assustamos com a adesão da população. O PMDB naquela época elegeu a maioria dos governadores em cima daquele plano [Cruzado] do [governo José] Sarney, de controle de preços. Ele ganhou a eleição e veio o quê? O estelionato eleitoral. Esse estelionato nos levou à rua. Nessa época eu já estava embrenhado dentro do SINPRO, não estava na direção, mas bem no interior do sindicato, e ajudei a convocar não só os professores, mas a sociedade brasileira. E, para nossa surpresa, nós vimos mulheres humildes, simples, com panela na mão, batendo panela. Era panela de trabalhador, gente sofrida, que mal tinha um ovo para cozinhar. Porque elas foram golpeadas, os preços explodiram, [e] a Esplanada foi tomada de trabalhadores e trabalhadoras. E aí, como sempre, houve uma armação do governo local e do governo federal: eles esperaram terminar a atividade na Esplanada, lá próximo ao Congresso, quando ela terminou o caminhão de som [avisava]: “Vamos voltar

inclusive dos companheiros que me sindicalizaram. Fortalece você ver a unidade dos trabalhadores com todas as divergências (nunca é unânime), mas aquela primeira greve consolidou o meu desejo de militância. Nunca furei uma greve. Eu sou um dos professores que fez greve de fome dentro da catedral [de Brasília]; já me algemei, já ocupei aquele anexo do [palácio do] Buri-ti várias vezes em momentos de greve, vi companheiro enfiar, ser carregado nos braços, companheiro ser preso no Eixão. Quando eu estudava na escola pública no ensino médio, eu tinha uma professora que me levava para frente do Buri-ti e eu ajudava a jogar bola de gude para derrubar cavalos da PM, quando eles partiam para cima dos professores. Eu era estudante ainda. Isso me ajudou muito a ter encantamento com os educadores. Foi em 1992.

Tadeu Freire Pontes

para casa, não aceitem provocações. Voltem em paz. O ato foi maravilhoso, a manifestação foi linda”. E ela era conhecida como “Panelaço”. [Mas agentes provocadores] começaram a colocar fogo em parada de ônibus, dentro da Rodoviária vários ônibus pegando fogo – tiravam as pessoas de dentro do ônibus e jogavam a tocha, eram policiais com máscara colocando fogo. Eu me lembro de professoras levando até espada de militar nas costas. Usaram bombas de gás lacrimogêneo, gás de pimenta, e nós correndo, porque virou um pandemônio o centro da capital da República. Conclusão: lá pelas 10 horas [da noite] eu consegui chegar em casa. Foi uma armação do governo e da polícia agindo no movimento para desestabilizá-lo. No outro dia, o que apareceu em todos os jornais, para atender aos interesses da burguesia? “PT e CUT promovem badernaço”. Olha o nome: “badernaço” é baderna, é diferente de panelaço. Panelaço é reivindicação, e as manchetes dos jornais eram essas: “PT e CUT promovem badernaço”. É um momento que marcou minha memória.

João Bosco Monteiro Lobato



DEFESA EXTREMA

Em 2002, a greve de fome que nós fizemos foram [quatro] dias na catedral. O atual bispo auxiliar de Brasília, que era o monsenhor Marcony [Vinícius Ferreira] na época, era o pároco da catedral. Durante o dia ele nos deixava usar a catedral, usar os banheiros, mas à noite ele fechava a catedral e nos punha ao relento. E eu dizia para ele que o Cristo que eu seguia não era o Cristo que fechava a casa para os seus filhos; que eu o respeitava como monsenhor, mas nós íamos para o relento com a dor do Cristo, com a dor das prostitutas, dos mendigos, dos pobres que não eram acolhidos pela a sociedade da época de Cristo, e que Ele acolheu. E nós esperávamos que a igreja nos acolhesse: era muito pouco só usar o banheiro da catedral. Mas, com a dinâmica, houve interferência do bispo emérito de Brasília, Dom [José Freire] Falcão, e um desfecho para a greve. Eu perdi vários quilos, não me recordo quantos; foram dias só com água de coco e água mineral. Mas eu faria de novo, não me arrependo. Faria quantas vezes fosse necessário para defender a educação.

Tadeu Freire Pontes

Acima, abaixo e na página ao lado, flagrantes da grande mobilização de professoras e professores durante a greve de 2002, que durou 54 dias



CARTA NA MANGA

Vou contar a história da greve de 2002, da greve de fome. Fizemos 54 dias de greve, [foram] negociações muito complicadas, o governo resolveu nos enfrentar e nós não cedemos. Aí teve uma hora que o governador [Joaquim Roriz] viajou, a secretária [de Educação] Eurides Brito também viajou, e [ficou] tipo assim: “Deixa eles se virarem que eu tenho mais o que fazer”. Primeiro, levamos militantes para o Congresso Nacional, ocupamos o Salão Verde, e enquanto toda imprensa e todo mundo estavam com foco no Congresso Nacional, nós ocupamos a catedral no mesmo momento. E fizemos uma greve de fome dentro da catedral. Nós tínhamos já um terceiro passo, eu nunca contei isso para ninguém. Naquele ano, 2002, era um ano em que as ligações de internet começavam a ter força. Então, o plano era mais ou menos o seguinte: ocupamos

o Congresso Nacional e aí todo mundo vai achar que se conseguirem nos tirar do Salão Verde do Congresso, não teremos mais como continuar a greve. Mas na hora em que eles conseguiram tirar a gente de lá, já estaremos dentro da catedral. Isso gerou uma comoção muito grande: como é que vão fazer greve de fome dentro da catedral de Brasília? O passo seguinte eram os contatos que eu tinha feito no Vaticano. A ideia era criar de fato uma comoção nacional em função disso, e acabou funcionando. O governador Roriz voltou de São Paulo, a secretária [Eurides] que estava nos Estados Unidos tratando da saúde não voltou, mas autorizou a negociação, o arcebispo entrou [nas tratativas] e nós acabamos saindo com uma proposta para encerrar a greve naquele momento.

Antonio Lisboa



SINDICATO E SOCIEDADE

Entrar no sindicato não requer só você ser um bom militante, requer você também ter uma boa participação e atuação nas organizações partidárias, porque você não é somente um militante da categoria, você é um militante da sociedade. E essa percepção, esse DNA de ser uma agente mais comprometida com muito além do muro da escola, com muito além do corporativismo da luta da categoria, eu trazia isso muito bem definido em mim. Passei a ter uma atuação maior, desde que fui direção de escola, dentro do Partido dos Trabalhadores. E me filiei. Eu me formei foi na igreja, na comunidade, foi lutando pela água, pela luz, pelo posto de saúde. Minha liderança, referência política e formação é Paulo Freire.

Eliceuda Silva de França



O SINPRO-DF filiou-se à CUT em 1987 (esq.); ao lado, pela ordem, mesa diretora de reunião do sindicato, enterro simbólico da então secretária de Educação do DF (abril, 2002), e balão utilizado na convocação de greve na campanha salarial de 2012



FORMAÇÃO PELA BASE

A organização no local de trabalho é fundamental para a sustentação da luta sindical. E como somos um sindicato cutista, nós temos a velha tradição de sindicato classista de luta, que tem uma relação muito próxima da base que representa. É nesse sentido que quero destacar a importância do delegado e da delegada sindical, do representante por escola. Ele é aquela pessoa que vai fazer a ponte entre os professores e orientadores da escola – entre os filiados, a categoria – e a entidade sindical. Ele é uma espécie de braço que está ali levando os informes do sindicato, levando as questões, ajudando a mobilizar e a organizar a partir da base. Por isso que a cada ano o sindicato costuma relançar campanhas de eleição de delegados sindicais, incentivando que os professores, professoras, orientadores e orientadoras da base do sindicato possam se colocar para se tornarem delegados sindicais. Temos, inclusive, uma formação oferecida pela Secretaria de Formação Sindical do SINPRO, da qual eu faço parte, que é a de preparar esses delegados sindicais para que eles possam ter uma intervenção mais consciente no seu local de trabalho. De nada adianta a pessoa só ter a vontade e a disposição: ela tem que ser preparada. Nós temos a Secretaria de Formação e uma parceria com a ECO CUT, que é a Escola Centro-Oeste Apolônio de Carvalho, da CUT; também temos parceria com a CNTE, a Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação.

Meg Guimarães



PLANO DE CARREIRA

Até 1989, 1990, nós éramos trabalhadores celetistas, carteira assinada, não tínhamos o estatuto de servidor público. Uma das [nossas] conquistas foi a mudança de celetista para estatutário, o que nos possibilitou até um acordo coletivo. Quando passamos ao estatuto, abriu-se então a possibilidade de termos uma carreira do magistério. Uma das discussões mais ricas nessa categoria foi a discussão de 1989 a 1992, do estabelecimento e aprovação do plano de carreira. Foi uma discussão coordenada pela diretoria, mas a pessoa da professora Lúcia Iwanow foi fundamental na coordenação desse trabalho, e nós tivemos finalmente o primeiro plano de carreira. Que, naquele momento, além de dar toda uma série de garantias funcionais, nos agregou um reajuste grande de salário – se formos olhar ao longo da história, acho que um dos maiores. Conseguimos o estatuto, tivemos outras conquistas como os processos de remoção e replanejamento da carreira. Aquela matriz do plano de carreira perdura até hoje – claro que vem se atualizando, [mas] é uma conquista desse período. As outras conquistas foram a liberação do fundo de garantia de todo mundo, foi uma luta grande, porque, como nós éramos celetistas até 1990, quando passamos a estatutários, nós vimos até 1989, 1990 contribuindo para o fundo de garantia. Houve momentos em que tivemos que fazer greve pelo cumprimento do plano de carreira. Em 1990, 92 e 93, em vários momentos tivemos mobilizações lideradas pelo sindicato na busca da garantia dessas conquistas. Era tabela de plano de carreira que não era paga, era gratificação que não era implementada. Em vários momentos precisamos nos mobilizar pelas conquistas que tivemos naquele período. O plano de carreira foi um desses, depois o fundo de garantia, depois a implementação das várias gratificações, como a gratificação de tempo integral. Tivemos várias outras conquistas depois, que foram trabalhadas pelo sindicato: a modernização da carreira ao longo desses períodos todos, as várias gestões dos governos, a busca de melhoria, a implementação da coordenação pedagógica – acho que uma das maiores conquistas depois do plano de carreira é espaço garantido na carga horária do professor para coordenação pedagógica.

Jacy Braga



PACTO DE CONFIANÇA

O SINPRO era quem representava a rede pública e também os professores de escolas privadas. Em 2005, houve um entendimento de que seria uma prestação de serviço melhor se a gente desmembrasse. Criou-se então o SINPROEP, que é o sindicato dos professores de escolas particulares. Com isso, alguns [dirigentes] que eram do SINPRO foram para o SINPROEP. E eu, que estava na posição de suplente, assumi uma vaga na Secretaria de Aposentados e comecei minha trajetória no SINPRO. [Ali convivi com] Isabel Portuguez. Ela foi outra mãe – inicialmente na política, e depois se tornou mãe afetiva mesmo. Isabel foi uma conquista: eu cheguei e fui trabalhar diretamente com ela. Foi uma parceria muito forte. Ela era uma baita protetora, mas a Isabel lutadora era aquela incansável que não deixava [passar] detalhe, que cobrava todo mundo. Em 2007, nós tivemos boas conquistas, no momento em que a economia do Brasil estava em uma projeção bem razoável. Tivemos uma boa negociação, resultado não de greve, mas de muito movimento da categoria. É aí que temos a reestruturação do nosso plano de carreira, que foi um grande salto – passamos a ter o melhor plano de carreira do magistério público no Brasil. Tivemos uma greve um pouco mais adiante, em 2012. Aí, de novo, o PT governando e a gente no SINPRO, com um cuidado enorme para que as coisas acontecessem de forma diferente. Mas, de qualquer maneira, você não pode nunca abrir mão da autonomia sindical. O processo de negociação não foi suficiente e nós tivemos, portanto, que deflagrar uma greve. Essa greve durou 52 dias, uma greve muito dura. E por que foi marcante? Porque, de novo, quando o governador Agnelo [Queiroz (PT)] foi eleito, nós também tivemos alguns ex-dirigentes compondo o governo, inclusive chegamos a ter um ex-dirigente do SINPRO que foi secre-



tário de Educação por um período. E também porque coincidiu com uma renovação de quadros: pessoas com maior experiência na condução que naquele momento saíram e outras vieram compor. Vem uma greve e nós fomos postos à prova. A sensação era essa: “Vamos ver o que esse povo agora dá conta de fazer”. Os experientes haviam saído e os que ficaram, assim como eu, não tinham tanta experiência. Era a primeira greve que estaríamos na condução. Foi um grande desafio. Mas conseguimos conduzir esse movimento por 52 dias e fechamos a greve sem concluir a negociação. Em maio, o governo alegou que não tinha condições de fechar nenhum acordo financeiro e postergou isso para setembro. E nós defendemos a suspensão da greve sem fechar nenhum reajuste, só o processo de negociação de avanços no plano de carreira e a criação do Auxílio Saúde de duzentos reais, que foi a real conquista naquele momento. Num cenário desses você imagina que a diretoria vai apanhar por encerrar uma greve de bolso vazio. Mas conseguimos aprovar [em assembleia] a suspensão da greve e fomos aplaudidos, carregados pelos colegas lá embaixo, quando descemos do caminhão. Foi uma relação muito boa, de muita confiança da categoria com o sindicato. E, claro, tínhamos que dar conta de [mostrar] resultado depois, na hora certa, e conseguimos fazer isso: o processo de negociação aconteceu e em setembro [de 2012] fechamos a tabela salarial e também os reajustes, em seis parcelas. Foi uma excelente negociação, principalmente porque incorporamos uma gratificação que era de um valor alto, a TIDEM [Tempo Integral e Dedicção Exclusiva ao Magistério Público]. É isso: fomos colocados à prova, a categoria respondeu, confiou e deu certo. Viver no SINPRO e viver com o SINPRO é viver emoção.

Rosilene Corrêa

Na página ao lado, Isabel Portuguez fala em assembleia de professores (outubro, 2007); à dir., Maria Holanda, uma militante astuta



LISTA DOS INDESEJÁVEIS

Particpei de quatro gestões no Sindicato dos Professores: de 1986 a 89, depois de 1989 a 92, aí retorno em 1995 e vou até 2001. A partir de 2001, na escola particular as coisas eram bem diferentes da escola pública, porque não tínhamos estabilidade. Eu era uma pessoa que tinha um embate muito grande, do ponto de vista da organização dos profissionais, com o sindicato dos donos de escolas. E esse embate me transformou numa pessoa muito conhecida dos donos e diretores de escola de todo o Distrito Federal. Eu era uma pessoa meio assim marcada para a morte. Então, à medida que eu saio do sindicato, que eu não tenho mais estabilidade nem nada, eu perdi o meu contrato. A partir daí eu não conseguia mais trabalhar em escola nenhuma. [Fui] obrigado a buscar outras opções na minha vida e praticamente saio do setor da educação. Passei um certo período desempregado e a partir de 2003 fui atuar no Ibama, num programa de prevenção e controle e combate a incêndios florestais, na Amazônia Legal; fui consultor do PNUD [Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento] e depois fui fazendo inúmeras outras coisas. Tive diversas atividades, porque era impossível [voltar a] ser profissional da educação novamente.

Ari Nogueira



LINHA DE FRENTE

Fui por muito tempo membro da comissão de negociação. Eu era um dos que dominava o jogo político, tinha boa articulação com os militantes da comissão, que, exceto a mim, eram todos do PT. Eu era o único da comissão de negociação que era do PCdoB. Era um dos que falava em todas as assembleias, sempre fui um dos que estava na linha de frente.

José Antônio Gomes Coelho



MILITANTE ESPERTA

Todas mobilizações nossas foram importantes, foram grandiosas. É evidente que na época da ditadura era mais difícil. Mas houve uma greve, eu já era aposentada, que nós não pudemos invadir o [palácio do] Buriti, então invadimos ali embaixo daquela entrada. A polícia ficou lá, para a gente não entrar, e eu fiquei lá o tempo todo. Nós não entrávamos. Então eu rodeei e fui lá para trás do Buriti: lá também não entrava. Aí eu pedi ao rapaz para ir ao banheiro, ele disse que não podia: “Não pode ir”. “Mas eu preciso ir ao banheiro, cheguei aqui de manhã.” “Não pode ir.” Eu disse: “Tá bom!”. Aí eu fiz de conta que estava falando ao vivo [pelo celular], e disse assim: “Eu quero que a diretoria que está aí em frente convide a imprensa para vir aqui: eu vou fazer xixi na porta do Buriti porque o guarda não deixa eu entrar e eu não vou embora, eu vou fazer aqui!”. Aí o rapaz disse: “Não, não, pode entrar, pode entrar”. Eu entrei e não saí mais. Precisa ter astúcia para isso.

Maria Holanda Lopes Carvalho

OPÇÃO PELA DIREÇÃO COLEGIADA

O surgimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no cenário político teve o dom, entre outros desdobramentos, de chacoalhar a estrutura sindical brasileira herdada do primeiro governo de Getúlio Vargas, claramente inspirada na Carta del Lavoro, a legislação sindical fascista do regime italiano de Benito Mussolini.

O advento da CUT subverteu o mandamento oficial, que proibia a criação e o funcionamento de entidades intercategorias, restrição que tinha o claro objetivo de aprofundar a atomização dos diversos segmentos de trabalhadores e solapar a possibilidade de lutas conjuntas.

A radicalização da prática democrática da CUT, consubstanciada na redobrada atenção ao sentimento das bases, naturalmente levou o SINPRO-DF a chamar a discussão sobre as formas de representação praticadas pelo sindicato. Esse debate, aliás, estava proposto no programa da chapa eleita, em junho de 1986, para a direção do sindicato.

Dito e feito: em 25 de fevereiro de 1989, professores e professoras reunidos em assembleia na Escola Normal de Brasília aprovaram o novo estatuto da entidade, que instituía a direção colegiada e o reconhecimento pleno das instâncias de base, sobretudo as Delegacias Sindicais e as Comissões Sindicais de Base. A partir dali, passou à responsabilidade de dirigentes e militantes de base do SINPRO a tarefa de consolidar a nova estrutura por meio da eleição do delegado sindical de cada escola, da formação da Comissão Sindical de Base e da efetivação das Delegacias Sindicais para fazer funcionar o Conselho Político de Delegados Sindicais e o Conselho Geral de Delegados Sindicais.

Foi – e é – uma estrutura sujeita a constante aprimoramento. De toda forma, é – e foi – o reconhecimento cabal de que a força do sindicato está na sua base.

Posse da diretoria do SINPRO-DF (julho, 1992). Na página ao lado, acima, Rejane Pitanga (centro) e Nelson Sobrinho (de costas, de camiseta branca) durante a ocupação da Secretaria de Educação do DF, em 2000; abaixo, Meg Guimarães discursa em assembleia



MOMENTO HISTÓRICO

Foi um momento de muita efervescência política no movimento dos professores e no movimento sindical em Brasília. Em 1986 foi eleita a primeira direção cutista, e era uma mulher, Lúcia Carvalho, a eleita presidente. Logo depois se começou a discutir essa mudança no estatuto, muito nessa coisa do novo sindicalismo, de uma nova estrutura. Vou ser bem sincera: eu hoje não concordaria com essa mudança. É mais democrática, mas é bem complicada do ponto de vista interno da organização. Você pode ter presidencialismo, que é a estrutura da maioria das entidades, com democracia. Foi um momento histórico importante, mas acho que o colegiado meio que diluiu um pouco as responsabilidades e você acaba tendo alguns “presidentes”. Dependendo da formação, da experiência, as pessoas se destacam umas mais que as outras.

Rejane Pitanga





DECISÃO PIONEIRA

Nessa questão da mudança [para a direção colegiada], eu estava no olho do furacão: fui um dos três que defendeu a mudança na assembleia, uma assembleia muito tensa. Na verdade, precisamos colocar isso no contexto histórico. Nós estamos ali no final da década de 1980, o movimento sindical ainda numa ascensão muito forte, que vem do final da década de 1970 com as grandes greves do ABC e a organização da CUT. Queríamos mexer na estrutura sindical e entendíamos que acabar com o presidencialismo dos sindicatos era democratizar efetivamente o sindicato. Depois essas coisas acabaram

demonstrando que a realidade não é bem essa, que você não precisa necessariamente criar um colegiado para que o sindicato seja democrático. Mas nós, naquele momento, achávamos o seguinte: num colegiado, horizontalizado as decisões, você dá mais oportunidades a que novas lideranças apareçam, que os debates sejam mais horizontais e, portanto, [propício a] ter uma relação mais próxima com a categoria. O nosso foi o primeiro sindicato, que eu me lembre, que aprovou a direção colegiada. E talvez seja a mais horizontalizada das direções colegiadas que eu conheço no país.

Antonio Lisboa



NOS CONFORMES

Na época eu entendia como uma necessidade, uma coisa mais democrática, mas hoje penso que a gente aprovou não era porque todo mundo pensava assim, mas porque tínhamos muitas lideranças de peso. O sindicato sempre teve grandes quadros na direção. Ai teve um congresso, a gente modificou o estatuto. É uma direção colegiada que funciona surpreendentemente bem, do meu ponto de vista. Não sei ultimamente como está, porque não estou acompanhando, mas no período em que eu fiquei [na direção] a presidência não fazia falta. Não fazia diferença ter uma presidenta ou presidente, era um trabalho bom, e eu acredito que ainda está dando certo.

Auriene Vieira



Na página ao lado, assembleia em frente ao Congresso Nacional (1989); acima, reunião sindical (junho, 1992), encontro de diretores com a deputada Luiza Erundina (de vestido estampado), e fragmento do cotidiano sindical (julho, 1992)



DILUIÇÃO INCÔMODA

Existia muita disputa entre presidente e vice, quem falava com a imprensa, e a coisa, percebemos, era muito centralizada. E se nós pergávamos que [a direção] tinha que ser partilhada, inventamos um colegiado que eram três pessoas em cada uma das secretarias: cada uma dessas secretarias tinha uma liderança ocupada, a cada ano, por um. Isso fez com que

houvesse rodízio de poder. Mas o que percebemos hoje, depois de vários anos de colegiado, é que, também, perde-se muito as lideranças, dilui-se demais: tem gente que tem carisma, tem gente que sabe se expressar muito bem, e há pessoas que nunca serão lideranças, embora sejam direções.

Lúcia Carvalho



PELA BASE

Foi um movimento importante porque saiu da condição do presidencialismo para o colegiado, muito na linha de que precisava democratizar os espaços, e você passa a ter uma estrutura mais horizontal na gestão do sindicato. Isso fortalece porque você não centraliza mais as decisões numa pessoa, mas socializa, divide, compartilha com os gestores do sindicato, que na verdade representam os interesses da base da categoria. Eu diria que a democratização se dá [não só] porque se institui o colegiado, mas porque se fortalece também, cada vez mais, a atuação do sindicato por meio dos organismos de base, inclusive com muito investimento na formação sindical.

Olgamir Amancia Ferreira



Olgamir Ferreira ao microfone: organismos de base e formação sindical. Na página ao lado, Roberto Lião em momento de lazer com alunos: diversidade e pluralidade



NOVA SOCIEDADE

Toda a preparação das nossas lutas, por conta das deliberações e da necessidade da defesa da profissionalização da educação, da conquista dos planos de carreira, faz com que o nosso sindicato se mantenha em movimento permanente. Ele não tem o movimento trienal, por conta das eleições internas, ele não tem movimento quadrienal, por conta das eleições gerais. Ele é um sindicato que desde a primeira hora, ao se reconhecer como sindicato de uma fração de classe, e de uma categoria profissional como a nossa, de docentes, ele se coloca em processo de revolução permanente. Não tem interstício, não tem intervalo. Eu já participava das lutas do nosso sindicato na escola privada, então não era estranho para mim a metodologia de trabalho que o sindicato organizava: as assembleias descentralizadas, para envolver os trabalhadores de cada uma das Regionais de Ensino, e à época tínhamos onze

Regionais de Ensino, e uma direção colegiada, que era algo que se contrapunha a uma cultura da hierarquização das relações sociais. Você tem uma direção colegiada, mas, afinal, quem é o presidente ou a presidenta do sindicato? Uma das decisões políticas de maior densidade na horizontalização das relações sociais e políticas foi a decisão política do nosso sindicato em não mais ter um sistema presidencialista, mas uma direção colegiada. Isso era emblemático no projeto societário, nas lutas, e na perspectiva de sociedade nós vislumbrávamos, queríamos e continuamos a querer construir. Uma sociedade na qual se reconheçam a diversidade e a pluralidade de cada ser humano, [em que] não se estabeleçam hierarquias nem por divisas, nem por titulações, nem por holerites mais ou menos adensados, mas que sejam reconhecidos como determinações de uma mesma realidade.

Roberto Lião





NO VOTO

Em 1989 começou a surgir uma discussão: mantém o presidencialismo ou transforma-se em direção colegiada? Eu me lembro dos expoentes da categoria: Lúcia Carvalho, figura importante e reconhecida, veio até a ser deputada distrital; Márcio Baiocchi Fracari, um professor respeitado, intervinha na assembleia e todo mundo escutava; e também a Lúcia Iwanow, que sempre escreveu muito bem, trabalhava na imprensa do sindicato; e tinha o Walter Ney Valente, o “Peninha”. Citei quatro: havia outras figuras, que tinham o seu lugar, mas esses quatro eram mais influentes e conhecidos na categoria. Um deles manteve a linha de presidencialismo, o Peninha, os outros três mantiveram a proposta de mudar para o colegiado. Conclusão: fomos para a eleição.

João Bosco Monteiro Lobato

Maria Augusta Ribeiro: acumulando apoios no chão da escola



O LUGAR DAS TENDÊNCIAS

Foi um sucesso a gestão de 1986 a 89. Uma gestão vitoriosa, com muitas conquistas, e a categoria veio: nós íamos para dentro das escolas batendo no governo da direita. Ganhamos o carinho e o respeito da categoria que estava lá, no chão da escola, onde realiza o seu trabalho. Esta característica que nós tínhamos foi o motivo principal de termos uma gestão vitoriosa, e aproveitamos nossa gestão para a orientação ideológica de compartilhar ao máximo o poder. Conseguimos mudar o estatuto do sindicato para [a adoção da] gestão democrática, compartilhada. Só que não havia a figura do presidente, eram secretarias, assim como é até hoje. Atualmente são treze secretarias, naquele tempo não havia tantas. Cada secretaria com três pessoas responsáveis pela atuação daquela secretaria. E quando íamos para as assembleias, aquelas assembleias

lotadas, na reunião de diretoria que antecedia [o ato] decidíamos quem ia coordenar a assembleia. Quando era presidencialismo, era a presidenta; sem o presidencialismo, nós definíamos, fazendo sempre um rodízio. Mesmo essa gestão que começou em 1986 sendo majoritariamente petista, o PT tem tendências, tem forças dentro dele, tem os seus movimentos internos. Então, fazíamos a discussão dessas várias tendências que havia na direção para indicar quem ia ser a coordenação da mesa, quem seria a pessoa que faria as anotações, quem iria intervir na assembleia – cada força indicava uma pessoa. E assim continua até hoje. Não houve mudança nessa forma de gestão, o que houve foi a ampliação das secretarias, que hoje são treze, contando ao todo com 39 diretoras e diretores na direção do sindicato.

Maria Augusta Ribeiro



DISPUTA POLÍTICA

Eu era do grupo político da Lúcia Carvalho, do Antonio Lisboa, um grupo chamado Vertente Socialista, que na CUT chamava CUT Pela Base. Nós defendíamos as estruturas colegiadas para as organizações sindicais. Quando a gente se elegeu, em 1989, claro que já tinha um processo ali, nós não somos todos cordeirinhos da mesma força política. Tínhamos várias forças políticas, cutistas, petistas, dentro do Sindicato dos Professores. Existia uma disputa política, natural até, e aí fomos levados ao colegiado com nove secretarias,

sem presidente, e é a estrutura que está hoje. Claro que a estrutura vai se modernizando, criaram-se novas secretarias. Para se ter uma ideia, em 1989 não existia uma grande preocupação com a pessoa aposentada – criaram então a Secretaria do Aposentado, que é importantíssima, e outras que acabaram sendo estruturadas. Hoje são treze secretarias. Era necessário dar uma reviravolta e a reviravolta política foi criar a estrutura colegiada. Hoje tenho as minhas críticas.

Jacy Braga



Professoras e professores assistem à posse da diretoria do SINPRO-DF (1986)



TRÂMITES TRAVADOS

Se eu pudesse mudar o estatuto do meu sindicato, eu tiraria esse colegiado. Colocaria uma comissão executiva. Não precisava ser só presidente, existem outros formatos de direção. Agora, esse colegiado é muito difícil. Atrasa muito o encaminhamento de muita coisa boa para a categoria devido às discussões políticas de grupos que fazem parte do colegiado. Creio que deveríamos estudar uma forma – também democrática, lógico – que facilitasse os encaminhamentos.

Reuza Souza Durco

SINDICATO E GOVERNOS PROGRESSISTAS

Eleito pelo PT para o governo do Distrito Federal, o professor Cristovam Buarque tomou posse em 1995 acendendo as esperanças de uma gestão democrática e participativa, sobretudo na área da educação. Muitos quadros sindicais, dos professores inclusive, foram compor o governo assumindo cargos e funções em todos os níveis. O mesmo se deu anos depois, durante o governo petista de Agnelo Queiroz (2011-2015).



Direção de assembleia que denunciou o descumprimento de acordo firmado pelo governo do DF com o SINPRO-DF (maio, 1996)



EQUILÍBRIO DELICADO

Quando se tem um governo do campo aliado, democrático e popular, espera-se que as coisas fiquem muito fáceis, e na verdade não é bem assim. Temos que saber separar bem o papel do Estado e o papel do sindicato. E não é tranquilo porque umas pessoas acham que como o governo é democrático, então é mais fácil fazer a luta, mais fácil fazer o movimento. Não é. Na história do SINPRO, por exemplo, nós fizemos greves muito maiores nos governos democrático-populares do que nos governos mais à direita. É obvio que é muito mais fácil construir o diálogo, até porque parte-se do entendimento de que a educação é vista como prioridade, que a saúde é vista com prioridade, mas o recurso do Estado é o mesmo. Um sindicato tem sempre uma linha mais democrático-popular; os seus membros, se estão ligados a algum partido, é a

um partido democrático, não um partido de direita. Espera-se, então, que a gente consiga transportar os nossos discursos para a prática administrativa – e nem sempre isso se dá, porque o Estado continua sendo Estado, um Estado capitalista: não é um governo democrático popular numa revolução. Quando se vai para uma pauta sindical num governo democrático-popular, pode ter certeza que haverá muitos problemas, como no governo de direita, pela perspectiva de orçamento. E nós somos muito mais cobrados pela base da categoria, porque o entendimento é esse: se o governo é de esquerda, você tem de responder ao sindicato de forma positiva, sempre. E não é bem assim. A luta é o tempo todo tendo que fazer o equilíbrio entre o sindicalista e o militante político.

Berenice Darc Jacinto



TRUCULÊNCIA DE ESQUERDA

A [convivência] com o governo Cristovam foi muito complicada. A direção do sindicato, de maioria petista, não teve uma boa relação, apesar de [haver] muitos petistas históricos na direção do sindicato tentando negociar. A categoria criou uma ilusão muito grande de que vem o governo petista e agora é só filé mignon e sobremesa. Não foi assim que aconteceu. Houve um desgaste grande do Cristovam na categoria, ele enfrentou, ele foi para cima, e eu mesma sempre fui uma crítica dele. [Ele] ameaçou demitir professores em greve, cortou ponto, tirou salário, foi uma ação muito parecida com a direita no enfrentamento com o movimento sindical. No governo Agnelo foi menos traumático do que com Cristovam, porque na gestão Agnelo nós conseguimos mudanças importantes no nosso plano de carreira. Plano de carreira que conquistamos com as lutas desde que o sindicato teve uma gestão petista, de 1986 para cá.

Maria Augusta Ribeiro





Olgamir Ferreira conversa com o então governador do DF, Cristovam Buarque (de gravata); na página ao lado, os dirigentes Rejane Pitanga (no alto) e Marco Aurélio (abaixo, de camiseta branca)



PESOS E MEDIDAS

O que acontece quando é eleito o governo do professor Cristovam Buarque? Primeiro temos um movimento, que é a saída de várias pessoas da base do movimento social, especialmente do movimento sindical, para compor o governo. Isso não é um erro, muito pelo contrário: você não forma um quadro da noite para o dia. Esses colegas passam a compor a estrutura do governo Cristovam. A grande questão que está posta nesse momento é a dificuldade que o movimento sindical teve de lidar com uma gestão pública que estava na sua mesma trilha, com uma concepção de mundo muito próxima da do sindicato, e que teve na categoria dos professores uma base de sustentação muito forte. E sermos capazes de distinguir o papel de governo e o papel de sindicato. Quando elegemos o professor Cristovam, elegemos um governo, mas não fizemos uma mudança da estrutura social, da forma de organização do Estado, nem nada que o valha. E as pessoas no movimento sindical muitas vezes, ao analisar o governo, analisavam como se ele tivesse todas as condições de poder. A gente assume o governo, mas não necessariamente se apropria de todos os espaços de poder e de decisão. É um governo de frente, um governo amplo, um governo que tem aqui uma perspectiva, mas

o governo federal tem uma outra, radicalmente diferente, e ele tem que ser capaz de lidar com isso. Você tem de um lado uma categoria que não via solução para os seus problemas, nem tinha como ver, porque não era mágica, é política; e, por outro lado, um governante que também se distanciava e não conseguia dialogar com o movimento social. Havia incompreensões de todos os lados. Dentro do sindicato havia setores que já tratavam o governo com o inimigo, não conseguiam fazer a distinção das dificuldades que o governo podia enfrentar, já comparavam e o colocavam na mesma seara de um governo neoliberal, o que não era, a despeito de muitos erros que foram cometidos. E de outro lado havia pessoas numa posição muito adesista. Mais ou menos assim: como nós apoiamos esse governo, e esse governo tem a sustentação da base, nós não podemos criticá-lo. Como eu defendo uma concepção classista de movimento sindical, entendo que o sindicato faz a crítica, mas ele não pode perder de vista um projeto mais amplo, estratégico de sociedade. Nesse sentido, o corporativo não pode se sobrepor ao estratégico. [Ocorre que] nós não tínhamos a experiência de governos democráticos; com um governo autoritário sabíamos bem como lidar, como rechaçar.

Olgamir Amancia Ferreira



O LADO DA LUTA

Eu não fui do sindicato no governo Agnelo [Queiroz], eu estava no governo: fui auxiliar meus companheiros do sindicato no sentido de [facilitar a] intervenção junto ao governador. Fiz isso todas as vezes em que foi necessário para poder ajudar. No governo Cristovam [Buarque] eu fui da direção do sindicato e nós tivemos profundos conflitos – foi uma relação marcada por disputas terríveis. Avançamos, sim, um monte de coisas, principalmente pedagogicamente; tivemos alguns avanços salariais. Mas houve erros dos dois lados, tanto do sindicato quanto do governo. Há um conflito nessa relação partido e sindicato. O papel do sindicato é lutar pelos interesses dos trabalhadores em qualquer governo que seja, e obviamente vamos ter mais facilidade em avançar quando você tem um governo com uma visão de respeito aos direitos, das necessidades de avanços e de conquistas. Mas quero ser bem franca: foi uma relação bem difícil. Fez a gente a pensar bastante o quanto temos que aprofundar esse debate dentro do partido e dentro do sindicato. Essa coisa da independência, da autonomia, fica meio complicada nos momentos em que somos governo. E no governo Agnelo o sindicato teve uma escala bem menor de conflitos, até porque o Cristovam era bem complicado. Mas não é fácil, principalmente para quem está na direção do sindicato e quem é militante partidário. Quando estamos no sindicato é uma luta tão imediatista, tão cruel no dia a dia, é um monte de coisas para resolver, só apagando incêndio o tempo todo, que a gente deixa um pouco de atuar partidariamente e fica mais focado no movimento sindical. Acho que hoje o pessoal está melhorando, mas a minha geração tinha mais dificuldade com isso: você se dedicava mais ao movimento sindical.

Rejane Pitanga

DUAS VISÕES

Nós passamos por dois governadores de esquerda. Tivemos um na década de 1990, que foi o Cristovam Buarque, e também o governo Agnelo [Queiroz], que era um governo democrático popular, mas que foi preciso também fazer alguns movimentos no governo dele. Algumas pessoas pensam que quem está no movimento sindical, e que ajudou a eleger pessoas para um cargo executivo, não pode estar reivindicando e pressionando esses representantes executivos. Na minha compreensão, nós cometemos alguns erros, mas tivemos muitos acertos em mostrar que o movimento sindical precisa ser independente de quem está na gestão executiva do estado ou do país. Não foi [uma relação] tão difícil do ponto de vista de pauta pedagógica, muito pelo contrário, nós até negociamos boas coisas. Mas, do ponto de vista da pauta salarial, foi um pouco difícil. No governo Cristovam foi muito difícil, só não foi mais difícil porque a vice-governadora Arlete Sampaio nos ajudou. Mas tivemos uma relação bem pesada. Do ponto de vista educacional, acho até que melhorou muito. O [governo] Agnelo não foi tão complicado como na época do Cristovam, foi uma relação mais serena.

Auriene Vieira





Policiais militares do DF apreendem megafone e detêm o professor Cássio de Oliveira Campos



DUAS PERDAS

É fato que na gestão Agnelo Queiroz nós tivemos a reestruturação do plano de carreira, que foi resultado de 52 dias de greve, uma greve dura; e conquistamos também o auxílio saúde, quando suspendemos a greve. Depois retomamos as negociações, com bons avanços, e também a reestruturação da tabela, que foram as parcelas que ficaram pendentes para o governo seguinte. Quem ganhou as eleições [de 2014] foi Rodrigo Rollemberg. Já em janeiro [de 2015], nós tivemos um acampamento na praça do Buriti, porque havia atraso de pagamento de décimo terceiro salário; o Rollemberg assumiu e não tomou as providências. O retorno do ano letivo já foi tenso. E ali iniciamos uma greve no governo Rollemberg, greve curta, de uma semana. Recebemos em março mais uma parcela do reajuste, e em setembro, quando deveria ter sido paga outra parcela, não houve pagamento. Depois disso, então, tivemos 29 dias de greve. Em 2017, tivemos uma outra greve, porque ainda continuávamos recebendo calote do governo. Ou seja, a sexta parcela do reajuste não foi paga. Fizemos uma greve longa, dura, em que professores apanharam da Polícia Militar, claro que sob o comando do governador. Não recebemos o reajuste, a sexta parcela. Por fim, judicializamos [a questão] e isso está tramitando. Estamos agora indo para o STF: foi o que nos restou depois de duas greves.

E houve um fato marcante: nessa segunda greve, na gestão Rollemberg, nós perdemos um dos nossos dirigentes, o professor Cássio [de Oliveira Campos], de Sobradinho, uma pessoa superquerida. Foi muito duro. Ele era um militante muitíssimo dedicado, responsável, querido na cidade. Ele conseguiu chegar até a categoria em Sobradinho de uma forma que poucos de nós conseguiram ou conseguem. Ele realmente deixou a marca dele em Sobradinho e foi muito duro para nós, naquele momento de uma relação duríssima com o governo, ainda perdemos uma pessoa como ele. Perder qualquer pessoa é sempre muito doído, mas ele por ser uma pessoa especialmente querida. Nós tivemos uma reunião do comando de greve no domingo, na sede da CUT, e no outro dia de manhã eu fui para a cidade dele, onde tínhamos uma assembleia. Quando eu estava chegando a Sobradinho, veio a notícia de que ele estava hospitalizado. E quando abrimos assembleia, eu estava conduzindo a mesa quando uma companheira recebeu a ligação, avisando que ele não havia resistido. Imagine, no meio de uma greve da categoria, perder alguém assim. De novo encerramos essa greve sem que o governo cumprisse [o pactuado]. O governador Rodrigo Rollemberg tomou a decisão de não cumprir com a lei e não respeitar uma conquista da categoria.

Rosilene Corrêa



Acima, Nelson Moreira Sobrinho (à frente) no XXI Congresso da Confederação dos Professores do Brasil (CPB), em Brasília (janeiro, 1988); abaixo, Nelson em momento de descontração no XX Congresso Nacional da CPB, em Porto Alegre (janeiro, 1987)



QUALIDADE E RESPEITO

Como um sindicalista passa a ser governo? Enquanto [estava] na Regional de Ensino, a primeira coisa que eu tinha na minha cabeça era de que eu não posso, em hipótese alguma, deixar os meus princípios de sindicalista. Mesmo no lugar em que estou eu vou ter que lutar sempre para o benefício da nossa categoria e [pelo] reconhecimento da escola pública de qualidade. Como sindicalista, brigamos a vida inteira para que os filhos dos trabalhadores tivessem uma educação de primeira, uma educação de qualidade, uma educação de respeito. Esse era o princípio que me norteava como coordenador da Regional de Ensino. Colocar o aluno como centro da escola e dizer: "A escola vive em função deste aqui, que é o ator principal da educação como um todo". Para mim é o aluno e sempre foi assim. Na época do governo do PT no Distrito Federal a educação pública foi tratada com muito respeito, com muita qualidade, com muita garra e compromisso. Isso a gente conseguiu fazer.

Nelson Moreira Sobrinho





DIREÇÃO COLETIVA

Para nós tudo foi muito novo, porque até então nós nunca tínhamos vivido a experiência de uma gestão democrática. Em Ceilândia nós éramos um grupo muito crítico ao governo Cristovam, várias vezes não concordamos com as decisões encaminhadas pela Regional [de Ensino], íamos falar com o secretário, formamos aqui um grupo muito crítico de diretores de escola. Eu não me dizia diretora, eu dizia que nós éramos uma direção. Iniciamos diálogos que não existiam antes: tínhamos um conselho que era fictício, e passamos a ter um conselho efetivo, de debate, de discussão, com representação dentro da comunidade. Foi uma experiência rica para todos nós que estivemos naquele espaço, naquele momento. A escola teve cuidado com as escutas, tivemos coragem de fazer mudanças, e isso foi um aprendizado muito grande para todos nós.

Eliceuda Silva de França



Intervenção de Antonio Lisboa em assembleia do SINPRO-DF (setembro, 2007)



Lucia Iwanow (de branco) participa de atividade sindical (s.d.)

CONTRADIÇÕES DA LUTA SINDICAL

A história de mais de quatro décadas do SINPRO é pontuada por momentos históricos vibrantes, de muita luta e muitas conquistas, mas também por um episódio doloroso. Durante o governo de Cristovam Buarque, eleito com apoio maciço dos professores, logo afloraram as contradições suscitadas pelo embate entre as pautas da luta sindical e as barreiras impostas à gestão governamental, seja pela legislação, seja pelo limite físico dos recursos disponíveis. Junte-se a isso as manifestações de incompreensão agudizadas no curso de uma greve decretada no decorrer da campanha salarial de 1997. A resultante desse imbróglío foi um racha na direção do SINPRO que culminou com a convocação de uma assembleia, em 5 de abril daquele ano, que

deliberou pela destituição de nove dirigentes da diretoria do sindicato. O caso provocou intensa reflexão sobre os métodos empregados na luta sindical e suas relações com a militância política. Foi mais uma lição aprendida na trajetória do SINPRO-DF. O tempo passou e confirmou que foi cometido um grande equívoco. Tanto é assim que os companheiros e companheiras injustamente punidos permaneceram na luta e ainda hoje têm suas vidas guiadas pela defesa intransigente da classe trabalhadora e da educação pública libertadora. Nunca arredaram pé do lado certo da história. São eles: Anette Lobato Maia, Francis Franqueira Fernandes (in memoriam), José Aristides Tavares de Oliveira, Lêda Gonçalves de Freitas, Luiz Antônio Guedes Basile, Maria Lúcia Iwanow, Reuza Souza Durco, Rogério da Cruz Silva e Rosemeire do Carmo Rodrigues.



Jacy Braga (sentado, de camisa escura) durante negociação: categoria mobilizada. Na página seguinte, Rosilene Corrêa (à dir.) durante a campanha “Calote Não” (2017)



DISPUTA FRATICIDA

No governo do Cristovam Buarque, eu fui diretor executivo da Fundação Educacional, que era um braço da execução da política educacional da rede pública, [que] depois foi extinta e virou Secretaria de Educação. Ali no governo Cristovam, feliz ou infelizmente, eu, ex-dirigente sindical, professor de carreira, estava frente a frente com o processo de negociação com o sindicato. Aquele foi um momento bastante ruim, muito difícil para todos nós. Porque foi um momento em que a nossa oposição interna – estou falando de companheiros da mesma ideologia, do mesmo partido, membros da CUT – trava uma guerra fratricida. Era mais ou menos assim: “Chegamos ao poder, então agora temos que ter tudo o que foi negado por todos os governos; e vocês que estão aí são obrigados a nos dar tudo”. E nós, do outro lado, estávamos no governo, mas não tínhamos esse poder todo. Nós vivíamos, além de tudo, uma guerra com o PSDB, que era o governo federal, com Fernando Henrique, e Brasília até aquele momento vivia [dos recursos] de uma coisa que a Constituição permitia chamado “transferências voluntárias”. Como elas eram “voluntárias”, o ministro da Economia da época podia simplesmente dizer: “Olha, não sobrou dinheiro para isso”. Todas as nossas negociações passavam pelo governo federal, obrigatoriamente. Se o governo Cristovam, o nosso governo do PT, queria dar 10% de reajuste para os professores, de onde vinha o dinheiro para pagar os docentes? Grande

parte dele vinha das transferências voluntárias. E quem era o ministro? Pedro Malan. O Malan chegou para o Cristovam várias vezes, dizendo: “Se você quiser dar reajuste, veja com o seu [orçamento, porque eu] não pagarei”. Nós enfrentávamos uma negociação muito dura com o governo federal e uma oposição fratricida do próprio sindicato. Isso levou a um racha enorme do sindicato, levou a uma prática abominável que foi a expulsão de companheiros valorosíssimos da diretoria do sindicato: foram nove companheiros expulsos do sindicato nesse momento, porque chamavam um pouco à razão nesse confronto que parte da diretoria queria fazer. O balanço que eu faço disso [é que] foi uma ação irresponsável. Já tivemos oportunidade de expiar esse processo com companheiros daquela época, fizemos a nossa paz política. Mas a avaliação é que aquele momento foi muito mal conduzido. Primeiro pela elevação do nível de expectativa a um patamar que era impossível que o governo cumprisse; segundo, não reconhecer os avanços que estávamos trazendo naquele momento, inclusive na área educacional. E o resultado disso foi um sindicato desestruturado, rachado em trezentos pedaços. O que veio a contribuir para a gente perder a reeleição do projeto do PT em 1998. O sindicato já reconheceu que o processo de expulsão de vários quadros valorosos foi ilegítimo. Foi um momento muito ruim, e o sindicato levou muito tempo para se reorganizar.

Jacy Braga



NA PRÓPRIA PELE

Avalio como algo relativamente natural esse conflito de papéis. Só que naquela época, era algo muito novo. E num sindicato muito combativo, com uma direção que sabia o seu lugar, é natural que os sindicalistas tenham uma opção político-ideológica de esquerda, porque é quem defende a classe trabalhadora. Quem dirigia o nosso sindicato eram pessoas ligadas a partidos de esquerda, com autonomia política e que faziam muitos enfrentamentos. Quando o PT ganha as eleições [para o governo do DF], é claro que para montar o governo e preencher os cargos os partidos tiveram que buscar quadros onde havia, e nós tínhamos muitos bons quadros nos sindicatos. As pessoas saíram, os companheiros e as companheiras foram compor o governo e aí começam os conflitos. Infelizmente é isso: às vezes, quem está no governo acha que quem está no sindicato tem que comungar – porque é do seu partido – dos seus projetos. E aí você não pode cobrar, não pode confrontar, não pode discordar. Por sua vez, quem está no sindicato muitas vezes acha que, porque elegemos um governo, esse governo tem que governar para nós em primeiro lugar, e depois para os outros. E aí nós entramos numa situação de conflitos. Isso resultou em um episódio que deixou uma marca muito cruel na nossa história, que foi uma assembleia que aprovou a expulsão de nove dirigentes do SINPRO. Isso causou um mal enorme à entidade, portanto à categoria. Esse período ficou muito marcado porque ele distanciou a entidade da nossa base, da nossa militância. Tivemos que passar por um processo de reconquista, de reconstrução, de trazer de volta a categoria para ela querer ir de novo a uma assembleia e participar. O grupo que assumiu em 2001 se empenhou muito nisso, investiu muito em formação e numa reaproximação entre categoria e a entidade. E deu certo: a categoria respondeu. Fico imaginando que para quem viveu uma situação assim, na própria pele, certamente não é tão simples. [Foi] um ato de injustiça mesmo.

Rosilene Corrêa



PAIXÕES CONFUNDIDAS

É sempre muito duro [lembrar o episódio] da expulsão, não é tranquilo para nós. Politicamente enfraquece não só um grupo ou outro, enfraquece o sindicato. Eu estava na base da categoria, ainda era delegada sindical da escola, estava já nas lutas das greves, sempre muito envolvida com o sindicato, então eu conhecia todos os que foram expulsos naquela assembleia. Para mim ficou o sentimento de derrota da categoria. Porque você tem ali a vitória, de certa maneira, do governo, do Estado. Quando o sindicato chega ao [ponto] de expulsar [seus] membros, é porque a crise é tão grande que perdemos todos: tem uma categoria inteira perdendo e enfraquecendo um instrumento de luta que é o sindicato. Hoje tem gente que nem lembra mais, mas eu fui para casa [depois daquela] assembleia com o sentimento de derrota, derrota do sindicato, porque não conseguimos diluir um problema interno que foi levado para a categoria de forma a que ela se posicionasse, muitas vezes nem sabendo [sobre o] que estava se posicionando.

Berenice Darc Jacinto



EQUÍVOCO HISTÓRICO

A gestão do Cristovam foi difícil porque ele teve uma postura de, indiretamente, defender o Cheque Educação. Esse embate a gente travou, porque eu era do SINPRO e também líder comunitário do Gama; eu era do Conselho do Orçamento Participativo. Eu ia para as reuniões no Buriti, pelo orçamento participativo, e lá eu vi quando Cristovam chegou a pontuar que iria, ao invés de construir escolas, comprar vaga nas escolas particulares. Cheguei ao ponto de ter a voz cortada em uma plenária do orçamento participativo porque me contrapôs a essa política dele. E mesmo sem microfone, gritei:

“O Izalci Lucas está arrumando um grande aliado”. E o Izalci, na época, era presidente do Sindicato dos Proprietários de Escolas Particulares (SINEP). Cristovam teve esse equívoco, ele queria isso, não conseguiu graças ao enfretamento nosso: nós não permitimos. Naquele período tivemos a categoria dividida como nunca se viu, chegando a ter uma assembleia em que o SINPRO expulsou diretores que eram tidos como militantes próximos ao Cristovam. Foi o maior equívoco da história do SINPRO. Foi doído esse período.

José Antônio Gomes Coelho



José Antônio Gomes Coelho: pressão contra o governo do DF; na página ao lado, Reuza Durco (à dir.) com Lula e familiares, em Brasília (2002)



COURO GROSSO

Quando nós ganhamos o governo, em 1995, o governo Cristovam, eu fiz opção por estar no sindicato, então claramente defini meu campo. Governo é governo; o companheiro quer ir para o governo, vai para o governo, mas eu vou ficar no sindicato. Ao fazer essa opção, eu tinha claro o que fazer de luta: não ia diferenciar das lutas anteriores. Poderia até mudar métodos, mas não desistir da luta. E o que aconteceu? Por ser um colegiado, dentro desse colegiado havia vários pensamentos. E tinha um grupo, que chegou a ser majoritário na época, porque tem isso também: começa a diretoria, quase em quantidades iguais, mas dali a pouco alguém vai ter a maioria e, quem tem maioria, tudo que o quiser passa ali. É [no] voto. O governo teve vários equívocos, mas tudo o que foi construído na área de educação, o que nunca existiu no DF, aconteceu no governo de esquerda, na época do Cristovam. Se a Escola Candanga era boa, então por que eu vou recusar a Escola Candanga no processo pedagógico? Escola Candanga foi uma revolução no DF. E houve outros projetos pedagógicos, que foram implantados na época, muito bons. Uma parte da diretoria, por entender não sei de que forma essa diferenciação entre sindicato e governo, que existe de fato – tudo o que vinha era ruim, e era contra –, não deixava avançar a educação com os projetos que seriam bons para nossa categoria. Eu fiquei doente, só não fui para o analista nem para o psicólogo na época porque o meu couro é grosso. Muita militância nossa sofreu

demais nessa época. Ganhar o governo para o militante em Brasília era um horror, a gente já ficava com medo. Era chamado de pelego. E nós, um grupo de nove, fomos expulsos por isso, em 1997; por ter pensamento diferenciado, a gente virou pelego. Mas eu preferi ser isso do que não aceitar os projetos que vieram do governo; não do governo: eles vieram de uma luta acumulada nossa. Nós sempre pensamos nesses projetos, e aí ganha o governo e não pode implementar. Foi muita confusão [na assembleia]: a mesa estava totalmente manipulada, não tivemos como dividir espaço. Eles tomaram conta da mesa, e já foi um problema. Foi decidido que haveria cinco intervenções a favor do final da greve e cinco para continuar. Foi um silêncio quando eu fiz minha intervenção. Eu falei: “Estou chamando o final da greve porque a greve acabou de verdade, não tem mais ninguém fazendo greve. Existe um grupo dentro da diretoria que quer ir até sangrar, não devido às nossas questões, às questões da categoria, mas sim por questões políticas contrárias a esse governo que está aí”. Como a mesa era deles, eles conseguiram manipular. Foi uma confusão tão grande que nem a categoria que estava lá votando soube direito contar a história. Foi horrível. Depois, as pessoas que fizeram esse papel ridículo na assembleia se aliaram com a direita, a pior direita do DF, trabalharam para ela, e até hoje ainda tem alguns deles cumprindo esse papel.

Reuza Souza Durco



FERIDA ABERTA

Nessa assembleia eu compunha a mesa. Uma coisa muito louca. Em política, as coisas são complicadas: às vezes você tem um momento em que está fazendo a disputa, e que talvez, se fosse num momento futuro, as coisas não necessariamente se dariam daquela forma. Mas, enfim, aconteceu. Existia uma disputa dentro da diretoria, o que tornou a coisa complicada, insustentável. E, numa assembleia, a expulsão [foi] à votação e acabou acontecendo. Foi uma coisa que politicamente trouxe um trauma muito grande, não só para quem saiu, mas também para quem continuou na diretoria. É uma ferida política que fica, não só para um lado como para o outro também.

Ari Nogueira



Manifestação do MST, em Brasília (abril, 1997); na página ao lado, integrantes e apoiadores da Chapa 1 para as eleições de 1998



EQUÍVOCO MARCANTE

Vejo pelo ineditismo e a experiência do então autoproclamado governo democrático e popular, de 1995 a 1999, do qual tive a possibilidade de fazer parte na condição de dirigente na área de Educação Física, Esporte e Lazer. O ineditismo de uma experiência de um governo com matriz filosófica convergente às matrizes filosóficas daqueles que eram herdeiros da tradição de lutas da esquerda criou tensões que reciprocamente tivemos dificuldade em superá-las. E pela primeira vez no país, desde o processo de redemocratização, temos um governo de uma aliança de esquerda, de centro-esquerda. Havia de um lado alguns setores que, a desqualificar o movimento sindical, e não somente o movimento dos trabalhadores em educação, entendiam que aqueles que permaneceram no movimento sindical eram viúvas do governo democrático popular, porque não haviam conseguido ingressar no governo – o rebaixamento evidente do debate. E, [por outro lado], companheiros que haviam ingressado no governo, ao terem pouca habilidade ou não ratificarem, na sua condição de dirigentes, a serviço de qual projeto societário estavam naquele contexto da história. Aliados podem se colocar como adversários circunstanciais, mas não são inimigos de classe. Passamos momentos muito tensos, que foram as eleições do Sindicato dos Professores. Havia dois coletivos com representatividade, com história de luta, com reconhecimento da categoria, que por divergência de concepção de política de alianças, e o papel estratégico do movimento sindical num governo democrático e popular, foram

para os embates das urnas. Tivemos mais de um turno, e a derrota não foi uma derrota daqueles que estavam no governo, foi uma derrota do nosso projeto societário naquela quadra da história. Mas, enfim, tivemos uma experiência muito enriquecida no quadriênio [1995-1999] do governo democrático popular, mas profundamente contraditória nas relações com os movimentos sociais, em especial com o movimento sindical. Eu fui um que me manifestei absolutamente contrário [à expulsão]. Era algo que desqualificava a trajetória histórica não só dos companheiros, porque qualquer um dos companheiros que expressasse legitimamente as suas concepções de mundo era tratado não como contradição, mas como uma traição – o que é inadmissível. Eu estive nessa assembleia, uma assembleia de militantes que cometeu um equívoco histórico, reparado tardiamente. Mas uma marca, dentro dessas contradições, daqueles que estiveram no governo democrático popular e daqueles que permaneceram nos movimentos sociais, em especial no Sindicato dos Professores. De fato, talvez tenha sido o mais emblemático equívoco de estreitamento e negação em uma categoria [de análise] que é fundante na compreensão dos movimentos, nas determinações sociais, econômicas e políticas, que a contradição. Não lidar com a contradição é não honrar a tradição de lutas da constituição de partidos de esquerda e dos movimentos sindicais, daqueles que deixaram seu sangue pelas calçadas para que a gente pudesse bradar as nossas palavras de ordem nas ruas.

Roberto Lião

Mesa diretora de assembleia do SINPRO-DF (s.d.); na página ao lado, Antonio Lisboa (centro, de camisa branca com estrela) na posse do então presidente Lula, em Brasília (janeiro, 2003)



SUPERAR RESENTIMENTOS

Eu não participei desses fatos à época, eles são anteriores inclusive ao meu ingresso na categoria. Mas me lembro, quando eu passei a participar dessas discussões, [dos] muitos ressentimentos que esse episódio gerou em diversas lideranças. Tanto é que a nossa chapa de 2001 foi construída muito nessa linha de raciocínio, a de que era uma chapa dos excluídos, dos injustiçados por aquela expulsão. Ganhamos a eleição e buscamos desde então construir um entendimento de unidade. Não foi nunca o foco desse grupo o revanchismo, nem com o grupo que comandou a expulsão, nem com os de oposição mais à esquerda.

Washington Dourado



DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO

Esse é um dilema, uma polêmica em que muitas vezes você tem que trabalhar no fio da navalha. Na CUT, o sindicalismo que nós defendemos é baseado em dois princípios: na independência econômica e financeira e na autonomia de partidos ou governos. Ou seja, quando você se depara, estando num sindicato, com um governo que você ajudou a eleger, é uma situação em que você tem que trabalhar com muita clareza qual é o papel do governo, qual o papel do partido político e qual o papel do sindicato. Por exemplo, eu tenho uma militância partidária, sou filiado a um partido político, mas, quando estou dirigindo um sindicato, não posso colocar em prioridade os interesses do partido de que eu participo ou do governo que eu ajudei a eleger. Quando você olha para a categoria na assembleia, ali você tem pessoas que são do mesmo partido que você é, pessoas que são do partido diferente, pessoas que não são de partido nenhum, que é a grande maioria. O dirigente tem que ter clareza sobre o papel dele como dirigente e o papel dele como militante político. Você precisa ter muita clareza do que são os interesses da categoria que você representa e quais são os interesses do governo – e,

nesse sentido, a obrigação do sindicalista é defender os interesses da categoria que ele representa. O que não pode, e muitas vezes ocorre, é de um lado o governo que sabe que o dirigente sindical é do partido do governo tentar, de dentro do governo, orientar a ação sindical. Isso é um absurdo, mas existe. E, de outro lado, também um absurdo, mas existe, é o dirigente sindical por alguma razão tentar resolver questões político-partidárias por meio do sindicato. Isso não pode acontecer. O que você deve ter é o seguinte: eu luto pelos interesses da categoria num governo que é do meu partido da mesma forma que eu faço a luta pela minha categoria num governo que é adversário do meu partido. O dirigente sindical pode e deve ter sua opção partidária, mas ele não pode misturar o papel de militante partidário com o papel de dirigente político. É uma coisa delicada, mas isso tem a ver com a própria essência do sindicalismo que defendemos, que é o sindicalismo independente e autônomo, separando o que é coisa de partido e o que são os interesses da categoria. O que deve orientar a luta sindical é a pauta de reivindicações da categoria, seja para o governo que é seu aliado, seja para o governo que é do partido adversário.

Antonio Lisboa



3

**PLURALIDADE,
DIVERSIDADE
E LUTA**



Docentes da rede pública do Distrito Federal engrossam o movimento pelo impeachment do então presidente Fernando Collor (1992)



PLURALIDADE, DIVERSIDADE E LUTA

O Sindicato dos Professores no Distrito Federal é uma entidade cuja atuação transcende a defesa das pautas meramente corporativas. É marca histórica do SINPRO envolver-se em todas as lutas democráticas do DF. Foi assim na defesa de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, na participação destacada na mobilização pela autonomia política do DF, no apoio solidário e material aos movimentos contra a carestia, ao movimento por moradia e também em questões aparentemente banais, mas que salvam vidas, como o apoio à adoção de faixas de pedestres nas vias públicas de Brasília. Sem contar a participação ativa nas lutas pela Anistia, nas Diretas Já e na mobilização Fora Collor – esta, aliás, marcada no Distrito Federal por massivas manifestações pelo impeachment, como o “Domingo Negro”, articuladas na sede do SINPRO.

O SINPRO é pioneiro na inserção, no debate sindical, de temas como o papel e a incidência da mulher na luta política, a questão do racismo e da violência nas escolas, as reflexões sobre as políticas de saúde e meio ambiente. Não à toa incluiu, em sua estrutura de gestão, as secretarias de Assuntos de Raça e Sexualidade, Assuntos e Políticas para Mulheres Educadoras, Assuntos de Saúde do Trabalhador e por último, mas não menos importante, a Secretaria de Assuntos dos Aposentados.

O SINPRO tem uma visão cosmopolita do movimento sindical. A pauta corporativa amplia-se, dessa forma, para um leque de ações na direção do avanço dos direitos sociais.



ESCOLA DE VIDA

O SINPRO é um sindicato que produziu muitos quadros políticos para o Distrito Federal. Para mim, foi a maior escola da minha vida: me ensinou muita coisa, me deu muita experiência. O SINPRO é um sindicato onde a maioria das forças políticas da esquerda atua no movimento. Também por isso é uma grande escola: ensina a conviver com as diferenças, a trabalhar na diversidade. Na questão da pandemia, o sindicato teve uma postura de luta em defesa da vida, questionado o negacionismo do governo federal [e vivendo] as dificuldades da relação com o governo do Distrito Federal. O pessoal teve muita maturidade política para fazer esse debate, esclarecer a categoria no momento em que você não tinha condições de se reunir, no momento em que a gente vem sofrendo retirada de direitos desde o golpe de 2016. Um cenário totalmente adverso do ponto de vista de avanço e de conquista; ao contrário, é um cenário de perda, de refluxo, de desmobilização, que muitas vezes a culpa, em vez de recair no governo, recai no sindicato. A diretoria do SINPRO teve sutileza e inteligência no encaminhamento das lutas e no enfrentamento da pandemia. O que nós estamos vivendo é uma guerra, é um cenário de filme de terror. Você tem que repensar desde o cotidiano da relação aluno-professor, que sempre foi na sala de aula, a nossa relação de visitar escola, de discutir, das grandes assembleias... para a relação virtual. Este novo não vai embora, ele veio para ficar, então o sindicato teve que repensar as novas práticas pedagógicas no cenário de pandemia, como organizar a luta, como enfrentar as investidas do setor empresarial [defensor] de que a economia é mais importante que a vida.

Rejane Pitanga

PROTAGONISMO FEMININO

Na esteira do congresso que aprovou a criação da Secretaria de Assuntos e Políticas para Mulheres Educadoras do SINPRO, em 2007, tomou corpo na entidade o debate sobre o protagonismo das mulheres na luta sindical. Quanto mais não fosse pelo fato de as mulheres perfazerem algo como 80% da categoria profissional dos docentes no Distrito Federal, embora essa representatividade não se refletisse em situações corriqueiras, com na composição das mesas de assembleias ou na formação de comissões de negociação.

Além de estimular esse debate, uma das primeiras providências da nova secretaria foi a criação do jornal *SINPRO Mulher*, que passou a funcionar como tribuna privilegiada de uma discussão até então pouco presente no meio sindical. A receptividade da nova publicação foi tamanha que, na sequência, *SINPRO Mulher* transformou-se numa revista, também com ótima aceitação na base da categoria.

Tanto o jornal como a revista foram instrumentos decisivos para a ampliação do debate sobre questões femininas até então ausentes da pauta. Assuntos relevantes como o combate aos diversos tipos de violência contra a mulher, do assédio ao feminicídio, a abertura de espaço nas instâncias decisórias e o respeito à condição feminina tornaram-se agora parte do dia a dia da luta. Em resumo: deu-se uma importante mudança cultural no trato dessas questões.

O sucesso da revista *SINPRO Mulher* ensejou a criação do prêmio “Mulher Educadora Cidadã do Mundo”, outorgado por quatro edições na data de aniversário do sindicato. Ali, mais uma vez, ficou patente a importância do conhecimento acumulado pelas educadoras homenageadas, todas elas protagonistas de histórias exemplares a demonstrar como o fazer pedagógico é capaz de provocar uma transformação bem-vinda no âmbito de uma escola e de uma comunidade.



AO LADO DOS APOSENTADOS

O maior segredo é ter paciência e muita atenção com os aposentados. Eu falo para as minhas colegas: “Os aposentados precisam muito da nossa atenção, do nosso carinho, da nossa disponibilidade em ouvi-los”. Porque muitos são sozinhos. Eu acho que, quando a gente chega a determinada fase da vida, os filhos casam, uns separam ou ficam viúvos, e as pessoas ficam muito sozinhas. Então, os aposentados me ligam. Eles não têm dia para ligar nem hora. Tem uma aposentada que me liga aqui domingo, 11 horas da noite, e tem aposentado que liga conversa, conversa, conversa, aí você pergunta: “Qual é a sua demanda?”. “Não, Sílvia, eu só queria que você me ouvisse.” Eles querem conversar, querem que a gente os escute. Eu tenho essa paciência porque acho que não é à toa que eu estou ali, naquele lugar. Eu estou aqui para fazer o meu trabalho político, mas também como ser humano eu tenho que atender as pessoas bem. São pessoas que precisam muito do nosso aconchego.

Sílvia Canabrava



NA VANGUARDA

O Sindicato dos Professores nasceu com gente preocupada em preparar a base [para] fazer os enfrentamentos e as lutas. Nada se consegue se não for pela luta, pela denúncia e pela união. As diretorias foram se sucedendo, muitas até se colocando como oposição aos outros, mas também da mesma linha de esquerda, e chegamos ao que estamos hoje. Hoje não é que os companheiros estão mais parados, é o próprio país. Estamos hoje, pela pandemia, numa situação em que não podemos fazer concentrações. Mas mesmo assim o nosso sindicato tem puxado algumas mobilizações pelo não retorno às aulas enquanto não tiver vacina [para todos]. O Sindicato dos Professores tem o respeito da população, tem o respeito da imprensa e com certeza os governos temem a mobilização que o SINPRO é capaz de fazer. Há uma cultura consolidada. Só o SINPRO? Não, existem outros sindicatos no DF, é a Central Única dos Trabalhadores que unifica isso. Mas o SINPRO continua a ponta de lança para a luta.

Lúcia Carvalho



Participantes do VII Encontro de Mulheres Educadoras, promovido pelo SINPRO-DF (2019)



MOMENTO RUIM

Eu acho que [esta] é a pior época para o SINPRO, porque o sindicato usa as ruas para fazer o movimento, mobiliza os professores. Agora o professor não pode sair de casa por causa da pandemia, o professor não pode se aglomerar numa assembleia, não pode ir a uma reunião fechada. E porque o nosso é o melhor sindicato do Brasil, ele consegue reunir os professores, consegue mobilizar, consegue vitórias, mesmo [estando] nós em casa. Este é o pior momento do sindicato, mesmo assim ele sobrevive, e sobrevive com muita honra. Eu sou apaixonada. Tem três coisas que eu respeito muito: a minha família, a igreja e o sindicato.

Maria Holanda Lopes Carvalho



OBRA FARAÔNICA

Lembro a nossa luta pela implementação da faixa de pedestre. Foi uma conquista histórica em Brasília, e nós professores a abraçamos em sala de aula, no cotidiano acadêmico. Na luta pelas Diretas Já o sindicato já atuava. Qualquer classe trabalhadora, dos rodoviários, da saúde, nós nunca fomos indiferentes a nenhuma luta. Lembro da primeira marcha dos trabalhadores rurais sem-terra, eles foram recebidos com flores no Eixão e o sindicato deu todo apoio logístico. A luta das mulheres, a Marcha das Margaridas, qualquer movimento político, a Marcha dos 100 Mil, a luta contra os governos do gover-

nador Joaquim Domingos Roriz. Não dá para olhar para Brasília sem olhar o Sindicato dos Professores. Nós encampamos uma campanha por paz nas escolas, nos opusemos à construção do estádio [Mané Garrincha] em Brasília, esse elefante branco que temos aí: por mais de uma vez abraçamos aquele estádio antigo, dizíamos que não era necessário. Nós tínhamos necessidades mais urgentes na sociedade de Brasília, que não justificaria a construção daquele estádio, mesmo dentro de um projeto de Copa do Mundo. O sindicato anteviu isso politicamente, se opôs e bateu.

Tadeu Freire Pontes



Rejane Pitanga, então presidenta da CUT-DF, fala na abertura da primeira Marcha das Margaridas, em Brasília (2006)



RECUO ESTRATÉGICO

O SINPRO é um instrumento de luta importante para esta cidade. Ele já traz na sua história muitas pautas importantes que foram adotadas também por outros companheiros de outros estados. O SINPRO tem hoje uma grande responsabilidade, porque o jogo político é muito duro. Nós temos uma categoria com o meu perfil – “vamos para cima”, “vamos atacar” – e agora essa nova geração é “calma, gente”, “será que é por esse caminho?”. É tudo muita luta virtual, agora mais do que nunca, mas já era antes: muito virtual, muito WhatsApp. O sindicato é um instrumento da cidade. Neste momento da pandemia, nós fizemos muitas campanhas que foram estratégicas. Primeiro, não voltar às aulas, e enfrentamos esse governo Ibaneis [Rocha], que é aliado do Bolsonaro.

Depois, dissemos por que não íamos voltar, fizemos várias campanhas durante esse processo todo, de esclarecer a própria categoria, que ficou um pouco receosa. Houve momentos de ameaças de devolver os colegas de contratos temporários. O sindicato hoje tem que fazer as duas coisas: não dá para fazer só um papel moderado, ele também tem que ir para cima. Não dá só para dialogar, tem hora que tem que parar o diálogo, bater na mesa, levantar e falar: “Vamos para a luta! Nós vamos enfrentar vocês é na rua!”. E como é que a gente faz isso agora, esse nosso jeito de fazer política, de ir para rua enfrentar o governo? Nós estamos todos recuados dentro de casa, todos nós, as gerações todas que compõem o SINPRO.

Eliceuda Silva de França



Eliceuda França (2ª da esq. para dir.) no lançamento da Casa da Mulher Brasileira, no Palácio do Planalto, ao lado da então presidenta Dilma Rousseff (2015)



RENOVAÇÃO GERACIONAL

A luta é necessária, [mas] tem que ter rejuvenescimento, tem que dar injeção de ânimo. Não digo que o jovem é solução para tudo, mas tem que formar o jovem para ele se inteirar, para ele perceber com os que são mais experientes que se faz necessária a luta, travar o debate para valer. Essa coisa do militante, do diretor só de levantar crachá na assembleia, isso é complicado. Tem que ter visão política, criticidade e engajamento. E a entidade não pode permitir que o diretor seja maior do que a entidade. O diretor é militante, por isso tem que ter renovação, porque senão vão aparecendo figuras que se perpetuam e se julgam donos da entidade. Isso aconteceu com o sindicato do Brasil dos pelegos. Agora, nós, de esquerda, vamos permitir isso? A gente tem que fazer a crítica. Temos que rejuvenescer a entidade, temos que travar o debate, temos que ir para o enfrentamento. Hoje o enfrentamento com este governo – eu sei que a pandemia está atrapalhando – praticamente não existe.

José Antonio Gomes Coelho



ERRO DE CONDUÇÃO

Esta pandemia realmente atingiu todo o processo político. Mas, anterior a ela, mesmo eu votando na chapa que é atual diretoria, eu tenho vários senões contra eles. Primeiro, transformar o sindicato num braço do PT, o que é um grande erro, porque quem não era petista começou a se afastar da luta sindical. Criou-se um gueto de petistas, apesar de o PT também não ser algo monolítico, existe muito racha lá dentro. Mas aquilo ali sectarizou muito a questão, e a luta sindical perdeu o sentido, inclusive com a CUT também ter virado braço do PT. Isso foi para mim a grande decepção.

Aurélio Anchises Ribeiro de Souza



TRABALHO COMPARTILHADO

O SINPRO não tinha um olhar voltado somente para a categoria, ele sempre ajudou, foi referência e o polo irradiador de criação de várias outras categorias de luta. Na época o sindicato ajudou a criar a Associação dos Professores da Universidade de Brasília, dos Auxiliares de Administração Escolar, a Associação dos Orientadores Educacionais, Associação dos Instrutores de Autoescolas, Associação dos Escritores, Associação de Asseio e Conservação e Associação dos Mutuários. Nós trabalhávamos para o sindi-

cato e também na ajuda a essas associações que eram criadas com ajuda do SINPRO, praticamente lá dentro: a gente convivia com eles o tempo todo. Era uma mesa de professor e outra mesa para atender esse outro pessoal. Era bem cansativo, bem desgastante, mas a gente dava conta de tudo porque era muito prazeroso. Todo mundo se ajudava, a diretoria também ajudava, todo mundo fazia de tudo. A gente saía e ia embora para casa com aquela sensação de dever cumprido.

Arnalda Gomes da Silva



PAPEL SOCIAL

É uma experiência incrível estar na direção do sindicato – e não só na direção, mas fazer parte dessa luta sindical. É estar vivo num coletivo que toma decisões na sua categoria, e eu penso que ainda nos conforta ter um espaço de resistência e de luta como um sindicato. Quem quer fortalecer a sua categoria, tem que fortalecer o seu sindicato. E outra coisa, fundamental: o sindicato tem um papel importante na luta corporativa, mas ele é um ente também social. Nesta pandemia, por exemplo, quando o SINPRO assegura junto com a população que não voltemos às aulas, que as crianças não voltem à aula, isso salvou muitas vidas.

Berenice Darc Jacinto

Mesa diretora de assembleia do SINPRO-DF reunida em 23 de outubro de 2008; na página anterior, Rosilene Corrêa em assembleia durante a campanha “Calote Não” (2017)



AVANÇOS RELEVANTES

Eu passei quinze anos na direção do SINPRO, cinco mandatos. Começamos em 2001, com um grupo, parte dele já tinha experiência de ter sido diretor do SINPRO, com uma referência política muito forte no companheiro [Antonio] Lisboa, que já tinha passado pela direção. Mas também a Isabel Portuguese, o José Antônio, a Augusta, o Nelson, o Raimundo, a Zezé, para citar os que tinham mais tempo e história construída na categoria; mas também com pessoas novas como o Tião, Denilson, Garibal e tantos outros. Formamos um grupo que assumiu o mandato em julho de 2001, com a missão de construir uma nova forma de fazer sindicalismo, no sentido de que era preciso lutar, mas também negociar. Ou seja, ao mesmo tempo que se construía a organização da categoria, para defender a pauta de reivindicação do ano, também modificar uma certa posição ou uma imagem que o SINPRO tinha na sociedade, de que era um sindicato intransigente, que não negociava, que não dialogava, que não construía na sociedade um sentimento favorável às reivindicações para poder, aí sim, chegar ao momento da mobilização e da negociação com o governo. E nós, acredito, tivemos sucesso. De 2001 a 2015 tivemos as maiores conquistas da história da categoria. Nesse período fizemos três reformulações do plano de carreira, tivemos conquistas importantíssimas, como a incorporação da gratificação da TIDEM [Tempo Integral e Dedicção Exclusiva ao Magistério] e de outras gratificações. A própria reorganização da jornada de trabalho, para conquistar de vez a jornada ampliada, que foi uma luta muito grande de 2001 a 2005, que permitisse o professor ter um período do dia da sua jornada para a regência

de classe, e outro período para coordenação. Imagine que antes o professor trabalhava dois turnos em sala de aula e fazia a coordenação em casa, ou no contraturno, ou fora da sua jornada de trabalho. Nós conquistamos discussões importantes, como a própria ideia de instituir um plano de saúde, que agora recentemente começou a se tornar realidade, mas foi na pauta de 2003 que nós colocamos essa reivindicação. Foi um processo em que nós apostamos que era possível mobilizar a categoria para o enfrentamento – fizemos grandes greves nesse período –, mas também ter um relacionamento institucional muito forte, não apenas com o governo no sentido de estabelecer um canal de negociação com confiança, com capacidade de resolver problemas efetivos na mesa de negociação, mas também, e o mais importante, ampliar os canais de diálogo com os diversos setores da sociedade. Disso resultou um sindicato que tinha e tem credibilidade para dialogar não só sobre a pauta da categoria, mas as diversas temáticas que nós fomos aos poucos colocando e hoje o sindicato discute em diversos fóruns da sociedade e das instituições. Direito dos aposentados, dos idosos, dos deficientes, LGBTQI+, de raças, gêneros, sexualidade, tudo isso passou a existir após 2001. A direção do SINPRO garantiu voz à oposição nas decisões mais cruciais, como de início e de fim de greve. Sempre tivemos aquela dinâmica de cinco falas favoráveis da direção e cinco falas da oposição. Sempre com muita dureza nas disputas, [mas] este é um grande patrimônio do SINPRO: um sindicato onde a oposição sindical mais participa efetivamente. É uma cultura.

Washington Dourado



CASA SOLIDÁRIA

[Para] os sindicatos de classe não corporativos, que não se vinculam somente às suas pautas, a mediação com o real é a sua pauta, a mediação com o real é a defesa dos trabalhadores da sua área de intervenção, a sua matriz. O nosso sindicato é dos professores, mas é um sindicato dos trabalhadores em educação e um sindicato de trabalhadores. Vincular as nossas lutas, sermos solidários, e não somente no quadrilátero geográfico do Distrito Federal, mas pelo espaço estratégico em que nos situamos, na capital da República Federativa do Brasil, não temos movimentos nacionais ligados aos interesses dos trabalhadores que não passem pela luta, pela solidariedade, pela força material do Sindicato dos Professores. Sejam eles ligados aos trabalhadores da educação ou às lutas mais amplas em defesa do trabalhador e do trabalho – por extensão, da vida digna para todos. É uma casa que acolhe amplas frações de classe, inclusive os movimentos sociais organizados, não somente os sindicatos. Nós temos uma aliança muito forte como os trabalhadores sem-terra, com os trabalhadores sem-teto, enfim, todos aqueles trabalhadores que lutam pela dignidade da vida, lutam por dar força material àquilo que o “livrinho verde” que foi escrito lá em 1988, com muita luta, reafirma como direito social.

Seremos aliados desses movimentos que afirmam palavras aparentemente perdidas no texto de uma legislação, mas elas ganham força, ganham vida, quando cada um de nós, com os nossos chapéus, com os nossos carros de som, com os nossos protetores, estamos bradando ali as palavras de ordem, representando a muitos milhares e milhões de companheiros pelo Brasil afora. Quando a gente levanta as bandeiras “o SINPRO somos nós, é nossa força, é a nossa voz”, não é tão somente uma palavra perdida ao vento, mas de fato ela representa aquilo que o SINPRO se tornou desde 1979, e na minha vida desde 1984, nas nossas lutas diárias.

Roberto Liáo

Roberto Liáo (esq.): “O SINPRO somos nós, nossa força e nossa voz”



Rejane Pitanga fala em ato de repúdio ao massacre de Eldorado dos Carajás, em Brasília (1996)



FORÇA DO COLETIVO

Só temos chances de construir uma escola mais democrática, uma educação com qualidade que se referencie nas pessoas, na sociedade, se nós tivermos organizações fortes. E a organização forte é uma organização que se sustenta no coletivo. Nesse sentido, [é preciso] sustentar o nosso sindicato – não só a sustentação financeira, também importante, mas sustentar no sentido de estar ali, de contribuir, de refletir junto e caminhar junto, de fazer a crítica ao sindicato, à direção sindical. Sindicato é a nossa representação como categoria profissional. Fortalecer o nosso sindicato é algo que todos e todas devemos assumir como uma tarefa cotidiana. Os professores lutam também pela educação

de qualidade para todos e todas. E quando você tem um professor com melhores condições de trabalho, que inclui, por exemplo, uma jornada adequada, salário adequado, espaço adequado para poder atuar, com isso ganha o professor individualmente, enquanto sujeito, mas ganha educação, numa perspectiva mais ampla. [Na pandemia], o que estamos testemunhando são professores trabalhando com muita dificuldade, porque não foram preparados para isso na sua formação; tendo que enfrentar um mundo remoto, porque não é educação a distância o que nós estamos fazendo, é um trabalho remoto com muitas limitações e com muito sofrimento.

Olgamir Amancia Ferreira

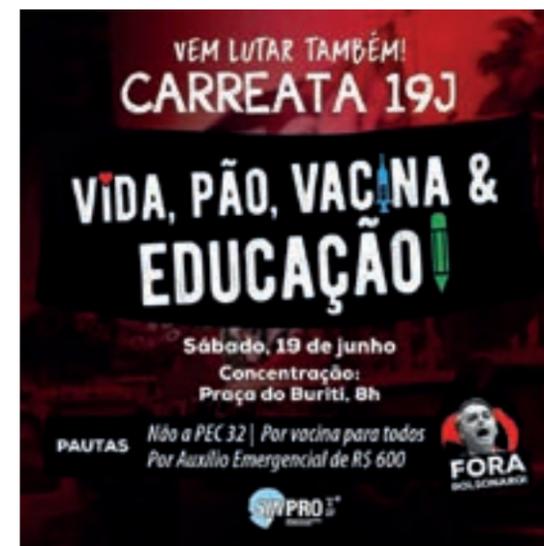
OS PRÓXIMOS PASSOS

Na defesa dos interesses de uma base ativa de mais de 32 mil associados, de composição majoritariamente feminina (82% de mulheres e 18% de homens), são muitos os desafios que o SINPRO deve enfrentar em meio a um cenário adverso marcado por uma grave crise sanitária associada ao negacionismo institucional produzido pela necropolítica praticada pelo governo federal.

A pandemia da Covid-19, que tanta dor tem causado a milhares de famílias brasileiras, obrigou professoras e professores a repensarem seus métodos de ensino e a reinventarem as formas de interação com os alunos e suas comunidades. A nova realidade imposta pelo isolamento social, a falta de vacinas suficientes para uma política de imunização em massa e a adoção – no mais das vezes mal planejada – das plataformas digitais de comunicação para mediar a relação professor-aluno, trouxeram, de um lado, o aprofundamento do fosso das desigualdades e, de outro, a evidência nefasta dos efeitos da precarização do trabalho docente e suas consequências no processo educacional.

O SINPRO está atento a isso. O legado de sua tradição de luta em favor da educação pública de qualidade será mais uma vez testado, seus métodos de ação serão postos à prova, sua capacidade de mobilização e incidência na vida social do DF, outra vez requeridos. Os desafios são muitos e complexos. Convém estar preparado.

À dir. e na página ao lado, manifestações do SINPRO-DF contra a política genocida do governo Bolsonaro no enfrentamento da pandemia da Covid-19, que em outubro de 2021 ultrapassou a marca de 600 mil mortos no Brasil



POLÍTICA DA MORTE

O conceito de necropolítica foi concebido em 2003 pelo filósofo camaronês Achille Mbembe, professor da Universidade de Witwatersrand, na África do Sul, um estudioso especialista em temas da África pós-colonial. Mbembe investigou como os governos administram a morte, em especial quando deliberadamente adotam restrições que impeçam que frações vulneráveis da sociedade tenham acesso às condições mais cozinhas de sobrevivência. Quando em meio à pandemia da Covid-19 um governo institucionaliza o negacionismo, não promove campanhas destinadas à prevenção do contágio e se omite diante de decisões básicas, como a gestão adequada na compra de vacinas e estruturação de um programa de vacinação em massa, então esse é um governo que pratica a necropolítica. Qualquer semelhança com as atitudes do governo Bolsonaro não é mera coincidência.

Antonio Lisboa, em assembleia no DF (outubro, 2001): como envolver as juventudes no movimento sindical?



SINDICATO TOTAL

Existem desafios muito fortes para o movimento sindical como um todo, no mundo inteiro. Quais são? É entender as mudanças que a produção capitalista promoveu desde o final do século XX até agora, os anos 20 do século XXI. Aquele modelo de produção em que um lado tinha um contrato de trabalho, seja na CLT, via carteira profissional, com fundo de garantia, aposentadoria, seja no serviço público a partir de um concurso público, garantindo aposentadoria, direitos etc., esse modelo sofre mudanças enormes do final do século XX para cá. Hoje há milhões e milhões de trabalhadores informais, milhões e milhões de trabalhadores que são chamados, entre aspas, de “empreendedores individuais”, milhões e milhões de trabalhadores que embora estejam no serviço público não são concursados e, portanto, não têm os direitos que os trabalhadores concursados têm. Existe uma mudança para pior, uma mudança muito grande nas relações de trabalho no mundo, especialmente no Brasil. Aí vieram a reforma previdenciária, a reforma trabalhista, os ataques aos sindicatos: tudo isso gera uma situação que o movimento sindical tem que [enfrentar]. Primeiro, tem o grande desafio que é se conectar com esse novo trabalhador – na sua quase totalidade, um trabalhador altamente explorado –, entendendo que esse trabalhador precisa se organizar e ter o apoio do sindicato. Mas entendendo também, como dirigente sindical, que é preciso ter um novo tipo de relação com esse trabalhador, em que o sindicato seja o que eu chamo de sindicato total, isto é, que o sindicato não se preocupe tão somente com salário no fim do mês, mas que ele entenda que o trabalhador também é um ser humano, com todas as suas contradições, que ele tem relações culturais, religiosas, familiares, comunitárias, e que o sindicato precisa entender isso. Esse é o grande desafio do movimento

sindical: entender que o mundo mudou para pior, mas mudou, e que, portanto, precisamos entender que esse novo trabalhador não tem o mesmo olhar. No caso do SINPRO, nós avançamos muito com relação às questões de gênero. O nosso sindicato foi o primeiro no Brasil a criar uma política para debater a equidade de gênero, foi o primeiro sindicato a garantir a paridade entre homens e mulheres na sua direção, foi o primeiro a colocar no seu estatuto os debates sobre combate ao racismo, a questão da sexualidade também. Estamos hoje com um grande desafio com relação à juventude, ou seja, como envolver as juventudes no movimento sindical. É um enorme desafio porque muitas vezes as juventudes – que são fruto desse processo de mudanças da produção capitalista, que vem junto do neoliberalismo – acabam muito próximas do individualismo, enfim, do “eu me resolvo”. Portanto, um grande desafio é envolver as novas gerações no sindicato e, obviamente, a defesa da educação pública e do serviço público como um todo. Esse momento de pandemia mostrou duas coisas: primeiro, a pandemia, de um lado, descortinou o mundo injusto que já vinha com exploração, trabalho precário e retirada de direitos. De outro, serviu para mostrar para muita gente que o serviço público é que dá garantia de condições de vida para as pessoas. E isso vai ser o grande desafio para o pós-pandemia: que mundo a gente quer para depois da pandemia? Porque o sistema capitalista, as grandes transnacionais, as big techs, as farmacêuticas, vão querer um mundo em que eles tenham cada vez mais dinheiro e cada vez mais pobreza, mais desigualdade. Investir no serviço público, investir nos direitos dos trabalhadores, investir na educação pública, são os desafios que temos por aí, fora o de se conectar com esse mundo louco em que vivemos.

Antonio Lisboa



NOVO CENÁRIO

Os desafios são muitos, até porque estamos diante de uma conjuntura nova, do ponto de vista da pandemia. Nós nunca vivemos isso. E nessa parte o sindicato teve competência [ao adotar] uma forma bem interessante de conduzir, até por causa de muitas pressões que aconteceram pela volta às aulas presenciais. É um novo cenário de pensar a ação sindical de mobilização, de participação, um cenário em que estamos fazendo praticamente tudo virtualmente. De pensar as práticas pedagógicas, a relação professor e aluno num cenário também virtual, onde há profundas desigualdades sociais, e o enfrentamento do cenário político e econômico que já sabíamos que ia ser tão difícil, mas não tão difícil quanto ele está se apresentando. A responsabilidade dos dirigentes sindicais é muito grande.

Rejane Pitanga



ALIANÇA AMPLA

Hoje vivemos uma situação muito complicada, um momento de negação histórica de um monte de coisas que nós conquistamos ao longo desses anos todos, do regime ditatorial para cá; e a dificuldade de organização, não só no SINPRO em si, mas do movimento sindical como um todo. Vamos ter que discutir formas de chegar à base, com uma discussão mais pé no chão. Temos que criar, buscar e ampliar essa discussão do ponto de vista das organizações de esquerda. Vamos ter que fazer uma aliança muito grande para barrar o espaço que a direita está tomando.

Ari Nogueira



TAREFA URGENTE

Os desafios hoje para o SINPRO são os mesmos que para qualquer outro sindicato. Está se consolidando um novo mundo do trabalho. Havia uma ilusão de que a educação estava distante disso e, de certa forma, protegida. Mas hoje nós temos dentro da Secretária de Educação no Distrito Federal a realidade de que quase 50% de professores regentes são de regime de contratação temporária. Não estamos aqui discutindo as condições dos profissionais, porque eles são profissionais tão qualificados quanto os concursados – eles passam por um processo seletivo, eles têm que ter curso superior. A questão não é o debate de quem é um profissional e quem é o outro: é da condição. O grande desafio nosso é o fortalecimento da educação pública, com concurso público. Educação pública feita por servidores e servidoras do serviço público. Porque a escola está sendo tomada por prestadores de serviço. Isso é a demonstração do desmonte do Estado. O nosso grande desafio, hoje, é retomar com a política de fortalecimento do Estado.

Rosilene Corrêa



NÓ DIGITAL

Os maiores desafios para a atuação do SINPRO são os desafios colocados para o movimento sindical como um todo. Da época do golpe [contra] Dilma para cá, estamos vivendo uma conjuntura de muita destruição dos direitos da classe trabalhadora, de muitas perdas. Estamos tendo congelamento de salário há muito tempo, o desemprego, uma coisa surpreendente. Portanto, todo o movimento sindical [está] enfraquecido do ponto de vista de como lutar para garantir as coi-

sas. Por conta da pandemia, [o quadro] piorou mais ainda. Eu vejo hoje um movimento sindical enfraquecido, [o recurso à] tecnologia levou a uma certa acomodação do corpo a corpo. Tem muito trabalho que se desenvolve reunindo as pessoas olho no olho, que é muito mais capaz de convencimento do que um trabalho usando mais os meios tecnológicos. E eu percebo que o movimento sindical tem se apoiado muito nessa tecnologia.

Auriene Vieira



HISTÓRIA E MEMÓRIA

Há vários desafios para o sindicato. Um primeiro deles é que nós vivemos um momento de descrédito, da construção de uma desconfiança muito grande em relação ao movimento social. Um outro é a renovação muito grande da categoria. Essa categoria que está aí é muito jovem, ela já encontrou uma realidade muito diferente daquela que se tinha lá no início dos anos 1980, quando você não tinha direito a absolutamente nada, você era celetista e não tinha mesmo direito. Hoje um professor entra na Secretaria de Educação e ele tem a coordenação pedagógica, tem a jornada ampliada, que são importantes para a educação, são importantes para o profissional da educação também, mas que ele acha que sempre foi assim. Ele já encontra essa realidade dada. E isso faz com que ele não compreenda que

aquilo tudo é resultado de um processo histórico, de muitas lutas, de muitas manifestações, de muita rua; professor com o rosto no sol em frente ao Palácio do Buriti, fazendo noites de vigílias nos espaços de poder para conquistar cada um daqueles elementos que estão ali agregados à sua vida profissional. Mas conhecer a sua história é importante, então eu penso que um dos desafios é investir na formação, é investir na memória. Nenhum povo consegue enfrentar as suas vicissitudes sem saber das suas histórias e da sua memória. Essas lutas todas precisam ser rememoradas não como saudosismos, mas como marcos, como espaços de conquistas que precisam ser permanentemente vigiadas – no sentido da sua manutenção e para avançar, porque nós avançamos muito.

Olgamir Amancia Ferreira



APOSENTADORIA

MARIA MORREU SEM SE APOSENTAR.

É ISSO QUE O GOVERNO QUER DE VOCÊ!




COMPROMISSO COM A EDUCAÇÃO

RESPONSABILIDADE COM A POPULAÇÃO



MOMENTO DURO

No meio dessa pandemia, a nossa categoria teve que se reinventar. Minha esposa é professora, ainda está em atividade, e eu vejo a reinvenção dela de todo dia fazer uma aula *on-line*. Ela dá aula para alunos do segundo ano. Como é que você alfabetiza uma criança de sete anos de idade em uma tela, com a ajuda dos pais? Eu vejo a dificuldade que é o dia a dia dela. Essa reinvenção nossa tem trazido uma dificuldade grande, mas um desafio maior ainda. Fora isso, tem a questão política: além da pandemia, você tem um go-

verno que cassa o direito de todos, que cassa os direitos trabalhistas, que cassa os direitos da aposentadoria. Todo dia esse governo que está aí inventa uma coisa nova para tirar mais direito, para roubar, para confiscar, para prejudicar, para diminuir o serviço público. Nós estamos em um momento muito difícil e que requer trazer de volta aos trabalhadores aquilo que nós fizemos no passado, que foi conquistar tudo com muita luta, com muita disposição de força.

Nelson Moreira Sobrinho



PELA VIDA

Quem faz educação não é o prédio, é a classe de educadores. É importante a construção física da escola, mas é importante um projeto político pedagógico, uma identidade de Estado para a educação. O sindicato tem que avançar no aspecto econômico, porque são quase dez anos sem reajuste salarial. E no contexto da pandemia não dá para baixar a guarda: enquanto não tiver segurança sanitária para os estudantes, para os pais e mães de família que fazem educação, não dá para recuar e voltar para o trabalho presencial. A economia se recupera, vidas não se recuperam.

Tadeu Freire Pontes

Manifestação de rua dos docentes da rede pública do DF contra o calote patrocinado pelo governo de Rodrigo Rollemberg (2015)





PASSANDO A BOIADA

O SINPRO tem toda uma história, ninguém pode negar. São anos de vida, luta e resistência. O SINPRO participou de todos os grandes momentos que o país atravessou desde a sua origem, em 1979. Neste momento nós estamos diante de um caos no país, estamos diante de uma situação dramática, trágica. Os professores vão fazer dois anos em um tal de ensino a distância, teletrabalho, home office. O grande desafio hoje é pôr fim a esse governo: não há solução para a crise sanitária com este desgoverno à frente. Eles estão se aproveitando da pandemia para passar a boiada, estão nos retirando todos os direitos. Defender os direitos, defender as reivindicações, lutar para revogar a contrarreforma da Previdência, a contrarreforma trabalhista, as privatizações, tudo isso é desafio para o SINPRO. Mas que ele só, isolado, não irá a lugar algum: é preciso a luta conjunta de todos os servidores.

João Bosco Monteiro Lobato

CAMPANHAS MASSIVAS

Entre as inovações concebidas pelo SINPRO-DF e aplicadas à luta sindical está a formulação de campanhas publicitárias de alcance maior do que aquele restrito à sua base de filiados. É o sindicato comunicando-se com a comunidade em que está inserido.

Em 1992, ano das grandes mobilizações pelo impeachment de Fernando Collor e da maior greve da história do SINPRO, foi lançada a campanha “Profissão Professor”, em defesa do respeito e da valorização profissional dos docentes.

Em 2015, a campanha “Calote, não” alertava a comunidade sobre o não cumprimento de compromissos assumidos pelo governo do DF com a categoria dos professores.

Em 2017, a campanha “Maria morreu” denunciava as propostas injustas sobre a aposentadoria dos professores tendo como personagem central uma professora que morreu sem conseguir aposentar-se. Esse argumento foi replicado em campanhas similares por todo o país.

Em 2018, a campanha “E agora, Rodrigo” cobrava do então governador do DF Rodrigo Rollemberg mais eficiência na gestão dos recursos públicos e criticava uma pretensa contenção de gastos do governo à custa do desinvestimento em educação e outras áreas prioritárias.

Em 2019, o sindicato promoveu um repique na campanha “Profissão Professor”, para combater a criminalização do magistério e debater com a sociedade a importância de valorizar a profissão, que é uma das mais decisivas para o desenvolvimento de uma nação.



O QUE FAZER

Não foi a pandemia que criou a crise do capitalismo, mas nós temos a clareza de que com a pandemia a crise capitalista, que é mundial, se agravou. Governos que não têm compromisso de classe, utilizam-se da pandemia para aprofundar os ataques e retirar direitos dos trabalhadores. É o que estamos vendo no Brasil: o governo Bolsonaro aproveitando a pandemia não só para aprofundar os ataques aos trabalhadores através das contrarreformas, como foi a da Previdência, como foi a PEC Emergencial, como está sendo agora a PEC 32, da reforma administrativa. São graves ameaças não só ao serviço público, mas ao conjunto dos servidores, ao conjunto de trabalhadores e à população de maneira geral. Quando se ataca o serviço público, está se atacando a população. E nesse sentido, hoje, o grande desafio do SINPRO, e do movimento sindical como um todo, é exatamente fazer frente, ou seja, enfrentar esse governo que aí está, enfrentar essa política genocida, criminosa, contra a classe, contra o povo, e para isso é preciso organização. O grande desafio do Sindicato dos Professores e do movimento sindical como um todo é o que fazer. Como organizar e mobilizar a sua base, a sua categoria, para esse enfrentamento?

Meg Guimarães



IR PARA CIMA

Claro que toda gestão tem falhas, ninguém é perfeito, ainda mais num conjunto de 39 pessoas. Tem muita divergência, muito debate, muita discussão, mas eu considero que [o SINPRO] está deixando muito a desejar no sentido de ser mais contundente no enfrentamento ao governo Ibaneis Rocha – que nós chamamos de “Inganeis”, porque tudo o que prometeu na campanha, e a nossa categoria jogou 80% de votos nele, acreditando nas mentiras dele, ele não cumpriu. Eu tenho uma característica bem diferente de muitas pessoas que hoje estão na linha de frente na direção, mais conciliatória, mais de negociação, negociar, conversar. Eu sou mais de ir para cima, de ser dura.

Maria Augusta Ribeiro



DIGITAL E ANALÓGICO

A primeira coisa é incluir o professor nesse debate digital, porque não é fácil colocar a pessoa que não conhece a militância, a fazer militância por internet. É um grande desafio, porque a grande militância que o SINPRO conseguiu era aquela presencial, dentro de cada escola. Isso hoje está inviável no quadro da pandemia. Sei que hoje a luta não é fácil: é muito mais difícil fazer a luta pela internet do que [de forma] presencial. E para ser presencial se faz necessário ter militância, se não tiver militância, se não tiver debate em cada escola para convencer o professor a assumir a militância, fica aquela coisa de falar para poucos. E a história do SINPRO é uma história de luta, de muita luta.

José Antônio Gomes Coelho



PRAGA DAS FAKE NEWS

Com essa pandemia os desafios são muitos, a começar pela vacina, que tem que ser para todos. Isso num governo totalmente sem compromisso com a gestão pública para o qual foi eleito, sem responsabilidade e empatia para com o próximo. Não sei quando o SINPRO vai poder restabelecer polos de discussão com a categoria de forma presencial, que seria a volta das assembleias, seminários, visitas às escolas e os debates que são essenciais. Esse contato olho no olho impulsiona mais do que a comunicação feita de forma virtual. A tecnologia sem dúvida é uma ferramenta importante para acelerar qualquer tipo de mobilização, mas tem suas limitações – as *fake news*, por exemplo, são um problema recorrente nas mídias sociais. No toque de um dedo a comunicação chega falsa a mais de 30 mil associados, e desfazer isso às vezes é quase impossível, gerando insegurança e perda da credibilidade, criando um desgaste desnecessário. As *fake news* estão presentes nas mídias e não tem como a gente viver sem elas, infelizmente.

Arnalda Gomes da Silva



ALIADO ESTRATÉGICO

O primeiro desafio é como se aproximar da categoria e da comunidade escolar. Se não cumprirmos esse papel, nós vamos ficar isolados. Nós professores, os pais, os alunos, os vizinhos desses pais, os avós são pessoas importantes em nossa luta. Digo isso porque a gente não fazia greve sem avisá-los, sem convencê-los da nossa necessidade. Não fazíamos greve sozinhos: os pais não mandavam o filho para escola e pronto, porque confiava na gente. E nós temos que voltar a fazer isso, temos que envolver a comunidade escolar. Não é só professor, servidor, merendeira e tal, é o externo também: o pai, a mãe, a avó que leva o aluno [à escola]. É isso que temos que fazer. A gente não consegue avançar sozinho. Precisamos de aliados, que no nosso caso é a comunidade. Se ela tiver do nosso lado, já é bem adiantada a nossa vitória.

Reuza Souza Durco



Professora Glorinha Bomfim Yung (ao microfone) e o dirigente Cláudio no Primeiro Encontro de Formação Modular (2016)



RISCO IMINENTE

O básico de um sindicato é pensar que a sua primeira razão é a luta pela valorização salarial e condições de trabalho. Isso em qualquer circunstância, com pandemia ou sem pandemia. Em 2020, 2021, nós tivemos uma situação de mudança drástica, e certamente criou e trouxe para os professores e para os alunos das escolas públicas um grande prejuízo, uma grande perda, uma grande defasagem, por mais que tenha tido esforço no seu processo de aprendizagem, de crescimento, que a convivência na escola possibilita. Além de vacina, além de um retorno seguro, é preciso cobrar das autoridades um investimento maciço nos próximos anos em educação, para que a escola, assim que puder ter um retorno tranquilo, possa dar aos professores as condições para oferecer aos alunos uma recuperação digna das perdas que a pandemia trouxe para a atividade de ensino e aprendizagem em sala de aula. Outra coisa que vem me preocupando bastante: há uma grande discussão de que agora o ensino a distância veio para ficar, vai substituir o ensino presencial. Eu acho que estrategicamente o SINPRO não pode perder de vista que o objetivo é ter as condições de retorno às atividades presenciais nas escolas. A continuar desse jeito, legitimando as atividades não presenciais, em breve o próprio governo ou setores mais privatistas da educação vão entrar com outras propostas que aprofundem ainda mais a ausência em sala de aula nas escolas, em [favor] das atividades por videoconferência, internet e outros meios, no sentido de que o professor é virtual e pode ensinar para dezenas, centenas e milhares de alunos ao mesmo tempo.

Washington Dourado



No alto, reunião de negociação com autoridades do governo do DF (s.d.); ao lado, manifestação do MST, em Brasília, com apoio do SINPRO-DF (abril, 1997)



DEFESA DA VIDA

O último concurso do Distrito Federal, na nossa área, foi em 2014. Primeiro [desafio]: avivar que é necessário não permitir a negação da profissionalização do trabalho docente, e entender que o contrato temporário tem uma função determinada. Contrato temporário não pode ser o falseamento da precarização institucional do trabalho pedagógico. É bom frisar: difícil você identificar categorias que têm trabalhadores precários como nós temos, como o contrato temporário, que associados às lutas gerais são protegidos pelas nossas decisões de assembleia geral. É difícil ter um trabalhador precário que tem o direito de expressar sua posição política, que participe dos nossos movimentos, participe das lutas gerais e inclusive das nossas greves, e não tenha a retaliação como uma contrapartida da sua decisão política. Desde março de 2020, nós, trabalhadores da educação do Distrito Federal, coordenados pelo Sindicato dos Professores, tomamos uma decisão política de não voltar às nossas atividades presenciais antes de que toda a população seja vacinada. Essa é uma manifestação concreta, objetiva, força material das nossas lutas em defesa da vida, em defesa daqueles que pouco ou nada têm. Nós nos colocamos como a voz daqueles que não têm voz para se expressar. Esta é uma tarefa histórica do Sindicato dos Professores. E não à toa vê-se o Sindicato dos Professores em todas as lutas do Distrito Federal, não só aquelas vinculadas às lutas dos trabalhadores da educação: em todas as lutas onde houver injustiça, a direção e o movimento sindical dos professores lá estarão. Onde houver alguma coisa que atente contra a vida e a dignidade humana, o Sindicato dos Professores estará lá para levantar as suas bandeiras em defesa da vida.

Roberto Lião



GOLPE NA DEMOCRACIA

Nunca tivemos um momento tão difícil. Nós vivemos, de 2015 para cá, desafios muito duros. Nós temos mais de seis anos sem nenhuma conquista salarial para categoria e estamos sempre fielmente na luta: é um sindicato que não esmorece, é um sindicato que é firme na sua condução, firme na sua luta; é uma categoria que é poderosa, essa nossa de professores e professoras. O SINPRO tem uma história extremamente honrosa, de muitas batalhas, mas eu penso que nós nunca vivemos um momento tão difícil. Primeiro pela própria conjuntura nacional, que vem num crescente, desde 2016, após o golpe. Quando falávamos de golpe, achávamos que era um golpe numa presidenta, mas não: nós vivemos um golpe na democracia, sofremos um golpe na classe trabalhadora, porque quando se derruba um governo eleito democraticamente, e nas condições como foi feito com a presidenta Dilma, você desconstrói uma política. E isso [se reflete] em todos os espaços democráticos e da organização dos movimentos sociais. Desde então, percebemos que os movimentos sociais de forma geral têm sofrido perdas enormes, e o movimento sindical muito mais. Daí que a nossa luta sindical tem passado por momentos difíceis,

de tentativa de desconstrução do movimento sindical, desconstrução dessa referência que é o movimento organizado de luta. Hoje nós temos professores, professoras, orientadores, orientadoras, novos concursados que entram sem saber a história de seu sindicato. Também é um problema nosso criar essa referência de memória para os nossos trabalhadores, trazer sempre o sindicato como espaço de referência para os trabalhadores e trabalhadoras. Lembro quando eu entrei na categoria: primeira coisa que a gente fazia era sindicalizar; hoje, se o sindicato não for atrás a gente não sindicaliza. Há uma luta [pela] desconstrução dos movimentos sociais organizados, e com a categoria de professores se dá uma tentativa de botar os profissionais da educação em evidência como inimigos da nação: aquele que ideologiza, segundo o governo Bolsonaro, como se nós não fôssemos legislados e orientados por leis federais e distritais, por um Plano Nacional de Educação, por um Plano Distrital de Educação. Enfim, como se nós estivéssemos indo para a sala de aula fazer o que quiséssemos, como se não tivéssemos uma legislação que orientasse o nosso trabalho pedagógico o tempo todo.

Berenice Darc Jacinto



PAUTA EXTENSA

O SINPRO e os sindicatos como um todo têm o seu arroz com feijão a cumprir: as lutas salariais com melhorias de condições de trabalho. Mas algumas preocupações devem estar mais presentes. Uma, a questão dos aposentados, que acabam virando uma grande massa que demanda orientações e atenção do sindicato; a segunda, as necessidades que a carreira tem em face das novas tecnologias e todas essas demandas em função das aulas mediadas por tecnologia que todos nós estamos passando em função da pandemia. [Outro ponto] é a uberização, a precarização do trabalho do magistério. Isso tem que ter uma atenção bastante própria, o sindicato tem que começar a se preocupar bastante com essa situação, dos projetos milagrosos, da terceirização, da quarteirização das nossas funções do magistério, que estão no Brasil inteiro e no Distrito Federal não é diferente. E, [por último], no caso do Distrito Federal, [promover] uma rela-

ção mais próxima com os gestores, porque todos os gestores das escolas do DF são da carreira do magistério, ou seja, eles são trabalhadores da educação. [Outro problema é] a questão dos professores contratados temporariamente, que é uma forma de precarização dos serviços: eles são contratados apenas pelas aulas e pelo período que estão nas escolas, o que a gente chama de contrato temporário. Mas é um contrato intermitente muito ruim, porque hoje ele já chegou a mais de um terço da força de trabalho nas escolas do Distrito Federal. Além de ter a preocupação no trato com essa franja da categoria, que são os temporários, tem que ter cuidado no combate para que haja concurso, para que haja contratação. Para mim são esses os grandes desafios, além de tudo aquilo que o sindicato tem que fazer: se comunicar melhor, lutar por melhores salários e melhores condições de trabalho.

Jacy Braga



Assembleia do SINPRO-DF e carreata sob a palavra de ordem "Fora Arruda" (dezembro, 2009)



4

**OLHAR PARA
A FRENTE**

OLHAR PARA A FRENTE

Malgrado as dificuldades de toda ordem, os salários congelados, a precarização das condições de trabalho e as tentativas de desmonte de políticas educacionais bem-sucedidas, ainda assim há quem confie e aposte na nobreza e na relevância da profissão de professor. A educação é a chave para qualquer projeto de país que se queira imaginar. A educação liberta.

O que os mais experientes têm a dizer para uma jovem ou um jovem decididos a fazer do magistério uma carreira e uma opção de vida?



CONGRATULAÇÕES

Primeiro, eu daria os parabéns. Porque está contribuindo com o país, dando instrução e educando também.

Maria Holanda Lopes Carvalho

No alto, professoras marcam posição, na Câmara dos Deputados, contra o projeto que pretendeu instituir a bizarrice denominada “Escola sem Partido” (julho, 2018); acima, posse da professora Maria Holanda na Academia Taguatinguense de Letras (2015)



RESPONSABILIDADE AMPLIADA

Não iria desencorajá-los. Eu diria a eles que é uma profissão árdua, é uma profissão que traz o ardor da batalha, mas também traz a dignidade de um profissional. Porque a sua responsabilidade com o processo educacional vai ultrapassar décadas. Você está formando pessoas, está formando cidadãos.

Ari Nogueira



TAREFA DIFÍCIL

Se prepare porque a vida é dura, é difícil, mas você escolheu uma das profissões mais importantes na sociedade, e, ao mesmo tempo, das mais desvalorizadas. É preciso ter a consciência de que ser professor no Brasil não é uma tarefa fácil. Não é mesmo.

Rejane Pitanga



DIÁLOGO ABERTO

Vá em frente. Estude, se atualize, seja um excelente comunicador em sala de aula, uma pessoa com boa relação com a equipe da escola, com os pais de seus alunos. Leve a discussão [sobre a] situação daquela comunidade, discuta com ela, leve a discussão da igualdade de gênero, de raça, da diversidade como um todo.

Auriane Vieira



AGENTE TRANSFORMADOR

[Você] tomou uma excelente decisão. É uma profissão de uma responsabilidade enorme. Se eu não fosse professora, eu seria professora, teria sido professora, continuaria sendo professora. Não consigo me ver diferente. É fazer parte daquilo que transforma, que tem a capacidade de mudar vidas.

Rosilene Corrêa





ENTENDER O OUTRO

Eu diria que é a melhor coisa que ele [ou ela] pode fazer na vida, porque ser professor é algo que dá sentido à nossa vida – essa é a primeira questão. Minha vivência na educação me faz perceber a importância de ser professora, mas, acima de tudo, de ser uma professora que busca todos os dias entender que mundo é esse, com que público estou lidando, quem é esse sujeito com quem eu dialogo e de como aquilo que eu faço pode impactar a vida dele. A segunda questão é: isso é de fato a melhor



opção que você fez na sua vida, mas pense no impacto que tem a sua atuação sobre a vida do outro, de como a sua atuação profissional pode reverberar sobre ele para a vida toda. É algo que precisa ser considerado desde o primeiro dia que a pessoa assume a condição de ser professor ou professora. E também sobre as nossas próprias vidas, de como vamos mudando o nosso olhar sobre o mundo, sobre as pessoas, a partir da vivência na escola.

Olgamir Amancia Ferreira



EDUCAÇÃO E CIDADANIA

Vale a pena se você não reduzir a educação a um viés econômico. Se você olhar educação com a dimensão de cidadania, de importância para o mundo, dentro de uma ética do cuidado, vale a pena ser educador. A educação realiza qualquer pessoa, ela é ontológica, ela transcende. Eu escolheria ser educador quantas vezes eu tivesse oportunidade.

Tadeu Freire Pontes



BELA OPÇÃO

Parabéns. Que linda profissão que você escolheu. Eu tenho orgulho de dizer que o meu filho é professor.

Silvia Canabrava

No alto, Olgamir Ferreira ao lado de seu filho, fantasiados de palhaços, no Dia das Crianças (1983); abaixo, alunos e alunas visitam o Jardim Zoológico de Brasília (2005)



PROCESSO VITAL

Eu diria para eles não desistirem, e que essa com certeza é a profissão mais importante do mundo. Sem o professor, sem a professora, sem o profissional do ensino não existirão os outros profissionais. Todos e todas passam pelos professores, pelas professoras, pelo acolhimento dos orientadores, das orientadoras, porque não se faz a escola só com a figura do professor: é preciso que tenhamos, também, outros profissionais para subsidiar esse processo tão importante que é o de ensino-aprendizagem. Não desista. O Brasil precisa de mais educadores, de mais profissionais de ensino comprometidos com a defesa da escola pública gratuita e de qualidade, socialmente referenciada.

Meg Guimarães



EDUCAÇÃO CRÍTICA

É fundamental [contar com] jovens que tenham a coragem de assumir essa profissão, que talvez seja a profissão mais digna, porque, apesar dos salários não serem os melhores, trabalha com muita gente e pode contribuir para formar pessoas críticas. O Brasil só vai para frente se conseguirmos fazer uma educação crítica. Não dá para ser essa educação meramente formadora de mão de obra que interessa ao capital, tem que ter criticidade. E o professor tem que ser crítico, tem que ter formação continuada o tempo inteiro, tem que interagir, tem que militar, tem que inserir-se na sociedade.

José Antônio Gomes Coelho



PARTICIPAÇÃO ATIVA

Entenda que você escolheu essa profissão para transformar, para ajudar a melhorar o mundo, melhorar a vida das pessoas, das crianças e dos jovens que você vai atender. Esta é a primeira coisa. A segunda: não deixe de participar ativamente da vida dos profissionais de educação, da vida coletiva, ou seja, somos uma categoria profissional e temos que entender e participar das nossas relações, dos nossos debates, e não fugir da luta.

Antonio Lisboa



ESCOLHA CONSCIENTE

A opção de vocês é uma opção correta. Será uma profissão de sacrifícios, não é uma profissão fácil: vai exigir de vocês estarem constantemente atualizados, mas com certeza será uma profissão que vai lhes dar prazer.

Jacy Braga



Jacy Braga (em pé), em reunião de coordenação do programa de alfabetização solidária em São Tomé e Príncipe (2002); abaixo, José Firmino (dir.) com o filho na Chácara do Professor



VÁ EM FRENTE

Não desista. O país precisa de grandes profissionais da educação. Eu ainda acredito que a educação é aquela que transforma a realidade de um estudante, de um menino, de uma menina, transforma a realidade da sua comunidade – e depois da sua cidade e do seu país. É a partir da educação que nós podemos transformar tudo. Se você tomou a decisão de ser professor ou professora, não desista.

Berenice Darc Jacinto



COM AMOR

O que eu diria para eles é isso: estude, seja um professor, seja humilde, seja uma boa pessoa e faça o seu trabalho com amor. E também: sindicalizar é uma coisa importante para o professor que está entrando hoje.

José Firmino da Silva



COM DIGNIDADE

Eu ia dizer das dificuldades de ser um educador neste país, mas diria também das qualidades, das coisas boas que é exercer essa profissão. É muito digno.

Reuza Souza Durco



CONSTRUINDO GERAÇÕES

Professor é profissional, mas ele também assume a missão de construir uma nova geração de pessoas. Imagine um professor das séries iniciais, que tem quarenta ou 45 alunos por ano, multiplica isso por trinta, que são os anos de trabalho, quantos milhares de pessoas não passam na mão dele, para que ele possa influenciar positivamente?

Washington Dourado



ESCOLHA CERTA

A educação transforma vidas. Eu nunca vou deixar de incentivar aquele que quer estar na luta como educador porque, assim como a minha vida, a de muitos companheiros e companheiras foi mudada a partir da educação. Siga o seu coração, faça sua escolha para ser feliz onde você estiver, mas nunca perca a chama da resistência.

Eliceuda Silva de França



SOBRE O FUTURO DA EDUCAÇÃO

Impossível pensar um projeto de país e o desenvolvimento pleno de uma nação sem dedicar foco e atenção às políticas públicas de educação. O que soa como uma platitude, porém, assume ares de tarefa histórica diante da política de terra arrasada que o governo federal de turno tem aplicado aos assuntos relativos à área educacional.

Há uma deliberada estratégia de desmonte impingida sistematicamente em todos os níveis, da creche à pós-graduação. A ideia tem sido destruir, apenas destruir. E o pouco que se constrói surge eivado de uma visão anacrônica, passadista, quando não fundamentalista e religiosa da missão de educar. Quando se olha com lupa o que tem sido feito no tocante à educação pública, então o quadro se apresenta ainda mais dantesco.

Mais do que nunca o sonho de uma educação pública universal, laica e de qualidade, como a acalentada por educadores do naipe de Anísio Teixeira, Paulo Freire e Darcy Ribeiro, dependerá menos de um desejo legítimo, mas apenas desejo, e mais de uma mobilização ativa em favor de um futuro justo e equânime para todos e todas. Vai depender de muita luta, em suma. Até porque, e a história já demonstrou, a educação é libertadora.



Nelson Moreira Sobrinho (à dir.) e família passeiam pela Esplanada dos Ministérios (1998); na página ao lado, Auriene Vieira (à dir.) com a deputada Benedita da Silva



COMPROMISSO E FÉ

O esperar de Paulo Freire é dizer que é na educação que nós vamos construir a melhora deste país. Eu acredito muito na educação pública, com investimento público, com respeito aos filhos dos trabalhadores. Nós ainda vamos chegar nesse ponto. Eu tenho certeza absoluta que nós vamos retomar tudo isso que perdemos e trazer a escola pública para o patamar que ela merece: que os filhos dos trabalhadores tenham uma escola pública de qualidade, uma escola pública de respeito.

Nelson Moreira Sobrinho



CENÁRIO PREOCUPANTE

Se conseguirmos reverter essa linha política que hoje governa o país, nós poderemos ter uma educação com mais qualidade. Mas no quadro que está hoje eu vejo uma situação muito preocupante. Além de estarmos vendo os trabalhadores da linha de frente da educação – no caso os professores, pedagogos, orientadores educacionais – se sentirem desestimulados por conta de congelamento de salário, por conta de adoecimento, das péssimas condições de trabalho, além de tudo isso nós temos um projeto de educação no país que é de desqualificar a escola pública de qualidade. É um projeto de militarizar as escolas, um projeto de retirada de verba, de não investimento, da creche à pós-graduação.

Auriene Vieira



POLÍTICA DO DESMONTES

A continuar esse cenário que estamos vivendo, é a destruição total da educação pública, é a destruição de direitos. A nossa responsabilidade é muito grande: é preciso haver mudança no Brasil pela sobrevivência do país, do povo brasileiro e das políticas fundamentais como educação, saúde, segurança e emprego. Essa responsabilidade está nas nossas mãos. Se teve uma área neste governo que foi totalmente dizimada, foi a educação. Nunca houve um ministro que entendesse alguma coisa de educação. O compromisso era destruir as políticas que foram construídas do governo Lula para cá. O compromisso era destruir nessa concepção conservadora, medíocre, de desvalorização total da educação. Educadores, artistas e intelectuais são os principais inimigos num governo fascista.

Rejane Pitanga



CAMINHO ÚNICO

Eu não consigo enxergar o futuro sem educação, sobretudo a educação pública, porque senão será um futuro para alguns, não um futuro para a nação. Para isso acontecer tem que ter educação pública com qualidade, e com todas as bandeiras que a gente defende. Precisamos reverter esse quadro. Não há projeto de política educacional, o que há é um ataque, um conservadorismo, um fundamentalismo tentando ocupar as páginas dos nossos livros, da nossa educação, e isso é muito grave. O Brasil precisa sofrer uma mudança radical na sua estrutura política, e para isso não basta eleger presidente da República ou governador. Precisa muito mais que isso: precisamos provocar as mudanças. Acredito que a educação é o único caminho. É dentro da minha sala de aula que eu posso provocar essa mudança. Estou falando de uma educação libertadora, uma educação que de fato questione, que forme. A escola precisa ser mais provocativa, sobretudo nesse momento. Precisamos ousar mais dentro da sala de aula.

Rosilene Corrêa



Isabel Portuguez, exemplo de militância e solidariedade



FORMAÇÃO DE MENTALIDADES

Eu sou do PT, nós tivemos bons ministros da Educação, mas nós não conseguimos formar intensivamente, ideologicamente, os professores para que eles pudessem produzir uma educação libertadora como Paulo Freire tanto pregou. A gente não se apegou muito aos textos revolucionários simples, didáticos, que podiam ter construído tanto. Fomos criando programas até importantes. Mas não libertamos os trabalhadores dessa opressão intelectual e política. A realização total que eu vou sentir politicamente é nós recuperarmos o governo federal, tentar fazer uma maioria na política e reconstruir os espaços de poder. Espaços de poder são os espaços ideológicos. Nós temos que construir mentalidades. A educação é revolucionária, só que ela só vai acontecer quando a gente conseguir também reconstruir o governo federal. O governo federal está destruindo o Brasil, e nós vamos ter muito o que reconstruir. Muito..

Lúcia Carvalho



Luciana Custódio: mobilização e luta



Participantes do Primeiro Encontro de Formação Continuada Modular (2016)



CRENÇA INABALÁVEL

Eu acho que a educação tem tudo para ser melhor hoje, [pois temos] os meios de comunicação, os professores estudam, são todos formados. No Distrito Federal não tem um professor que não tenha o curso superior. Hoje temos condições de ter um ensino muito melhor. Só que o professor é desmotivado:

nós temos [quase] dez anos sem um centavo de aumento. Só que eu sou idealista. Eu acredito na educação, eu não queria fazer outra coisa. Se eu começasse hoje, eu faria o concurso para professor novamente. Porque o professor ele molda, ele prepara a sociedade.

Maria Holanda Lopes Carvalho



DOIS PROJETOS

O futuro da educação no Brasil não pode ser tratado dissociado do futuro do próprio Brasil. Ele tem que estar relacionado àquilo que nós queremos para o país. Nós temos, grosso modo, dois projetos em debate na sociedade. Um projeto que quer um país desenvolvido, mas cujo desenvolvimento econômico-social tem as pessoas na sua centralidade. Nesse projeto, então, a educação é algo pensado para já, algo pensado como um direito universal, algo para ser assegurado com qualidade para todos e todas em todos os níveis. O futuro da educação, num contexto desses, é um futuro promissor. De outro lado, há um projeto que também pensa o desenvolvimento, mas ele pensa o desenvolvimento tendo as pessoas como artifício para alcançar lucros,

alcançar a lógica da produção, independentemente de como isso repercute sobre o mundo, sobre as pessoas, sobre o cenário onde a gente vive, sobre, inclusive, a própria natureza. Nesse projeto, o futuro da educação não existe numa perspectiva democrática; o futuro da educação volta ao passado, que é o de uma educação para poucos, uma educação para manter a estrutura social altamente desequilibrada, hierarquizada. O futuro vai depender das escolhas que fazemos para o projeto de sociedade que estamos vivendo. Se for para uma sociedade democrática, um futuro esperançoso, é um futuro de educação para todos e todas. Se for para um projeto de inversão da lógica democrática, então não há futuro.

Olgamir Amancia Ferreira



EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA

A pandemia trouxe a imprescindibilidade dos educadores. Com o advento da tecnologia, se pensou que o educador seria substituído por pacotes *on-line*, por mercantilização – na expressão de Pablo Gentili, educador argentino, a “mcdonalização da educação”. Então se achava, nesse viés capitalista, que a educação era um produto de mercado e que os professores seriam substituídos por qualquer empresa. Hoje temos a reafirmação da importância e da necessidade do educador como orientador do processo educacional. Educação não é só conteúdo, ela é interação, é olhar, é escuta, é acompanhar

uma criança, ouvi-la, perceber suas frustrações. O professor interfere: depois do pai e da mãe, é quem mais passa tempo com as crianças e os jovens em sala de aula. Então nós temos uma responsabilidade enorme com o futuro, com desenvolvimento afetivo, emocional e intelectual. A primeira experiência democrática de qualquer pessoa é na escola, é lá que ela percebe que tem alguém que pensa diferente, tem família diferente, cabelo diferente, cor diferente, tamanho diferente, pensamento diferente. A escola abre essa experiência democrática.

Tadeu Freire Pontes



PORTAS FECHADAS

Se não mudar o cenário político do Brasil, eu fico muito triste com o futuro para o qual a educação está caminhando. Não temos investimentos para a educação. Os governos anteriores fizeram um trabalho belíssimo de dar oportunidade para os filhos da classe traba-

lhadora frequentarem as universidades e tudo mais. Mas a gente vê que isso está se afunilando, eles estão fechando as portas. Se não conseguirmos mudar esse cenário, eu não sei qual vai ser o futuro desta nação. É preocupante.

Silvia Canabrava



MELHOR DEFESA

Eu ainda continuo acreditando que a educação é a que transformará nossas vidas – e acrescento: a educação e a cultura, para fazer o enfrentamento necessário. A educação é ainda o nosso instrumento de defesa enquanto nação soberana e democrática. Nós estamos enfrentando, além da pandemia, um processo muito sério que é do medo, da depressão. Essa situação toda está mexendo com parte da nossa categoria. Como diz o mestre Paulo Freire, a gente não pode perder

a capacidade de se indignar, de esperar. Eu sempre quero ter em mim viva essa chama da esperança, para a gente manter vivo o nosso ser coletivo, ser transformador, ser que sonha, ser que planta, e deixemos que todos possam colher. Acreditar nessa educação que vai enfrentar o racismo impregnado na nossa cultura; acreditar nessa educação no que ela vai trazer de equidade, de igualdade, de participação. Eu acredito nisso.

Eliceuda Silva de França



UNIÃO E ORGANIZAÇÃO

Se a gente não conseguir mudar o cenário, não conseguir, através da luta política, mudar a correlação de forças e os rumos da política deste país, eu temo muito pelo que vai acontecer com educação brasileira. Hoje estamos vendo a educação caminhar para a privatização, ou seja, [na direção] de destruir o caráter público e gratuito do ensino e da educação brasileira. É a política como as parcerias público-privadas, as chamadas “organizações sociais”, o projeto da “homeschooling” que já está, inclusive, tramitando na Câmara Legislativa do DF, mas que é um projeto do governo federal. E a questão dos investimentos, da forma como o Brasil está tratando a educação, especialmente após o golpe de 2016, é preocupante. A aprovação da Emenda Constitucional 95 é com certeza uma das medidas mais graves e contrárias não só à educação brasileira, mas ao serviço público, à saúde pública, à segurança pública, que nós infelizmente não conseguimos barrar. E outras medidas que vêm sendo aprovadas, como a contrarreforma do ensino, a nova Base

Nacional Curricular Comum (BNCC), que é completamente golpista, que destrói a matriz curricular e retira a possibilidade de a maioria dos estudantes terem acesso à educação pública e de qualidade; que impõe o EAD [ensino a distância] na educação básica, por exemplo. Pela nova BNCC, 40% do currículo do ensino médio no Brasil poderá ser por EAD. Eu me pergunto: que qualidade terá essa educação? Que estudantes nós estaremos formando na escola pública com a perspectiva dessa nova BNCC? Nesse sentido, é mais um motivo para estarmos unidos e organizados para defender com unhas e dentes as nossas organizações, os nossos sindicatos, as nossas centrais sindicais, porque só através das nossas organizações de classe é que nós poderemos fazer esse enfrentamento. Quando se fala em defesa da escola pública não estamos falando que só quem atua na educação pública é que tem que defender a escola pública. Não. A defesa da escola pública, gratuita e de qualidade, tem que ser de toda a população.

Meg Guimarães



CONDIÇÃO PRECÁRIA

Eu enxergo [o futuro] com um pouco de pessimismo. Os fatos estão aí: sai governo, entra governo, e ninguém prioriza a educação. É uma coisa ideologicamente já programada. O país, quando não prioriza a educação, nunca vai sair da condição precária em que se encontra, porque seria através de uma boa educação que nós cresceríamos em todos os outros setores.

José Libério Pimentel



Acima e na página seguinte, assembleias convocadas pelo SINPRO-DF no processo da greve de 2012



PARA NÃO ESQUECER

O governo que mais propiciou avanços na educação foi o governo de esquerda, comprometido com as lutas dos trabalhadores e com o pobre, que foi a era Lula-Dilma. Não podemos esquecer disso. Quando foi que o pobre teve acesso de fato à universidade? Quando tivemos educação de qualidade mais acessível ao pobre? Quando foi que o negro chegou à universidade pública de

qualidade? No governo Lula foram mais de 214 escolas técnicas federais construídas, mais do que nos cinco séculos de Brasil. E aí querem apagar a memória. Quando se imaginou o filho do pobre estudar com o filho do milionário na UnB? Era exceção, defendiam a meritocracia. Como é que você vai defender a meritocracia sem a igualdade de oportunidade?

José Antônio Gomes Coelho



EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA

Tem uma coisa com que nós precisamos nos preparar diariamente, que é a questão do uso das novas tecnologias. O mundo mudou, avançou de um lado na concentração de riqueza e de renda, do aumento das desigualdades também em função do avanço tecnológico, um absurdo que nós vivemos hoje em todos os âmbitos da vida humana. A educação, assim como a saúde, serão cada vez mais ligadas ao uso das novas tecnologias. [Antes] o professor chegava à escola, utilizava seu material didático, ele tinha um poder natural sobre os alunos por conta do conhecimento que era muitas vezes limitado aos professores. Hoje você chega a uma sala de aula e as informações que muitas vezes você tem o aluno também tem – o que muda completamente a atuação do professor. O futuro da educação no Brasil terá uma conexão com o uso dessas novas tecnologias, mas também a necessidade de uma grande organização e de uma mobilização permanente para garantir a educação para a maioria das pessoas, pois a tendência, se depender de boa parte dos governantes, é diminuir cada vez mais a educação para oferecê-la para as minorias, e não para a imensa maioria da população. A nossa luta é isso: entender a educação como um ator dentro das mudanças que o mundo passa e entender que a nossa luta tem que ser sempre para garantir educação para todos. Tomara que a gente chegue lá.

Antonio Lisboa



DISCURSO VAZIO

O futuro da educação do Brasil está ligado diretamente ao futuro do Brasil, que é uma coisa que, até o momento, eu acho tremendamente obscura e complicada. Ainda mais agora, nesse momento que nós estamos passando, porque a pandemia nos tirou o norte da vida: você não pode fazer grandes especulações de futuro. Não vejo com bons olhos o futuro nem do Brasil e muito menos da educação, que sempre foi objeto de segundo plano em todos os governos que vivi desde eu ter consciência da vida. A educação era sempre um motivo de discurso, nunca de atitudes.

Aurélio Anchises Ribeiro de Souza



ARTE DA ESCUTA

A partir da pandemia, que mexeu muito com a nossa realidade, nós vamos ter desafios grandes para vencer. Vamos ter que reinventar formas de trabalho, de organização pedagógica, de organização sindical, das nossas lutas – elas vão passar por grandes movimentos. E este movimento precisa ser construído coletivamente, democraticamente, com a escuta das famílias, com a escuta dos estudantes, com a escuta dos profissionais, os de fora também, e com a escuta de cada um de nós que fazemos a educação.

Berenice Darc Jacinto





A forte mobilização de professoras e professores de sua base é a marca distintiva da atuação do SINPRO-DF, como nesta assembleia (2012)



EXCLUSÃO DIGITAL

Nós tivemos um retrocesso muito significativo no governo Bolsonaro. O Ministério da Educação nunca teve uma equipe tão ruim quanto a que tem hoje. Isso vai se refletir em todos os estados, é uma coisa arrasadora. Do ponto de vista local, de Brasília, por exemplo, eu não vejo no governo que aí está nenhum avanço: não há nenhuma política séria na área da educação, faz tempo que não se ouve falar “vamos fazer o plano anual de educação”, pelo menos discutir o que já existe. Não tem, não existe. Essa pasta está totalmente esquecida no Brasil todo, vai ser um prejuízo jamais visto. A pan-

demia vem contribuir com isso, mas esse prejuízo já estava acumulado antes da pandemia: e só vai piorar agora, porque a periferia não tem acesso às plataformas [digitais], não tem mesmo. Você vai a uma casa no Arapoanga, só tem um celular daquele bem pequenininho, que não tem acesso a quase nenhum aplicativo, nada. E lá nessa casa tem cinco crianças que precisam estudar. Esse acesso não é democrático porque não atinge os periféricos. É um prejuízo incalculável para a educação. Só com muita luta para mudar.

Reuza Souza Durco



DIREITO À VIDA

Formação humana para nós é isto: é educação, é intervenção, é luta política, é formação/titulação, seja ela nas escolas de formação sindical, seja nas escolas do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, seja na academia, nas universidades, nas especializações, nos mestrados, nos doutorados. Negar o processo de mercantilização da formação de trabalhadores em educação faz parte dessas lutas no horizonte. Alguns autores sempre nos chamam a atenção, como o querido Paulinho

da Viola: “Meu pai sempre me dizia,/ meu filho tome cuidado,/ quando eu penso no futuro,/ não esqueço o meu passado”. Que os 220 milhões de seres humanos nascidos nesta unidade geográfica tenham direito a uma vida dotada de sentido, tenham o direito a uma vida que seja uma vida do século XXI, na qual tudo que tem de mais avançado, tudo que tem de contemporâneo, seja acessível a todos, em todos os lugares, em todos os rincões de nosso país.

Roberto Lião

SONHOS QUE VALEM SONHAR

Não necessariamente a utopia é algo irrealizável, mas pode ser tão somente o irrealizado. É legítimo sonhar com uma vida melhor da mesma maneira que é lícito querer viver numa sociedade justa, que respeite a pluralidade e a diversidade, que rejeite a intolerância, que garanta plenos direitos a todos os cidadãos e cidadãs, sobretudo o direito à educação de qualidade.

Sonhos são para ser sonhados. Sonhos existem para ser construídos coletivamente. Sonhos são para ser vividos.



DIREITO UNIVERSAL

Eu sonho com a paz, eu sonho com o amor entre as pessoas, eu sonho com a educação para todos, eu sonho com um mundo melhor. Nunca vou deixar de sonhar.

Maria Holanda Lopes Carvalho



VACINA PARA TODOS

O grande sonho do momento é que tenhamos a população vacinada, e que de fato possamos ter nossas vidas restabelecidas.

Rosilene Corrêa



TEMPO PRÓPRIO

Eu quero viver com mais tranquilidade. Eu tive uma vida muito tumultuada, sempre com muito pouco tempo para mim, pouco tempo para minha casa, para a minha vida pessoal, para os meus filhos. Eu quero ter isso agora. Continuo militando, continuo ajudando e participando no que eu posso, mas eu quero um pouco de um tempo para mim.

Rejane Pitanga

Grupo de trabalho do Primeiro Encontro de Formação Continuada Modular (2016); na página anterior, encontro de professores aposentados que trabalharam na mesma escola por mais de vinte anos (Maria Holanda é a 5ª da esq. para dir.)



CAUSAS POPULARES

Meus sonhos? Uma mudança radical na conjuntura que nós estamos vivendo. Sonho ver o Brasil voltar a ter mais liberdade, a gente organizar os trabalhadores para derrubar essa política de destruição dos nossos direitos. Um sonho de ver o Brasil com a sua soberania respeitada. Eu tenho um sonho de ver um governo, se não socialista, pelo menos muito voltado para as causas da educação, da saúde, as causas sociais, as causas do povo. E ver o movimento sindical voltar a ser uma grande referência para a classe trabalhadora.

Auriene Vieira



EM BUSCA DE SENTIDO

Nada melhor do que ter uma sociedade mais justa, uma população mais dinâmica, que realmente conheça os seus problemas, que tenha capacidade de enfrentá-los, de brigar por coisas mais justas, mais fraternas. É a sociedade com que sonhamos desde que se [quis] fazer essa militância e procurar alguma coisa que desse mais sentido a tudo isso.

Ari Nogueira



Em primeiro plano, da esq. para dir., os professores Márcio Baiocchi, Jorge Eduardo, Ari Nogueira e Raimundinho acompanham a apuração das eleições de 1986 para o SINPRO-DF



INCLUSÃO IRRESTRITA

É ver esse país com dignidade, com educação para o filho do trabalhador, para o filho do ribeirinho, para o indígena, com respeito às minorias, aos negros, aos homossexuais, à população de rua; com geração de emprego, com educação de qualidade, com consciência política, que ninguém nunca mais testemunhe o retrocesso que nós estamos vivenciando na história política deste país. E que nenhuma criança, nenhum adulto, fique fora da escola. Esse é o meu sonho como educador. Paulo Freire dizia que a educação sozinha não muda um país, mas um país não muda sem a educação.

Tadeu Freire Pontes



FAZER COLETIVO

Um sonho sonhado só é apenas um sonho. Sonhos que se sonham coletivamente podem virar realidade. Não bato no peito e me declaro, mas luto para sempre ser um revolucionário que busca transformar aquilo que está à nossa volta – e para isso é necessário muita leitura, muito estudo, muita teoria e muita prática. Eu não acho que vou estar vivo para ver isso, mas eu quero uma sociedade sem classes, sem opressor e oprimido, sem dominador e dominado.

João Bosco Monteiro Lobato



VIDA DIGNA

O meu sonho é continuar vivendo, gozando de saúde, de paz, de tranquilidade, juntamente a toda minha família. E tenho um sonho também de viver numa sociedade mais justa e mais igualitária, onde todas as pessoas tenham a oportunidade de estudar, de trabalhar, de viver com dignidade.

Silvia Canabrava



Crianças ocupam espaço recreativo do Primeiro Encontro de Formação Continuada Modular (2016)



PELAS NOVAS GERAÇÕES

Diante do que estamos vivendo na pandemia, desse luto de milhares de famílias sofrendo no país, estou me propondo a rever e redirecionar os meus sonhos: cuidar melhor de mim, me olhar mais, cuidar melhor do meu equilíbrio físico, biológico, espiritual, e cuidar melhor de quem está perto de mim. Eu estou sensível demais a este momento da pandemia, às perdas de amigos e amigas. Eu tenho tantos sonhos, mas estou vivendo o momento de reorganizar essa nova fase da vida, inclusive o sonho de deixar que os mais jovens da geração que vem assumam espaços, senão a gente não cumpre a tarefa da luta geracional.

Eliceuda Silva de França

“

DISPOSIÇÃO PARA A LUTA

Meus sonhos são muitos e uma parte deles já realizei, que é o sonho de ser avó. Hoje, uma das coisas que me traz mais alegrias são os meus dois netinhos, Luiz Gabriel e Leonardo. Eles me dão esperança, me dão ânimo para continuar lutando e me provam que vida continua, apesar inclusive da morte. Eu pretendo ainda viver muito, fazer muitas coisas boas e continuar lutando, porque nunca vou deixar de lutar. Onde eu estiver estarei participando das lutas de alguma forma, a luta política e a luta por uma sociedade mais justa, mais democrática e mais igualitária. A luta pelo socialismo.

Meg Guimarães



“

SEM PERDÃO

Primeiro, “impichar” o Bolsonaro genocida, interditar esse homem antes que ele acabe com o Brasil. E mandar ele com toda sua gangue para a cadeia, para eles pagarem por essa quantidade inaceitável de mortes. Eles são imperdoáveis.

Maria Augusta Ribeiro

“

EXPERIÊNCIA COMPARTILHADA

Pretendo ficar mais uns quatro ou cinco anos, se estiver com saúde, nessa vida louca. E estou escrevendo um livro sobre as disputas globais, sobre o movimento sindical internacional, sobre os polos multilaterais. Espero que daqui a um ano, um ano e meio ele esteja pronto. É isso: tentar levar para as pessoas as experiências que eu tive no movimento sindical nesses anos todos.

Antonio Lisboa

“

IDEAL SOCIALISTA

Nunca deixei de ser comunista, mesmo não tendo mais partido. Meu sonho é que este país e este mundo virassem socialistas. É um sonho quase delirante, mas é uma utopia que eu gosto de cultivar.

Aurélio Anchises Ribeiro de Souza

Berenice Jacinto (à esq.) em solenidade comemorativa dos 40 anos do SINPRO-DF (2019)



“

NÃO À INTOLERÂNCIA

Meu sonho é que tenhamos uma sociedade onde todos e todas se respeitem inteiramente, em que não haja homofobia, não exista racismo, que não haja feminicídio nem homens que maltratem as mulheres. Sonhar com um país que possa dar condições a todos brasileirinhos e brasileirinhas que nasçam. E vacina para todos, para vencer esse momento difícil que estamos vivendo.

Berenice Darc Jacinto

“

DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

O Clube da Esquina nos ensinou que os nossos sonhos não envelhecem. Bem certo que o nosso tempo cronológico não dará conta da complexidade, e outras lutas virão a partir da superação do que hoje para nós é tratado como inaceitável, como representante da barbárie. Nós [professores e professoras] lidamos com aquilo que há de mais refinado, de mais avançado, e tudo o que o ser humano tiver feito, em qualquer lugar do mundo, de mais refinado e mais avançado, cada um dos seres humanos terá direito de acesso e apropriação. Fortalecer a dignidade de cada ser humano faz parte dos nossos sonhos.

Roberto Lió



RETOMAR A INICIATIVA

O meu grande sonho é que a categoria volte a se enxergar como uma categoria, no sentido de que é preciso retomar a iniciativa. A categoria já cansou dessa quase meia década de defensiva, em razão da ascensão de uma política no Brasil de ataque ao direito dos trabalhadores, desse constrangimento pela militarização da vida. Meu sonho é que em breve possamos ver novamente a praça do Buriti lotada, com dez mil, quinze

mil professoras e professores com toda a sua força, o seu orgulho, sua história, suas contradições, num processo de pressão por uma pauta que seja salarial, mas que seja especialmente de defesa do ensino público. Meu sonho é que a classe dos trabalhadores e especialmente o magistério público do Distrito Federal retome a iniciativa frente aos governos que aí estão.

Washington Dourado



Largada da 2ª Corrida do SINPRO-DF (março, 2015)



PLANO ACADÊMICO

Este é o meu sonho: quero fazer mestrado em Ciência Política e depois doutorado. Acho que eu consigo ainda.

Reuza Souza Durco



DIREITO REAFIRMADO

O meu sonho é que passe logo essa pandemia, que a gente possa viajar de novo, que a gente possa se encontrar, se abraçar, que possamos conversar sem ter a interferência de uma máscara, que desvirtua o som; que possamos sentir o cheiro das pessoas e dos lugares. Este é o meu sonho neste exato momento. Queria muito poder estar onde as pessoas estão, queria muito poder realizar o meu trabalho olhando para o meu aluno. Por mais que eu já usasse a tecnologia para mediar alguns encontros,

nós tínhamos os momentos da convivialidade, esse sentir o outro, esse olho no olho, a brincadeira – tudo isso é algo próprio da nossa condição humana, e isso nós perdemos. Meu sonho neste momento é que a gente possa voltar a conviver e a se encontrar. Para além dele, meu sonho é que a educação pública chegue a todo lugar e que todo mundo possa ter acesso a ela como um direito e não como algo diferenciado, para uns e para outros.

Olgamir Amancia Ferreira



LUTA CONTÍNUA

Eu desejo a todos os professores que continuem a luta, porque a existência do sindicato e de uma categoria tão lutadora e tão forte é uma coisa muito importante para todos nós. A luta não pode parar. Qualquer que seja o governo, tem que haver luta da categoria e do nosso sindicato.

Olímpio Gonçalves Mendes



MOSAICO

CENAS DE UM SINDICATO EM DIA COM O SEU TEMPO



Professora
Neusa Maria
Rodrigues

* 26/07/1939
† 12/11/2021

OS PERSONAGENS DESTA HISTÓRIA*

Antonio de Lisboa Amâncio Vale nasceu em Tauá, no sertão cearense, em 12 de agosto de 1957. É filho de Agostinho Amâncio Ferro, pequeno produtor rural, e Raimunda Amâncio Vale, também agricultora e dona de casa. O casal teve seis filhas e dois filhos. Antonio é secretário de Relações Internacionais da CUT e membro representante dos trabalhadores brasileiros na Organização Internacional do Trabalho.

Ariovaldo Nogueira Filho é natural de Ituiutaba (MG), onde nasceu em 30 de outubro de 1958. É o primogênito dos três filhos do casal Ariovaldo Nogueira, motorista de caminhão, e Maria Teodora Nogueira, dona de casa. Atualmente Ariovaldo é professor aposentado.

Arnalda Gomes da Silva nasceu em 15 de julho de 1959 em Padre Bernardo (GO). O pai, Elias Gomes da Silva, era carpinteiro e lavrador, e a mãe, Ilosa da Silva Rocha, dona de casa. O casal teve cinco filhos. Arnalda é aposentada.

Aurélio Anchises Ribeiro de Souza nasceu em 13 de maio de 1943 na cidade de Jerônimo Monteiro (ES), filho de Anchises Berçote de Souza e Aurélia da Penha Ribeiro de Souza. Depois de muita labuta, o pai tornou-se proprietário de uma pequena fazenda de café. A mãe era dona de casa e o casal teve seis filhos. Aurélio é professor aposentado.

Berenice Darc Jacinto é natural de Unaí (MG), nascida em 23 de novembro de 1970. Seu pai é Osmar Jacinto da Silva, agricultor, e a mãe é Maria Madalena Monteiro, dona de casa e funcionária de serviços gerais em hospital. O casal teve sete filhos. Berenice é professora e dirigente sindical do SINPRO-DF.

Eliceuda Silva de França é natural de Parnaíba (PI), nascida em 29 de março de 1964. Seu pai é Francisco Alves de França, motorista, e a mãe Maria Vitória Silva de França, artesã e mãe crecheira. O casal teve sete filhos. Eliceuda é diretora do SINPRO-DF.

Jacy Braga Rodrigues nasceu em 16 de maio de 1961, em Taguatinga (DF). Seu pai, Jacy Braga de Mattos, foi eletricitista e depois comerciante, e a mãe, Dercia Rodrigues Braga, dona de casa e cuidadora de cinco filhos. O casal chegou a Brasília antes da inauguração da nova capital. Jacy é diretor escolar do Ensino Médio.

João Bosco Monteiro Lobato nasceu em 7 de outubro de 1959, em Bom Sucesso (MG). É filho de Geraldo Lobato e de Célia Castanheira Monteiro Lobato. Entre outras atividades, o pai foi corretor de imóveis, e a mãe, dona de casa e responsável pela criação dos doze filhos do casal. João Bosco é professor.

José Antônio Gomes Coelho é natural de Cristalândia (TO), nascido em 23 de março de 1953. Seus pais são Nelson Coelho dos Santos, pequeno comerciante e depois servidor público, e Margarida Gomes dos Santos, professora primária e mãe de onze filhos e filhas. José Antônio é professor aposentado.

José Firmino da Silva é paraibano de Bananeiras, nascido em 10 de junho de 1960, filho de Firmino Joaquim de Oliveira, lavrador, e Maria do Carmo da Conceição, dona de casa. Ele é o primogênito dos oito filhos do casal. José Firmino é responsável por serviços gerais na Chácara do Professor.

José Libério Pimentel nasceu em Abaeté (MG), em 6 de agosto de 1948. O pai, Aprígio Pimentel da Silva, trabalhava como servente em um hospital de Sobradinho (DF); a mãe, Maria José da Silva, era merendeira de escola. José Libério atualmente trabalha com marketing de rede.

Lúcia Helena de Carvalho nasceu em Londrina (PR), em 8 de abril de 1954. Seus pais são Daniel Rodrigues de Carvalho e Julia Marquezetti de Carvalho. Ele era trabalhador rural e, depois de um curso no SENAI, tornou-se eletricitista; a mãe era professora primária e atenta à criação dos três filhos do casal. Lúcia é hoje microempreendedora individual.

Magneti (“Meg”) Barbosa Guimarães é piauiense de Redenção do Gurgueia, nascida em 26 de junho de 1966. Seus pais são Ermosina Barbosa Pereira e Osiris Guimarães Pereira. O pai era agricultor familiar, foi vaqueiro, alfaiate e vereador por dois mandatos. A mãe era dona de casa e curadora dos seis filhos do casal. Meg é diretora do SINPRO-DF e vice-presidente da CUT-DF.

Maria Augusta Ribeiro nasceu em 18 de setembro de 1953, em João Pinheiro (MG). É filha de José Ribeiro da Cruz e Filomena Moreira de Lima. O pai era comerciante e depois montou uma pequena fábrica de calçados; a mãe era dona de casa e dedicada à criação dos onze filhos e filhas do casal. Maria Augusta é professora aposentada.

Maria Auriene Vieira nasceu em 16 de março de 1955, em São Raimundo Nonato (PI). É filha de Maria da Paz Vieira e Manoel José da Costa. O pai era lavrador, e a mãe, dona de casa. O casal teve onze filhos. Atualmente Auriene é assessora parlamentar.

Maria Holanda Lopes Carvalho nasceu em 9 de fevereiro de 1939, em Porteiras (CE), filha de José Lopes de Holanda e Mitéria Lacerda Holanda. O pai era comerciante, e a mãe, também comerciante, cuidava da casa e dos seis filhos. Maria Holanda é professora aposentada.

Nelson Moreira Sobrinho é piauiense de Parnaíba, nascido em 13 de fevereiro de 1958. O pai, Celso Alves Moreira, e a mãe, Terezinha de Jesus Nascimento Moreira, trabalhavam, respectivamente, como arquivista e contadora na Estrada de Ferro Central do Piauí. O pai casou-se duas vezes e teve quatro filhos em cada matrimônio. Nelson é hoje assessor parlamentar.

Olgamir Amancia Ferreira nasceu em Cavalcante (GO), em 8 de março de 1958. É filha de Zózimo Ferreira dos Santos, produtor rural, e Oterlina Neri dos Santos, professora. O casal teve sete filhos. Olgamir é professora na Universidade de Brasília.

Rejane Guimarães Pitanga nasceu em Salvador (BA), em 1º de outubro de 1956. Sua mãe é Maria José Guimarães Pitanga, e o pai é Reinaldo Aladio Pitanga Filho. Ele foi assistente social, professor e advogado criminalista; ela era dona de casa e mãe de cinco filhos. Rejane é professora aposentada.

Reuza de Souza Durco nasceu em 6 de janeiro de 1961 em Uruaçu (GO). É filha de João Gomes de Souza, açougueiro, e Santina Vieira de Souza, dona de casa. O casal teve nove filhos e filhas. Reuza é hoje assessora parlamentar.

Roberto Lião Júnior é natural do Rio de Janeiro (RJ), nascido em 26 de fevereiro de 1962. Seus pais são Roberto Lião, servidor público, e Nice Cid Leal, dona de casa. Ele tem cinco irmãos, contando os dois relacionamentos do pai. Roberto é professor.

Rosilene Corrêa Lima nasceu em Petrolina de Goiás, pequena cidade próxima a Goiânia, em 25 de fevereiro de 1964. É filha de Maria Veloso Lima e de Eugênio Corrêa Lima. O pai começou como lavrador e tornou-se um fazendeiro de médio porte; a mãe sempre foi do lar, cuidando da criação dos seis filhos do casal. Rosilene é dirigente sindical, diretora do SINPRO-DF e da CNTE.

Silvia Canabrava de Oliveira Paula é mineira de Januária, na margem esquerda do rio São Francisco, nascida em 31 de julho de 1960. O pai era Silvino Alves de Oliveira, e a mãe, Aurelina Canabrava de Oliveira. Ele era motorista do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais e a mãe era servidora escolar, trabalhando como inspetora de alunos. O casal teve cinco filhos. Silvia é diretora do SINPRO-DF.

Tadeu Freire Pontes é cearense de Ipueiras, nascido em 27 de junho de 1968. Seus pais são Raimundo Galvão Pontes e Maria Auxiliadora Pontes. Ele era trabalhador rural, e ela, dona de casa e curadora dos onze filhos do casal. Tadeu é professor na Escola Técnica de Ceilândia.

Washington Luiz Dourado Gomes nasceu em Brasília (DF) em 4 de janeiro de 1978. Seu pai, Durval Leopoldino Gomes, era funcionário dos Correios; a mãe, Miralva Messias Dourado, era uma pequena agricultora e chegou a trabalhar como empregada doméstica. Atualmente Washington é advogado.

* Entrevistas de história de vida registradas pelo Museu da Pessoa, em modo remoto, de março a junho de 2021. Os depoimentos de Olímpio Gonçalves Mendes, Wanda Clementina Dias Corso e Maria Marta Cintra foram extraídos de material gravado em 2019 pela equipe de comunicação do SINPRO-DF.

Instituto Museu da Pessoa

Karen Worcman
Diretora-Presidente

Marcos Terra
Direção Executiva

Administrativo

Ricardo Villardi
Allan Fava
Dalci Alves da Silva
Erika Viana

Museologia

Lucas Lara
Felipe Rocha
Flora Gurgel
Monalisa Santos
Renata Pante

Desenvolvimento Institucional

Pedro Carioca
Eduardo Valente
Julia Schneider

Comunicação

Guilherme Mariano
Anna Bella Bernardes
Erik Araújo
Nathan Torres
Vanessa Guimarães

Relações Institucionais

Rozana Miziara

Tecnologia e Inovação

Odilon Gonçalves

Voluntariado e Multiplicação

Marcela Lanza

Educativo

Sonia Helena London
Marcia Trezza
Teresa de Carvalho Magalhães

Projetos

Renato Herzog
Ane Alves

Estagiários da Museologia

André Akerman
Danyella Xavier Franco Dany
Larissa Colejo
Marcos Guimarães Twiaschor

“Uma história de sonhos, lutas e conquistas”**Pesquisa**

Luiz Egypto
Wini Sabino Calaça
José Santos

Edição

Luiz Egypto

Projeto gráfico

Editora Olhares

Revisão

Maria Fernanda Alvares

Diretores do SINPRO-DF 2021

Alberto de Oliveira Ribeiro (Brazlândia), Ana Cristina de Souza Machado (N. Bandeirante), Anderson de Oliveira Corrêa (Ceilândia), Berenice Darc Jacinto (Planaltina), Bernardo Fernandes Tavora (N. Bandeirante), Carlos de Souza Maciel (Samambaia/Recanto), Carolina Moniz Freire Rodrigues (Sobradinho), Cláudio Antunes Correia (Samambaia), Cleber Ribeiro Soares (Gama), Consuelita Oliveira do N. de Carvalho (Planaltina), Dimas da Rocha Santos (Recanto das Emas), Elbia Pires de Almeida (Planaltina), Eliceuda Silva de França (Ceilândia), Fatima de Almeida Moraes (Taguatinga), Fernando Ferreira dos Reis (Santa Maria), Gilza Lúcia Camilo Ricardo (N. Bandeirante), Hamilton da Silva Caiana (Santa Maria), Julio Cezar Barros de Farias (Ceilândia), Leilane Costa Santos (Santa Maria), Leticia Vieira M. Bento (Gama), Luciana Custódio de Castro (P. Piloto/Cruzeiro), Luciano Matos de Souza (Ceilândia), Magnete Barbosa Guimarães (Taguatinga), Marcia Gilda Moreira Cosme (Brazlândia), Maria Elineide Rodrigues da Cruz (Taguatinga), Melquisedek Aguiar Garcia (São Sebastião), Monica Caldeira Schimidt (Ceilândia), Presilina Spindola de Ataides (Guará), Raimundo José de A. Filho – KAMIR (Gama/Recanto), Rosilene Corrêa Lima (Plano Piloto), Ruth Oliveira Tavares Brochado (Plano Piloto), Samuel Fernandes da Silva (Ceilândia), Sebastião Honório dos Reis (Guará), Sílvia Canabrava de O. Paula (Taguatinga), Thaís Romanelli Leite (Plano Piloto), Valesca Rodrigues Leão (Taguatinga), Vanilce Cristina Vieira Diniz (Sobradinho), Vilmara Pereira do Carmo (Guará), Wijairo José C. Mendonça (Gama).

Um agradecimento especial aos funcionários do SINPRO-DF pelo seu empenho na consecução deste projeto.

Créditos de imagens

Arquivo Estadual Conteúdo: páginas 22-23, 45 (foto 1)

Arquivo Público do Distrito Federal: capa (fotos 1, 2, 3, 4 e 6), páginas 6, 8 (foto 2), 9, 11, 13, 15, 16 (foto 2), 26, 27, 28, 29, 30 (fotos 1 e 2), 31

CPDOC FGV - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil: capa (foto 5), páginas 8 (foto 1), 14, 20, 21, 45 (foto 2), 50

Departamento de Imprensa e Divulgação do SINPRO-DF: páginas 17 (imagens 1 e 2), 21 (imagem 1), 23 (imagem 1), 25, 33 (fotos 3 e 4), 34, 36, 39, 41 (fotos 1e 2), 42 (fotos 1 e 2), 43, 44 (fotos 1, 2 e 3), 46, 47, 49, 51 (foto 2), 52, 53, 54 (fotos 1 e 2), 55, 56-57 (fotos 1, 2, 3 e 4), 58, 60, 63 (fotos 1 e 3), 66, 67, 68, 69, 71, 72, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 86 (fotos 1 e 2), 88 (foto 2), 89, 92, 93, 95, 96, 97 (fotos 1, 3 e 4; foto 2: George Gregory/SINPRO-DF), 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106-107 (fotos 1 e 2), 108 (Deva Garcia/SINPRO-DF), 109, 110, 112 (foto 1), 113 (foto 2), 115, 116 (foto 2), 117 (fotos 2 e 3), 121, 122, 123, 124 (Valeria Carvalho/SINPRO-DF), 125 (Valeria Carvalho/SINPRO-DF), 126-127 (Valeria Carvalho/SINPRO-DF), 129, 131, 132, 133 (Deva Garcia/SINPRO-DF), 134 (fotos 1 e 2), 136, 137

Museu da Educação do Distrito Federal: páginas 12, 16 (foto 1)

Universidade de Brasília. Arquivo Central. AtoM UnB: páginas 10 (disponível em: <https://atom.unb.br/index.php/00100-07>), 19 (foto 2, disponível em: <https://atom.unb.br/index.php/00102-04>)

As demais fotografias aqui publicadas pertencem aos acervos pessoais dos depoentes do projeto “SINPRO-DF: Uma história de sonhos, lutas e conquistas”

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha elaborada segundo a AACR2r

S617
SINPRO-DF : uma história de sonhos, lutas e conquistas / organização Museu da Pessoa — São Paulo : Museu da Pessoa, 2021. 142 p. : il. fot. ; 28 cm.

ISBN 978-85-60505-55-5

1. Movimentos sociais – Brasília. 2. Educação – Aspectos sociais. 3. Sindicatos – Professores. 4. Sindicato dos Professores no Distrito Federal (SINPRO-DF). I. Museu da Pessoa. II. Título.

CDD 906

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Renata Fernandes Veloso Baralle — CRB-8/10366



MUSEU DA
PESSOA